



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

ERRATA

Diário Oficial Eletrônico

Edição: 2330 Data: 05/10/2023 Página: 8

Diário Oficial Eletrônico

Edição: 2326 Data: 29/09/2023 Páginas: 7-135

Envio Legislativo: 23/12/2021

Protocolo: 443/2021

Devolução Executivo: 13/09/2023

Protocolo: 2735/2023

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2023

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, ESTADO DO PARANÁ, SUA REFORMA E CONSOLIDAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito sanciono a seguinte Lei Complementar.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei Complementar, denominada “Código Tributário do Município de Quatro Pontes”, regula, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, nas Leis Complementares e na Lei Orgânica do Município, os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal.

PARTE GERAL

LIVRO PRIMEIRO

ESTRUTURA TRIBUTÁRIA

TÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. A legislação tributária do Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e decretos:

- I -** os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço;
- II -** as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III -** As decisões proferidas pelas autoridades judiciais, nos termos estabelecidos na parte processual (Título IX do Livro Primeiro) deste Código;
- IV -** os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 3º. Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas nas normas gerais tributárias.

Art. 4º. Integram o Sistema Tributário do Município:

- I -** Impostos:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- b) Imposto sobre Transmissão "*inter-vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI;
- c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

II - Taxas:

- a) Taxas decorrentes do exercício do poder de polícia, pelo Município;
- b) Taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

III - Contribuições:

- a) Contribuição de Melhoria;
- b) Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP;

IV - Outros tributos de competência do Município que venham a ser previstos na Constituição Federal.

§ 1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§ 2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 3º. Contribuição de Melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas que acarretem valorização aos imóveis do particular.

§ 4º. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública destina-se a cobrir as despesas de consumo de energia elétrica e de manutenção do sistema de iluminação pública do Município, conforme o disposto no artigo 149-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º. O Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional e de leis complementares, tem competência legislativa plena quanto à incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

Art. 6º. Aplica-se no tocante à suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios do crédito tributário, o disposto nos artigos 151 a 193 do Código Tributário Nacional, e com referência à competência tributária, limitação da competência e vedações constitucionais, o disposto nos artigos 6º a 8º e 9º a 15, do Código Tributário Nacional, e os artigos 150 e 151 da Constituição Federal.

Art. 7º. A competência tributária é indelegável.

§ 1º. Poderá ser delegada, através desta ou de lei específica, a capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§ 2º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º. Compreendem as atribuições referidas nos parágrafos 1º e 2º as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

§ 4º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

CAPÍTULO III

DA LIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE TRIBUTAR

Art. 8º. É vedado ao Município:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I -** exigir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;
- II -** instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III -** cobrar tributos:
 - a)** em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b)** no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
 - c)** antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea “b”;
- IV -** utilizar tributo com efeito de confisco;
- V -** estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;
- VI -** cobrar imposto sobre:
 - a)** o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;
 - b)** o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
 - c)** templos de qualquer culto;
 - d)** livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- e)** fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.

§ 1º. A vedação do inciso III, “c”, não se aplica a fixação da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

§ 2º. A vedação do inciso VI, alínea “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º. As vedações do inciso VI, alínea “a”, do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 6º. O disposto no inciso VI, alínea “b”, é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

- I -** não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
 - II -** aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - III -** manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- § 7º. Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que:
- I -** praticar preços de mercado;
 - II -** realizar propaganda comercial;
 - III -** desenvolver atividades comerciais não vinculadas à finalidade da instituição.
- § 8º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§ 9º. Na falta do cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 9º. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes às entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 10. A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 11. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 12. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 13. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

Art. 14. A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:

- I -** em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- II -** tratando-se de ato não definitivamente julgado:
 - a)** quando deixe de defini-lo como infração;
 - b)** quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;
 - c)** quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo do tributo;

CAPÍTULO V

DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 15. Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste Capítulo.

§ 1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

- I -** a analogia;
- II -** os princípios gerais de direito tributário;
- III -** os princípios gerais de direito público;
- IV -** a equidade.

§ 2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 16. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 17. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado, ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 18. Interpreta-se literalmente a legislação tributária, sempre que dispuser sobre:

- I -** suspensão ou exclusão de crédito tributário;
- II -** outorga de isenção;
- III -** dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 19. Interpreta-se a legislação tributária de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

- I -** à capitulação legal do fato;
- II -** à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III -** à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV -** à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

§ 4º. A obrigação acessória é atribuída aos contribuintes, responsáveis tributários ou terceiros, que deverão cumprir as determinações da legislação tributária, estabelecidas com o fim de facilitar o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos.

Art. 21. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido de maneira especial, são obrigações acessórias:

- I -** a apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta Lei Complementar e dos respectivos regulamentos;
- II -** a conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigações tributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
- III -** a prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;
- IV -** de modo geral, a facilitar, por todos os meios a seu alcance, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 22. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

Art. 23. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 24. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- I -** tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
- II -** tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Art. 25. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

- I -** sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
- II -** sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 26. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

- I -** da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II -** dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III

DO SUJEITO ATIVO

Art. 27. Sujeito ativo da obrigação é o Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 28. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- I -** contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II -** responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 29. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

Art. 30. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando as julgar insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º. A convocação do sujeito passivo será feita por quaisquer dos meios previstos nesta lei.

§ 2º. Feita a



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

convocação do sujeito passivo, terá ele o prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

- I -** da data da ciência aposta no auto;
- II -** da data do recebimento, por via postal; se a data for omitida, contar-se-á este após a devolução do aviso de recebimento pela agência postal, por meio físico ou eletrônico;
- III -** da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado;
- IV -** da data de envio por qualquer meio eletrônico, após a confirmação eletrônica de recebimento.
- V -** por qualquer outra forma de divulgação prevista em lei.

Art. 31. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

CAPÍTULO V

DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 32. A capacidade tributária passiva independe:

- I -** da capacidade civil das pessoas naturais;
- II -** de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;
- III -** de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

CAPÍTULO VI

DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 33. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta Lei Complementar, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento situado no território do Município;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§ 2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§ 3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 15(quinze) dias.

§ 4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

CAPÍTULO VII

DA SOLIDARIEDADE

Art. 34. São solidariamente obrigadas:

- I -** as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- II - as pessoas expressamente designadas por lei;
- III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo único. A solidariedade acima referida não comporta benefício de ordem.

Art. 35. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 37. O disposto nesta Seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos neles referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 38. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem como relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 39. São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão.

Art. 40. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 41. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 06 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

- I - em processo de falência;
- II - de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º. Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

- I - sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;
- II - parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou
- III - identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 42. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V - o administrador judicial, pelos tributos devidos pela massa falida ou pela empresa recuperanda;
- VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 43. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV

DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 44. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo único. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 45. A responsabilidade é pessoal ao agente:

- I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

- a) das pessoas referidas no artigo 45, contra aquelas por quem respondem;
- b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
- c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 46. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 48. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 49. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nas normas gerais do Direito Tributário, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 50. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições que envolva matéria tributária, somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DO LANÇAMENTO

Art. 51. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

- I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- II - determinar a matéria tributável;
- III - calcular o montante do tributo devido;
- IV - identificar o sujeito passivo;
- V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 52. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 53. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 61 desta Lei Complementar.

Art. 54. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para impugnação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

- I - da notificação direta;
- II - da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
- III - na data de assinatura de confirmação do recebimento do aviso por via postal, por meio físico ou eletrônico;
- IV - da data da confirmação eletrônica de recebimento, quando por meio eletrônico;
- V - da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal, após esgotados os outros meios de notificação;
- VI - por qualquer outra forma de divulgação prevista em lei.

§ 1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal, por meio físico ou eletrônico, conforme o disposto nos incisos III e IV do “caput” deste artigo.

§ 2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, por meio físico ou eletrônico, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, V e VI deste artigo.

§ 3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§ 4º. A notificação de lançamento conterá:

- I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
- II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV - o prazo para pagamento ou impugnação;
- V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI - demais elementos estipulados em regulamento.

§ 5º. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

Art. 55. Será de 30(trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo para pagamento, se outro prazo não for estipulado.

Art. 56. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações, ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 57. É facultado ao Município o arbitramento da base de cálculo de tributos quando o sujeito passivo não atender a solicitação da administração fazendária, ou atender insatisfatoriamente.

§ 1º. O arbitramento será feito mediante lavratura de termo contendo todas as informações necessárias para a constituição do crédito tributário.

§ 2º. O arbitramento não prejudica a liquidez do crédito tributário.

Art. 58. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II

DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 59. Far-se-á o lançamento com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

Art. 60. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

Parágrafo único. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 61. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I - quando a lei assim o determine;
- II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;
- VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
- IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
- X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei;
- XI - nos demais casos expressamente previstos neste Código ou em lei subsequente.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 62. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento direto ou de ofício, quando efetuado unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção ou participação do sujeito passivo;

II - lançamento por homologação ou autolançamento, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo a obrigação de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III - lançamento por declaração, quando for efetuado pela Fazenda Municipal com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária, informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação;

§ 1º. A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o sujeito passivo da obrigação tributária, e nem quem de qualquer modo lhe aproveite.

§ 2º. O pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos do inciso II não extingue o crédito tributário até a sua homologação definitiva pela administração fazendária.

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito tributário. Tais atos serão, porém, considerados na sua apuração do saldo porventura devido, e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º. É de cinco anos a contar da data da ocorrência do fato gerador, o prazo para homologação a que se refere o inciso II deste artigo. Expirado esse prazo sem que o fisco municipal tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º. Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributos, somente será aceita mediante comprovação do erro em que se funde e antes da notificação do lançamento.

§ 6º. Erros contidos na declaração a que se refere o inciso III deste artigo serão apurados quando do seu exame pelo fisco municipal e retificados de ofício pela administração fazendária.

Art. 63. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o sujeito passivo do pagamento das multas e atualização monetária.

Art. 64. Nos termos do inciso III e VI do art. 42 desta Lei Complementar, a cada 90 (noventa) dias, as imobiliárias, os corretores de imóveis, os tabeliães de notas e os registradores de imóveis enviarão à Secretaria Municipal de Finanças, extratos ou comunicações de atos onerosos relativos a imóveis, inclusive, enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no período, até o último dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as impugnações e os recursos nos termos do procedimento administrativo fiscal;
- IV - a concessão de medida liminar, em mandado de segurança, ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- V - o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

SUBSEÇÃO I DA MORATÓRIA

Art. 66. Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de dilação de prazo ao sujeito passivo para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 67. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

§ 1º. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

§ 2º. A moratória em caráter individual deverá ser precedida de requerimento do sujeito passivo.

Art. 68. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão do favor em caráter individual;
- III - sendo caso:
 - a) os tributos a que se aplica;
 - b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;
 - c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 69. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SUBSEÇÃO II DO PARCELAMENTO

Art. 70. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

§ 1º. Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

multas.

§ 2º. Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei Complementar, relativas à moratória.

§ 3º. Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º. A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

SEÇÃO II

DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 71. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário quando finda a modalidade concessiva.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. Extinguem o crédito tributário:

- I -** o pagamento;
- II -** a compensação;
- III -** a transação;
- IV -** a remissão;
- V -** a prescrição e a decadência;
- VI -** a conversão de depósito em renda;
- VII -** o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
- VIII -** a consignação em pagamento, julgada procedente;
- IX -** a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X -** a decisão judicial passada em julgado;
- XI -** a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei;

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos artigos 55 e 65 desta Lei Complementar.

SEÇÃO II

DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

SUBSEÇÃO I

DO PAGAMENTO

Art. 73. A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 74. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

- I -** quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- II -** quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 75. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 76. O pagamento de tributos municipais é efetuado em moeda corrente do país, através de guia de recolhimento, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§ 1º. O pagamento dos débitos tributários poderão ser efetuados através de cartão de débito, cartão de crédito ou outras formas de créditos eletrônicos garantidos.

§ 2º. O pagamento em parcelas concedido por contrato com instituição financeira ou operadora de crédito, não se confunde com a modalidade de parcelamento tributário.

§ 3º. O recebimento dos valores dos débitos pelo Município, quitados na forma prevista no § 2º, será realizado integralmente pela operadora na data estipulada para o repasse.

§ 4º. Deverá ser acrescentado ao valor principal da cobrança, a taxa de administração da operação de cartões, de modo a não causar perda da arrecadação por parte da municipalidade.

§ 5º. A relação de débitos municipais de natureza tributária e demais determinações, sobre o recebimento através de cartão de débito, cartão de crédito ou outras formas de créditos eletrônicos garantidos serão estabelecidas através de decreto do Executivo.

Art. 77. O Poder Executivo poderá conforme legislação tributária conceder desconto pela antecipação do pagamento.

Art. 78. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civil, criminal e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 79. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o município, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:

- I -** em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
- II -** primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
- III -** na ordem crescente dos prazos de prescrição;
- IV -** na ordem decrescente dos montantes.

Art. 80. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em procedimento fiscalizatório, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

- I -** atualização monetária;
- II -** multa de mora;
- III -** juros de mora;
- IV -** multa de infração.

§ 1º. A atualização monetária será calculada periodicamente, em função da variação do poder aquisitivo da moeda, com base na variação do INPC ou outro indicador que venha a substituí-lo como indexador oficial divulgado pelo Governo Federal. No caso de deflação do índice oficial de atualização monetária, este não será aplicado, mantendo-se os valores principais originais dos tributos.

§ 2º. O principal será atualizado monetariamente mediante a multiplicação do valor a ser corrigido pelo fator acumulado do índice de referência no mês do efetivo pagamento.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 3º. A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado à data do seu pagamento, à razão de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, não podendo o seu percentual acumulado ultrapassar a 10% (dez por cento).

§ 4º. O número dos dias em atraso é calculado somando-se os dias, iniciando-se a contagem no primeiro dia útil subsequente ao vencimento do tributo, e finalizando-a no dia útil em que ocorrer o seu pagamento.

§ 5º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia útil seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.

§ 6º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária, conforme o disposto no artigo 202 desta Lei Complementar.

§ 7º. Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§ 8º. No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.

§ 9º. No caso de tributos recolhidos por iniciativa do sujeito passivo sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito à plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 10. Nos casos de lançamento de ofício, além da exigência da multa de infração prevista no artigo 202 deste Código, incidirão juros de mora sobre os valores devidos.

§ 11. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 81. O ajuizamento de execução fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 82. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 80 deste Código.

Art. 83. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

- I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
- III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.

§ 3º. Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 4º. Na conversão da importância consignada em renda aplicam-se as normas do artigo 98 desse Código.

SUBSEÇÃO II

DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 84. O contribuinte terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

tributária municipal aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada e será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§ 2º. Os valores da restituição a que alude o “caput” deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 85. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 86. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 87. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 84, da data da extinção do crédito tributário, considerando-se esta, para os tributos sujeitos ao lançamento por homologação, o momento do pagamento antecipado, de que trata o § 4º do art. 62, desta Lei Complementar;

II - na hipótese do inciso III do art. 84, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 88. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 89. A importância será restituída dentro do prazo fixado em legislação municipal de pagamentos por requisição de pequeno valor – RPV ou precatório.

Parágrafo único. A não restituição no prazo legal implicará, para fins de compensação da mora, juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

Art. 90. Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, as importâncias relativas ao montante do crédito tributário, depositadas por meio de consignação.

SEÇÃO III

DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 91. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, será efetivada pela autoridade competente, conforme processo e condições fixadas em regulamento.

§ 1º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, haverá redução correspondente aos juros de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 2º. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art. 92. Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo único. A transação a que se refere este artigo será disciplinada na lei que estabelecer os requisitos e as condições para que o Município, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

SEÇÃO IV DA REMISSÃO

Art. 93. Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:

- I- à situação econômica do sujeito passivo;
- II- ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III- a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;
- IV- a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 69.

Art. 94. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, através de decreto devidamente fundamentado, cancelar o débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Parágrafo único. A inobservância do “caput”, ensejará renúncia de receita e responsabilidade civil e penal do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO V DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO

Art. 95. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos, contados:

- I- do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II- da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 96. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I- pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II- pelo protesto judicial;
- III- por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV- por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 97. Ocorrendo a prescrição sem efetiva cobrança do crédito tributário, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

SEÇÃO VI

DA CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA

Art. 98. Extingue o crédito tributário, a conversão em renda, de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo.

§ 1º. Convertido o depósito em renda, o saldo por ventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I- a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados:

- a)** da notificação direta;
- b)** da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;
- c)** da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;
- d)** da data de assinatura de confirmação do recebimento do aviso por via postal, por meio físico ou eletrônico;
- e)** da data da confirmação eletrônica de recebimento, quando por meio eletrônico; por qualquer outra forma de divulgação prevista em lei.

II- o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

SEÇÃO VII

DO PAGAMENTO ANTECIPADO E DA HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO

Art. 99. Extingue o crédito tributário a homologação do lançamento se verificado o pagamento antecipado da integralidade do valor apurado, na forma do inciso II do artigo 62, observadas as disposições dos seus parágrafos 2º a 4º.

SEÇÃO VIII

DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 100. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I-** declare a irregularidade de sua constituição;
- II-** reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III-** exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV-** declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º. Para efeito deste artigo, considera-se:

- I-** a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- II-** a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas neste Código.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SUBSEÇÃO I

DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 101. No caso do inciso XI do artigo 72, os débitos de natureza tributária, ajuizados ou não, poderão ser extintos mediante dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas neste Código e aprovada por lei específica.

Parágrafo único. O disposto no “caput” não se aplica aos débitos apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 102. A dação em pagamento de bens imóveis deve abranger a totalidade do débito que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em dinheiro de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado.

Art. 103. Somente será autorizada a dação em pagamento de bem imóvel:

I- cujo domínio pleno ou útil esteja regularmente registrado em nome do devedor, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente;

II- que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

§ 1º. Não serão aceitos os imóveis de difícil alienação, inservíveis, ou que não atendam aos critérios de necessidade, utilidade e conveniência, a serem aferidos pela Administração Pública.

§ 2º. A dação em pagamento se dará pelo valor do laudo de avaliação do bem imóvel, emitido por comissão municipal de avaliação formada por servidores efetivos vinculados à área tributária, patrimonial e de engenharia e por dois profissionais com registro no CRECI/PR (Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná), estabelecidos no Município ou na falta desses, na região.

§ 3º. O laudo de avaliação deverá apresentar os critérios mercadológicos, bem como indicar o valor das benfeitorias existentes e o valor do metro quadrado do imóvel.

§ 4º. Se o bem ofertado for avaliado em montante superior ao valor consolidado do débito tributário que se objetiva extinguir, sua aceitação ficará condicionada à renúncia expressa, em escritura pública, por parte do devedor proprietário do imóvel, ao ressarcimento de qualquer diferença.

§ 5º. O devedor arcará com os custos dos profissionais que atuarem na avaliação do imóvel, não superiores aos fixados em tabelamento do CRECI/PR (Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná).

Art. 104. Caso o débito que se pretenda extinguir, mediante dação em pagamento de bem imóvel, encontre-se em discussão judicial, o devedor e o corresponsável, se houver, deverão, cumulativamente:

I- desistir das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados;

II- renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as ações judiciais.

§ 1º. Somente será considerada a desistência parcial de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos na ação judicial.

§ 2º. A desistência e a renúncia de que trata os incisos do “caput” não eximem o autor da ação do pagamento das custas judiciais e das despesas processuais, incluindo honorários advocatícios, nos termos do art. 90 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 3º. Caso não exista ação de execução fiscal ajuizada, a dação em pagamento ficará condicionada ao reconhecimento da dívida pelo devedor e pelo corresponsável, se houver.

Art. 105. O requerimento de dação em pagamento será apresentado perante a municipalidade, a qual determinará a abertura de processo administrativo para acompanhamento.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 106. A Municipalidade deverá se manifestar sobre a conveniência e oportunidade da dação em pagamento do bem imóvel.

Parágrafo único. O devedor será intimado acerca da decisão que aceitar a proposta, para:

- I-** apresentação do termo de renúncia expressa, referida no art. 104 deste Código, no prazo estipulado, contados da intimação, sob pena de cancelamento da aceitação da proposta;
- II-** complementação de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado, mediante pagamento em dinheiro, no prazo concedido.

Art. 107. Se, por qualquer motivo, não for aperfeiçoada a incorporação do imóvel ao patrimônio do Município, a dação em pagamento será desfeita e cancelados os seus efeitos.

Art. 108. A proposta de dação em pagamento de bem imóvel não surtirá qualquer efeito antes de sua aceitação pela Municipalidade.

§ 1º. A pendência na análise do requerimento não afasta a necessidade de cumprimento regular das obrigações tributárias, nem impede o prosseguimento da cobrança administrativa ou judicial da dívida.

§ 2º. O levantamento de garantias eventualmente existentes somente poderá ser realizado após a extinção da dívida pela dação em pagamento.

SUBSEÇÃO II

CANCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 109. Os débitos inscritos em dívida ativa pela municipalidade, serão cancelados se o seu valor consolidado for inferior ao dos respectivos custos de cobrança, observado o disposto no artigo 94 deste Código.

§ 1º. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração.

§ 2º. O disposto no “caput” não se aplica na hipótese de débitos, de mesma natureza e relativos ao mesmo devedor, que forem encaminhados em lote, cujo valor total seja superior aos respectivos custos de cobrança.

§ 3º. Para alcançar o valor determinado no “caput” a municipalidade poderá proceder à reunião dos débitos do devedor na forma do parágrafo anterior.

Art. 110. Certificada, após diligências, a ausência de bens penhoráveis do devedor, ou sendo as diligências necessárias para busca por bens penhoráveis mais onerosa que a própria dívida, o Procurador Municipal, se for o caso, requererá o arquivamento, sem baixa na distribuição, das execuções fiscais de débitos com a Municipalidade.

Parágrafo único. O disposto no “caput” se aplica às execuções que ainda não tenham sido esgotadas as diligências para que se considere frustrada a citação do executado.

Art. 111. Os débitos consolidados pela Municipalidade deverão ser discriminados:

- I-** por espécie de tributo, respectivos acréscimos e multas;
- II-** no caso do Imposto Territorial Rural (ITR), se firmado Convênio para a fiscalização, lançamento e cobrança deste imposto entre a Municipalidade e a União, por débitos relativos ao mesmo devedor.

CAPÍTULO V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 112. Excluem o crédito tributário:

- I-** a isenção;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

II- a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 113. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 114. A isenção só atingirá os impostos.

Art. 115. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 116. A isenção pode ser concedida:

I- em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II- em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§ 1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções dos tributos lançados por período certo de tempo serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III DA ANISTIA

Art. 117. A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I- aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II- aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, nos termos da legislação vigente;

III- às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 118. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I- em caráter geral;

II- limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 69.

CAPÍTULO VI

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119. A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art. 120. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 121. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. -

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

SEÇÃO II

PREFERÊNCIAS

Art. 122. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, com observância às ressalvas do Código Tributário Nacional.

TÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 123. O Cadastro Fiscal do Município compreende em conjunto ou isoladamente:

- I- Cadastro Imobiliário;
- II- Cadastro de Atividades Econômicas – CNAE fiscal;
- III- Cadastro de Atividades Isentas, Imunes e/ou Despersonalizadas;
- IV- Cadastro Rural;
- V- Cadastro de Vigilância Sanitária;
- VI- Cadastro de Ocupantes de Bens Públicos de Uso Comum;
- VII- de outros cadastros regulamentados pelo Poder Executivo não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências do Município, com relação ao poder de polícia ou à organização dos seus



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

serviços.

§ 1º. Para utilização nos cadastros referidos neste artigo, aplicam-se:

- I- a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal (CNAE – Fiscal), oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA n.º 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores, quando couber, prevista na Parte Especial deste Código;
- II- entrada única de dados cadastrais e de documentos, prevista na Parte Especial deste Código;
- III- a adoção de cadastros sincronizados ou banco de dados entre os órgãos internos e órgãos congêneres do Estado e da União.

§ 2º. Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, dos imóveis mencionados no inciso I deste artigo, e aqueles que, individualmente ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Fiscal do Município.

Art. 124. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e Municípios, bem como com órgãos governamentais e não-governamentais, serventias públicas, entidades de classe, pessoas jurídicas de direito privado, ainda que concessionária ou permissionária de serviço público, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 125. O Cadastro Imobiliário compreende:

- I- os lotes de terras, edificados ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis, que não se destinem à atividades agropastoris, sujeitas ao recolhimento do ITR - Imposto Territorial Rural;
- II- os imóveis mesmo que localizados em áreas rurais, mas que comprovadamente sejam utilizados para outros fins que não agropastoris.

Art. 126. São responsáveis pelo fornecimento de informações ao Cadastro Imobiliário:

- I- o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;
- II- qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- III- o compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
- IV- o inventariante, administrador judicial, ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

§ 1º. O cadastro municipal não representa instituição de propriedade do imóvel, devendo a propriedade imobiliária ser regida pelas normas do Código Civil Brasileiro.

§ 2º. No caso de imóvel locado, o locatário será solidário ao pagamento do tributo se o contrato de locação previr cláusula de pagamento do tributo por este.

Art. 127. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, até o último dia do mês subsequente, referente ao período de 90 (noventa) dias ao Setor Fazendário competente, a relação dos lotes que hajam sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números de quadra e lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único. Fica sujeito à multa de 01 (um) VR – Valor de Referência do Município por lote, o responsável que deixar de cumprir o disposto neste artigo e em caso de reincidência, multa de 02 (dois) VR – Valor de Referência do Município.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 128. O Cadastro Municipal das Atividades Econômicas observará os dados do CNAE-Fiscal que compreende a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal.

§ 1º. O Cadastro de Atividades Econômicas compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuária, cooperativista, indústria, comércio e prestação de serviços de qualquer natureza, existentes no Município.

§ 2º. Entendem-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

§ 3º. Entende-se por atividade, isenta, imune e/ou despersonalizada, a que não tenha finalidade lucrativa; atenda à comunidade e goze de imunidade tributária e/ou benefício fiscal, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional.

Art. 129. A inscrição no Cadastro das Atividades Econômicas será feita pelo responsável pela atividade ou seu representante legal, antes de iniciá-la.

Art. 130. A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo único. Fica sujeito à multa de 02 (dois) VR – Valor de Referência do Município, o contribuinte que não comunicar a venda ou transferência do estabelecimento, conforme disposto no “*caput*” deste artigo.

Art. 131. A cessação das atividades do estabelecimento será comunicada ao Município, dentro do prazo de 15 (quinze) dias do seu encerramento a fim de ser anotada no cadastro.

§ 1º. A anotação no cadastro será feita e verificada a veracidade das informações, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria, comércio ou prestação de serviço.

§ 2º. Fica sujeito à multa de 02 (dois) VR – Valor de Referência do Município, o contribuinte que não comunicar o cancelamento de sua firma no prazo especificado neste Código.

Art. 132. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I- Os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II- Os que embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

§ 1º. Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem vários pavimentos de uma edificação.

§ 2º. As pessoas estão sujeitas à inscrição no cadastro conforme as prestações que realizem, ainda que não tributadas ou isentas do imposto e devem, relativamente a cada um de seus estabelecimentos, emitir documentos fiscais, manter escrituração fiscal destinada ao registro das operações ou prestações efetuadas e atender às demais exigências decorrentes de qualquer outro sistema adotado pela Administração Tributária Municipal.

§ 3º. Regulamento estabelecerá, quando couber, os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo, ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade dos estabelecimentos.

§ 4º. Nos casos em que a prestação esteja desonerada em decorrência de isenção ou não-incidência, ou em que tenha sido atribuída à outra pessoa a responsabilidade pelo pagamento do imposto, a circunstância deve ser mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo pertinente, da legislação.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

CAPÍTULO IV DO CADASTRO RURAL

Art. 133. O Cadastro Rural compreende todos os imóveis localizados na área rural do Município, e conterá informações precisas para a identificação da propriedade, posse, produção e bens, sujeitando-se às normas contidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Todo o possuidor a qualquer título de imóvel situado na zona rural do Município deve efetuar o cadastro perante o órgão competente municipal.

Art. 134. Do Cadastro Rural deve constar, no mínimo:

- I-** nome e endereço completo do imóvel, suas características, inclusive o número de inscrição no Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- II-** nome e endereço de seu possuidor, a qualquer título, e o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- III-** tipo de culturas ou atividades exercidas no imóvel, bem como a área utilizada para cada uma;
- IV-** área de preservação ambiental.

Art. 135. Todo produtor rural deve emitir Nota Fiscal de Produtor, tanto para as vendas como para a simples transferências de produtos.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Produtor fica sujeita às normas da Municipalidade e da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, estas firmadas em convênio com o Município.

CAPÍTULO V DOS DEMAIS CADASTROS

Art. 136. O Cadastro de Vigilância Sanitária compreende todos os estabelecimentos ou vendedores ambulantes que processem, armazenem, comercializem bens, produtos ou prestem serviços.

Art. 137. O Cadastro de Ocupantes de Bens Públicos de Uso Comum compreende todos os ocupantes desses bens localizados na área urbana ou rural do Município, contendo informações para a identificação do uso, do ocupante e sua duração.

TÍTULO V DA DÍVIDA ATIVA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I DA INSCRIÇÃO

Art. 138. Constitui dívida ativa da Fazenda Municipal todo e qualquer valor proveniente de crédito tributário ou não tributário, assim definidos no art. 39, § 2º, da Lei Federal n.º 4.320/64, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para o seu pagamento e cuja cobrança seja atribuída, por esta Lei Complementar ou legislação complementar, ao Município.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 139. Ocorrendo as infrações descritas no art. 196 e seguintes desta Lei Complementar, o tributo, somado aos acréscimos legais, após esgotado o prazo para pagamento, será inscrito em dívida ativa.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Parágrafo único. O pedido de parcelamento implica o reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante, caráter decisório.

Art. 140. O termo de inscrição na dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- I-** o nome do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio e residência de um e de outros;
- II-** a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora, acrescidos das multas correspondentes e a atualização monetária, se for o caso;
- III-** a origem e natureza do crédito, mencionando especificamente o dispositivo legal em que seja fundado;
- IV-** a data e o número da inscrição;
- V-** se for o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

§ 1º. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição, se for o caso, ou de qualquer outro meio capaz de identificar as partes, com a perfeita caracterização do tributo e de seus acréscimos.

§ 2º. As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, poderão ser englobadas na mesma certidão.

§ 3º. Na hipótese do § 2º deste artigo, a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário nela inserido, não invalida a certidão, nem prejudica os demais débitos constantes da respectiva cobrança.

§ 4º. O registro na dívida ativa e a expedição das certidões podem ser feitos, a critério da Administração Municipal, por meio de sistemas mecânicos ou eletrônicos, com a utilização de fichas e listas em folhas soltas, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 141. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 142. A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

§ 1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

§ 2º. As certidões de dívida ativa tributária, independentemente de valor, poderão ser levadas a protesto extrajudicial, bem como ser inscritas em cadastros de proteção ao crédito, nos termos dos §§ 11 e 12, do artigo seguinte.

SEÇÃO II

DA COBRANÇA

Art. 143. A cobrança da dívida ativa se dará:

- I-** por via administrativa, quando processada pelos órgãos administrativos competentes;
- II-** por via judicial, quando processada pela Procuradoria do Município.

§ 1º. Na cobrança da dívida ativa a autoridade administrativa, na hipótese do inciso I, ou a Procuradoria do Município, na hipótese do inciso II deste artigo, poderá, mediante solicitação da parte interessada, autorizar o seu recebimento em parcelas, respeitado o valor mínimo de 80% (oitenta por cento) do Valor de Referência para cada parcela, e o disposto nos parágrafos 7º, 8º e 9º deste artigo.

§ 2º. O parcelamento de débitos tributários, de valor inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor de Referência, será pago em parcela única e, os de valor superior, o parcelamento limitar-se-á a 12(doze) parcelas, respeitado o valor mínimo fixado no parágrafo anterior.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 3º. O não recolhimento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, referidas nos parágrafos 1º e 2º, anteriores, tornará sem efeito o parcelamento concedido, cumprindo à autoridade competente proceder à cobrança imediata da dívida, pela via judicial.

§ 4º. É facultado o parcelamento do crédito tributário ajuizado na forma do § 4º deste artigo, em até 12 (doze) parcelas, com os acréscimos legais e encargos da execução, inclusive honorários advocatícios.

§ 5º. Os honorários advocatícios, citados no parágrafo anterior, tratam-se de remuneração que a parte vencida em pleito judicial é condenada a pagar aos procuradores, advogados e assessores jurídicos do Município, cujos valores devidos serão inicialmente repassados aos cofres públicos e, posteriormente, aos patronos das respectivas causas.

§ 6º. As duas vias de cobrança a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração Municipal, quando o interesse da Fazenda Municipal assim o exigir, determinar a imediata cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento administrativo.

§ 7º. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual – MEI, que aderirem ao regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar Federal nº. 123/06 e Lei Complementar Federal nº. 128/08 e alterações posteriores aplicam-se as regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

§ 8º. Não serão objeto de execução judicial créditos de qualquer natureza, do Município, cujo custo da execução seja igual ou inferior ao valor devido consolidado, observado o disposto no artigo 94 deste Código, considerando-se que:

I- o valor consolidado a que se refere este parágrafo é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais vencidos até a data de apuração;

II- na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor, inferiores ao limite fixado neste parágrafo, que cuja consolidação por identificação cadastral na dívida ativa venham a superar tal limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal;

III- os valores da dívida ativa da fazenda municipal inferiores ao limitador descrito neste parágrafo, ainda que não objeto de ajuizamento de execução fiscal, serão cobrados administrativamente pelo setor competente da administração;

IV- a eventual prescrição dos créditos não ajuizados, consoante o limitador tratado neste §, desde que adotadas as medidas administrativas cabíveis para obter seu pagamento, não importará em apuração de responsabilidade de servidores incumbidos da cobrança da dívida ativa da fazenda municipal.

§ 9º. O recolhimento de tributo não importa em presunção, para quaisquer fins, de legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, nem do regular exercício da atividade exercida, ou da normalidade das condições de funcionamento no respectivo local.

§ 10. A Administração Municipal poderá utilizar como ferramenta de cobrança de seus créditos tributários os serviços de protestos extrajudiciais através de cartórios competentes para tais demandas, cujos critérios estão definidos na Lei Federal nº 9.492/97.

§ 11. A Administração Municipal poderá se utilizar dos serviços dos órgãos de proteção ao crédito para negativar os devedores do fisco municipal já inscritos em dívida ativa, cujos critérios de operacionalização serão definidos através de ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Art. 144. Ressalvados os casos previstos em lei, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa de mora e dos juros de mora.

Parágrafo único. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, independentemente de pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa de mora e dos juros de mora que houver dispensado.

Art. 145. O disposto no artigo anterior aplica-se também ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

Art. 146. É solidariamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas às reduções



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

mencionadas nos artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Art. 147. Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança executiva, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução, e pelas autoridades judiciais.

Parágrafo único. Encaminhada a cobrança executiva, a atualização monetária será aquela determinada em juízo, em caso de divergências de índices aplicados.

Art. 148. A Administração Municipal poderá implantar programas de recuperação fiscal - REFIS, para resgate de créditos tributários da fazenda municipal, que serão regulados em leis definidoras de regras e condições específicas de cada programa, dispensadas da observância das regras desta Lei Complementar.

Art. 149. A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os créditos que venham a ser apurados.

CAPÍTULO II

DA DÍVIDA ATIVA NO SIMPLES NACIONAL

Art. 150. Os créditos tributários oriundos da aplicação do regime do SIMPLES NACIONAL serão apurados, inscritos na dívida ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), excetuada a hipótese do convênio previsto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O encaminhamento pelo Município dos créditos tributários para inscrição na dívida ativa da União será realizado preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 151. A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual - MEI que se encontrem sem atividade há mais de 3 (três) anos podem dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, desde que não existam créditos tributários referentes a períodos anteriores.

CAPÍTULO III

DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 152. A prova de quitação de tributo exigível, será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pela Fazenda Municipal, podendo ainda ser emitida via internet no sistema do Município.

Art. 153. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 154. A certidão negativa quando fornecida na repartição será expedida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do protocolo que a requerer, sob pena de responsabilização funcional, ressalvados erros ou falta de informações na solicitação do requerente, que interromperá este prazo.

Parágrafo único - O prazo de validade da certidão negativa será de 60 (sessenta) dias, ou outro que a lei fixar.

Art. 155. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, ou que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 156. Será exigida a certidão negativa para:

- I-** aprovação de projetos de arruamentos e loteamentos e quaisquer tipos de edificações;
- II-** concessão de serviços públicos;
- III-** apresentar proposta em licitações e celebrar contratos;
- IV-** baixa ou cancelamento de inscrições de pessoas físicas ou jurídicas;
- V-** inscrição de pessoas físicas ou jurídicas, e no caso destas, inclusive dos seus sócios;
- VI-** obter qualquer benefício administrativo ou fiscal do Município;
- VII-** participação em programas de auxílio, fomento e/ou incentivo, a qualquer título, pertinente a adoção de políticas públicas em áreas específicas de desenvolvimento do Município;
- VIII-** utilização e/ou locação de espaços públicos, a título oneroso ou não;
- IX-** recebimento, a qualquer título, oneroso ou gratuito, de bens pertencentes a municipalidade, móveis ou imóveis.

Art. 157. As certidões negativas ou positivas com efeito de negativa serão emitidas, de forma unificada, com base nas informações contidas nos cadastros mobiliários e imobiliários da municipalidade.

Art. 158. Sem prova por certidão negativa ou por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não podem lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos aos imóveis.

TÍTULO VI

DA CONSULTA

CAPÍTULO I

DA LEGITIMIDADE PARA CONSULTAR

Art. 159. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes do prazo legal para o recolhimento do tributo e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 160. A consulta pode ser formulada por sujeito passivo de obrigação tributária principal ou acessória que tenha legítimo interesse na matéria consultada.

Art. 161. A consulta também pode ser formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, com legítimo interesse na matéria consultada, em relação aos seus representados.

Art. 162. No caso de contribuinte possuir mais de um estabelecimento, a consulta será formulada pelo estabelecimento que tenha interesse na ocorrência da obrigação tributária principal ou acessória.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA PARA SOLUCIONAR CONSULTA

Art. 163. A consulta será dirigida ao Secretário Municipal de Finanças ou a autoridade equivalente na estrutura administrativa, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, devendo ser instruída, se necessário, com os documentos que dispuser a consulente.

§ 1º. A consulta poderá tratar de questões relativas a mais de um tributo.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 2º. A consulta formalizada junto ao ente não competente para solucioná-la é declarada ineficaz.

Art. 164. Tratando-se de consulta formulada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou de Microempreendedor Individual – MEI, optantes pelo Simples Nacional, a Secretaria Municipal da Finanças informará ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), o conteúdo das soluções de consultas relativas ao Simples Nacional, nos termos em que o Comitê Gestor regulamentar.

Art. 165. A consulta é solucionada em instância única, não cabendo recurso, nem pedido de reconsideração.

Art. 166. O regulamento pode estabelecer forma e condições diversas para a formulação de consultas.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DA CONSULTA

Art. 167. Nenhum procedimento tributário administrativo ou judicial será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à matéria objeto da consulta, durante a sua pendência..

Parágrafo único. A consulta suspende o prazo para recolhimento do tributo.

Art. 168. Os efeitos previstos no artigo anterior não se produzirão em relação às consultas:

- I- meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa definitiva ou judicial, transitada em julgado;
- II- que não descrevem completa e exatamente a situação de fato;
- III- formuladas por consulentes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscalizatória, notificados de lançamento, intimados de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados em ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art. 169. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 170. A resposta à consulta é vinculativa para a Administração Fazendária, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

Art. 171. A autoridade administrativa deliberará e responderá à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Secretário Municipal de Finanças, ou autoridade equivalente na esfera administrativa, para homologação.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá solicitar parecer jurídico, sobre a consulta formulada, sempre que entender necessário para elucidação dos questionamentos.

Art. 172. O Secretário Municipal de Finanças, ou autoridade equivalente na esfera administrativa, ao homologar a resposta à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo de 30 (trinta) dias, para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o ato decorra de fraude, sonegação ou simulação.

Parágrafo único. O consulente pode fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração de eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua notificação.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

TÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO

Art. 173. Todas as funções referentes à cobrança e fiscalização de tributos municipais e à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, na forma das atribuições constantes na legislação

Art. 174. Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários ou outras obrigações previstas nesta Lei Complementar, a Fazenda Municipal poderá:

- I-** exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que constituem ou possam vir a constituir fato gerador da obrigação tributária, nos prazos e nas formas previstas na legislação.
- II-** fazer inspeções, vistorias, levantamentos, avaliações e apreensões de documentos fiscais nos locais e estabelecimentos onde são exercidas atividades passíveis de tributação, ou nos bens que sejam objeto de tributação;
- III-** exigir informações escritas ou verbais;
- IV-** notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
- V-** requisitar o auxílio da força policial, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessária à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
- VI-** notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que sejam tomadoras de serviços, que gozem de imunidade ou que sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º. Para os efeitos desta Lei Complementar, não têm aplicação quaisquer outras disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis de natureza comercial ou fiscal dos contribuintes, ou da obrigação destes de exibi-los.

§ 3º. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

§ 4º. A prática de qualquer ato, comissivo ou omissivo, tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente a efetiva ação por parte da autoridade fiscal, sujeita o infrator às sanções cíveis e penais cabíveis.

§ 5º. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização, cientificará o fiscalizado em documento que aponte o início do procedimento.

Art. 175. Dos exames e diligências fiscais lavrar-se-á termo circunstanciado, dele constando, a data de início da fiscalização, a data inicial e final do período fiscalizado, a relação dos livros e dos documentos examinados, demais elementos que se entender necessários e a assinatura do agente responsável pela fiscalização.

§ 1º. O termo será lavrado no estabelecimento ou local em que se efetivar a fiscalização, em formulário próprio, do qual se entregará cópia de inteiro teor à pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização.

§ 2º. O processo fiscalizatório deverá estar concluso no prazo 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, havendo justo motivo, devidamente comprovado pelo agente fiscal e suspenderão os demais prazos processuais.

§ 3º. Se intimado o contribuinte para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar livros ou documentos fiscais e não o fizer, serão considerados verdadeiros os fatos a ele imputados no procedimento fiscal, sem prejuízo do disposto no artigo 388 desta Lei Complementar.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 176. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à Fazenda Municipal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I- os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II- os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;
- III- as empresas de administração de bens;
- IV- os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V- os inventariantes;
- VI- os administradores judiciais e os liquidatários;
- VII- os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, ou habitação;
- VIII- os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;
- IX- os responsáveis por repartições do Governo Federal, Estadual e Municipal, da administração direta ou indireta;
- X- quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 177. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§ 1º. A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave, sujeita a penalidades da legislação pertinente.

§ 2º. Excetua-se do disposto neste artigo:

- I- a prestação de mútua assistência para fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações entre órgãos federais, estaduais e municipais, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;
- II- os casos de requisição regular da autoridade judiciária, no interesse da justiça.

Art. 178. O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

§ 1º. O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo, os quais poderão ser substituídos por escriturações eletrônicas.

§ 2º. A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ 3º. A autoridade administrativa determinará ao agente da Fazenda Municipal e/ou perito, devidamente qualificados a realização de diligências, sendo facultado ao sujeito passivo, participar da mesma, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as anotações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 179. Tratando-se de estabelecimento prestador de serviços incluídos na Lista de Serviços anexa a esta Lei Complementar, a competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, e para verificar a ocorrência das hipóteses de exclusão de ofício do regime, é do Município, compartilhada com a Secretaria da Receita Federal (RFB) e a Secretaria da Fazenda do Estado.

Parágrafo único. A fiscalização da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Individual – MEI, optantes do Simples Nacional será efetuada na forma e nas condições determinadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e nos termos deste Capítulo, naquilo que não conflitar com aquelas determinações.

CAPÍTULO II

DA APREENSÃO DE BENS, LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 180. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

§ 1º. A apreensão poderá também compreender livros ou documentos quando constituem prova de fraude, simulação, adulteração, falsificação ou outra irregularidade fiscal.

§ 2º. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas as buscas e apreensões judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 190. A apreensão será objeto de lavratura de Termo de Apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos; a indicação do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário se for o caso; a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único. O autuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão na forma do art. 193 desta Lei Complementar.

Art. 191. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado serem devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

§ 1º. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

§ 2º. Se o autuado não provar o preenchimento dos requisitos ou o cumprimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apreensão, aplicar-se-á pena de perdimento dos bens, sendo os mesmos levados a leilão, de conformidade com a legislação.

§ 3º. Quando a apreensão recair em bens que, pela natureza, são perecíveis, de fácil deterioração ou de onerosa guarda ou manutenção, serão sumariamente alienados, sub-rogando-se o produto da alienação no bem apreendido.

§ 4º. Findo o devido processo legal, restando apurado débito, ficará autorizada a venda por hasta pública dos bens apreendidos, sendo a importância obtida, imputada no pagamento do débito tributário e, havendo saldo superior aos créditos tributários e demais custos resultantes da modalidade de venda este será restituído de imediato ao autuado.

CAPÍTULO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 192. Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á Auto de Infração correspondente, que conterà os seguintes requisitos:

- I- número de ordem, local, data e hora da lavratura;
- II- nome e endereço do autuado, com o número da respectiva inscrição, quando houver;
- III- descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;
- IV- capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;
- V- determinação da intimação do autuado para o pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

penalidades ou impugnação nos termos desta Lei Complementar;

VI- identificação e assinatura do agente fiscal e a indicação de seu cargo ou função;

VII- assinatura do próprio autuado ou infrator ou do seu representante, mandatário ou preposto, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a tomar ciência, se intimado pessoalmente

§ 1º. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do Auto de Infração e não implica confissão, nem a sua falta ou recusa implicará nulidade do auto ou agravamento da infração.

§ 2º. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não o tornam nulo, quando constem no procedimento fiscal elementos suficientes para determinação da infração e a identificação do autuado.

Art. 193. A intimação do Auto de Infração será realizada na seguinte ordem:

I – pessoalmente;

II – por meio eletrônico, mediante confirmação de recebimento;

III – por via postal, mediante aviso de recebimento com a indicação do número do Auto de Infração;

IV – por edital publicado no órgão de imprensa oficial do Município.

§ 1º. O agente fiscal que não intimar pessoalmente o contribuinte, deverá certificar o motivo no próprio Auto de Infração

§ 2º. A intimação por via postal será expedida para o domicílio tributário do contribuinte, considerando-se intimado pela confirmação da entrega no endereço.

§ 3º. O edital de intimação será publicado uma única vez com prazo de 30 (trinta) dias, a partir do qual, inicia o prazo para pagamento ou impugnação.

Art. 194. Nenhum Auto de Infração será arquivado, nem será cancelada a multa fiscal sem despacho fundamentado da autoridade administrativa.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no “caput” deste artigo, sujeita o infrator à penalidade pecuniária, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis à espécie.

Art. 195. O agente fiscal que, tendo conhecimento de infração da legislação tributária em função do cargo exercido, deixar de lavrar e encaminhar o auto de infração competente, ou o funcionário que, da mesma forma, deixar de lavrar a representação, será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Municipal, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º. Igualmente será responsável a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento a quaisquer processos administrativos tributários ou mandar arquivá-los antes de findos, sem causa expressamente justificada ou com fundamento diferente da legislação vigente.

§ 2º. A responsabilidade, no caso deste artigo, é pessoal e independe do cargo ou função exercida, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis à espécie.

TÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES

Art. 196. Constitui infração todo ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, contrário às disposições das leis tributárias e, em especial, desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 197. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 198. São infrações administrativas tributárias do sujeito passivo, dentre outras:

- I-** prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;
- II-** inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;
- III-** alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;
- IV-** fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- V-** incorrer nas tipificadas especificamente para cada tributo.

Art. 199. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Art. 200. São penalidades tributárias previstas nesta Lei Complementar, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I-** a multa de infração;
- II-** a perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III-** a revogação dos benefícios de moratória, parcelamento, remissão, isenção e anistia; ;
- IV-** a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
- V-** a sujeição ao regime especial de fiscalização;
- VI-** o perdimento de bens apreendidos;
- VII-** a interdição de obra ou atividade.

Parágrafo único. A administração, no ato de revogação, modulará os seus efeitos.

Art. 201. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 202. A multa de infração será de 100% (cem por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição, devidamente atualizados com juros e multa moratória, aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 1º. As multas a que se refere o “caput” deste artigo, poderão ser reduzidas nos seguintes percentuais, se o sujeito passivo, uma vez notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos lançados de ofício, aplicando-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

I - 50% (cinquenta por cento), se efetuar o pagamento ou a compensação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado do lançamento;

II - 40% (quarenta por cento), se requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado do lançamento;

III - 30% (trinta por cento), se efetuar o pagamento ou a compensação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância; e

IV - 20% (vinte por cento), se requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.

§ 2º. Aplica-se, no que couber a este artigo, o disposto no art. 80, deste Código.

Art. 203. Independentemente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas, com multa de 02 (dois) VR – Valor de Referência ou outra unidade que venha a substituir, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embarçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal ou infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta Lei Complementar.

Art. 204. Se, por ocasião da atividade fiscalizatória, se verificar a ocorrência de crime, deverá ser encaminhado relatório circunstanciado ao Ministério Público competente.

TÍTULO IX

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 205. Fica estabelecido o Processo Administrativo Fiscal no âmbito do Município de Quatro Pontes, assegurando aos litigantes, dentre outros, os princípios:

I – da presunção de boa-fé;

II - do devido processo legal;

III - do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes;

IV - da celeridade dos atos administrativos e da duração razoável do processo; e

V - da eficiência da Administração Pública.

Art. 206. São competentes para julgar na esfera administrativa:

I - Em primeira instância, o Secretário Municipal de Finanças;

II - Em Seção, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo único. Enquanto não constituído o Conselho Municipal de Contribuintes, o recurso voluntário ou de ofício será julgado em segunda e última instância pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II

DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DA IMPUGNAÇÃO

Art. 207. A impugnação ao lançamento do crédito tributário e/ou ao auto de infração instaura a fase contenciosa do Processo Administrativo Fiscal e suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Parágrafo único. Não sendo impugnada a infração, será declarada a revelia do autuado.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 208. A impugnação será apresentada pelo sujeito passivo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação do lançamento do crédito tributário e/ou do auto de infração, exceto nos casos de lançamento de ofício com periodicidade anual e com opção de pagamento parcelado, sendo o prazo contado a partir da data de vencimento da cota única.

Art. 209. Na impugnação compete ao sujeito passivo alegar de uma só vez toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito e demais argumentos com que impugna o lançamento do crédito tributário e/ou auto de infração, instruindo-a com os documentos destinados a provar suas alegações.

Art. 210. A petição de impugnação, dirigida à autoridade competente, obrigatoriamente conterá:

I - qualificação, número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço físico e eletrônico do sujeito passivo;

II - o fato e o fundamento jurídico do pedido;

III - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - assinatura do sujeito passivo ou de seu representante legal acompanhada do instrumento de representação.

§ 1º. Quando tratar de impugnação ao auto de infração, a petição deverá ser juntada ao processo que originou o procedimento fiscalizatório constitutivo do crédito tributário impugnado.

§ 2º. Se matéria idêntica à impugnada já foi objeto de decisão judicial transitada em julgado, cabe ao contribuinte, ao alegá-la, apresentar prova da decisão.

Art. 211. A impugnação deverá ser protocolada exclusivamente no Setor de Protocolo Geral do Município, podendo, se disponível o serviço, ser por meio eletrônico, que a encaminhará diretamente ao setor competente para o respectivo processamento.

Parágrafo único. Recebido pelo setor competente, o processo deverá ser autuado, numerado e rubricado, salvo processamento por sistema eletrônico.

Art. 212. Compete ao Secretário de Finanças realizar a análise de admissibilidade da impugnação quanto ao cumprimento dos requisitos da petição inicial, bem como quanto à legitimidade e à tempestividade.

Parágrafo único. As impugnações aos tributos com periodicidade anual, lançados de ofício, protocoladas intempestivamente serão processadas como atualização cadastral, alterando o valor do tributo somente para o exercício seguinte à comunicação pelo contribuinte ao fisco, exceto quando for provado erro inequívoco deste.

SUBSEÇÃO I

DO RELATÓRIO TÉCNICO FISCAL

Art. 213. Antes de proferir a decisão de primeira instância, obrigatoriamente, será emitido relatório técnico fiscal no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período diante da necessidade e interesse público, pelo servidor efetivo que realizou os lançamentos dos créditos tributários, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a fim de subsidiar a decisão de primeira instância, sendo que na sua ausência poderá ser designado outro servidor de carreira para lhe substituir.

Parágrafo único. São requisitos essenciais do relatório técnico fiscal:

I - nome do sujeito passivo;

II - resumo do pedido;

III - registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

IV - os fundamentos jurídicos, em que o servidor analisa as questões de fato e de direito.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SUBSEÇÃO II

DO JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 214. Compete ao Secretário Municipal de Finanças decidir, em primeira instância, as impugnações ao lançamento de crédito tributário e/ou ao auto de infração.

Parágrafo único. Para subsidiar a decisão poderá requisitar ou deferir pedidos:

- I – de informações complementares;
- II – de realizações de diligências;
- III – de juntada de outros documentos que julgar necessários;
- IV – de parecer jurídico.

Art. 215. Encerrada a instrução a autoridade administrativa proferirá decisão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre a procedência ou improcedência da impugnação, resolvendo todas as questões suscitadas, contendo:

- I - relatório resumido do processo;
- II - fundamentos legais;
- III - conclusão, com a decisão sobre os pedidos formulados;
- IV - ordem de intimação, que conterà o prazo para recurso ou para pagamento do débito tributário.

Art. 216. Quando, por ocasião da decisão, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resulte agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal da exigência, será lavrado auto de infração ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo-se ao sujeito passivo prazo para impugnação, no concernente à matéria modificada.

Art. 217. A autoridade julgadora de primeira instância que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributos ou de multas de valor originário superior a 20 (vinte) VR – Valor de Referência, depois de transcorrido o prazo para recurso voluntário, remeterá de ofício os autos para reexame necessário.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando a decisão da autoridade administrativa de primeira instância estiver fundada em:

- I - súmula de tribunal superior;
- II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS

Art. 218. Da decisão de primeira instância cabe recurso voluntário, com efeito devolutivo e suspensivo, perante o Conselho de Contribuintes, interposto pelo sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão.

Art. 219. O recurso voluntário deve ser protocolado na forma do Art. 211, deste Código.

Art. 220. O recurso será dirigido à autoridade julgadora de primeira instância, que, decidindo pela sua admissibilidade, o remeterá para a segunda instância.

§ 1º. O recurso não será admitido quando interposto:

- I - fora do prazo;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

II - perante autoridade ou órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado.

§ 2º. Admitido o recurso, será oportunizado a apresentação de contrarrazões pela Fazenda Pública Municipal no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 221. É vedado interpor um único recurso em face de decisões distintas, ainda que tratem de matéria e sujeitos passivos idênticos ou similares, salvo quando proferidas no mesmo Processo Administrativo Fiscal.

Art. 222. O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão, garantido ao recorrido a apresentação de contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias e a juntada de novos documentos.

Art. 223. Em caso de incorreção, contradição, omissão ou falta de clareza, é facultado às partes, por petição precisa e fundamentada, dirigida à autoridade ou órgão que proferiu a decisão, pedir esclarecimento, correção ou sua integração, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 224. As intimações dos atos processuais serão realizadas por meio de publicação no diário oficial do Município com concomitante encaminhamento ao endereço eletrônico indicado na petição.

Art. 225. No caso de decisão definitiva ao sujeito passivo e que ainda reste crédito tributário a pagar, o recolhimento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da decisão, acrescido de correção monetária, juros e multa moratória, calculados desde a data dos respectivos vencimentos.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Art. 226. O Conselho Municipal de Contribuintes é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, com a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos às decisões administrativas fiscais de primeira instância.

Art. 227. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 05 (cinco) conselheiros titulares e 05 (cinco) conselheiros suplentes, sendo formado por:

I – 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) suplentes da Fazenda Pública Municipal;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente dentre advogados atuantes no Município;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente dentre contadores atuantes no Município;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente representantes de associação da indústria e comércio no Município.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes, titular e suplente, nomeados por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, será de 02 (dois) anos prorrogável por 01 (um) ano, vedada sua recondução antes de 02 (dois) anos.

§ 2º. O presidente e o vice-presidente serão escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal dentre os membros constantes no inciso I.

§ 3º. O secretário será de livre nomeação pelo presidente do Conselho.

Art. 228. São atribuições dos Conselheiros:

I - examinar os processos que lhes forem distribuídos, e sobre eles, apresentar relatório e parecer conclusivo, por escrito;

II - comparecer às sessões e participar dos debates para esclarecimento;

III - pedir esclarecimentos, vista ou diligências necessários e solicitar, quando conveniente, destaque de processo constante da pauta de julgamento;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

IV - proferir voto, na ordem estabelecida;

V - redigir os acórdãos de julgamento em processos que relatar, desde que vencedor o seu voto;

VI - redigir, quando designado pelo presidente, acórdão de julgamento, se vencido o relator;

VII - prolatar, se desejar, voto escrito e fundamentado, quando divergir do relator.

Art. 229. Compete ao Presidente do Conselho:

I - presidir as sessões;

II - convocar sessões extraordinárias, quando necessário;

III - designar relatores, lhes distribuindo processos;

IV - determinar as diligências solicitadas;

V - assinar os acórdãos;

VI - proferir, em julgamento, o voto de qualidade;

VII - designar redator de acórdão, quando vencido o voto do relator.

Art. 230. Perde a qualidade de Conselheiro o que não comparecer a 03 (três) sessões consecutivas, sem causa justificada ou perder a perder a condição na qual foi nomeado.

Art. 231. O Conselho realizará, ordinariamente, duas sessões por ano, em dia e horário fixado no início de cada período anual de sessões, podendo, ainda, realizar sessões extraordinárias, quando necessárias, desde que convocadas pelo Presidente.

Art. 232. Os serviços prestados pelos Conselheiros não serão remunerados, salvo previsão em lei específica

Parágrafo único. Não importa em remuneração as despesas que se fizerem necessárias para o custeio de suporte técnico pessoal e material pelo Município.

Art. 233. O Conselho de Contribuintes funcionará de forma plena, decidindo por maioria simples de votos de seus membros, competindo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Art. 234. Os membros do Conselho de Contribuintes são impedidos de discutir e votar nos processos:

I - de seu interesse pessoal ou de seus parentes até o terceiro grau inclusive;

II - do interesse de empresa de que sejam ou tenham sido nos últimos 05 (cinco) anos:

a) diretores;

b) administradores;

c) sócios;

d) acionistas;

e) membros de conselhos;

f) assessores;

g) vínculo empregatício.

III - em que houverem proferido decisão ou instruído o feito administrativamente.

Art. 235. O Conselho de Contribuintes a que se refere esta Lei Complementar poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de maioria dos seus membros, após reiteradas decisões sobre determinada matéria, aprovar súmula de observância obrigatória pela Administração Pública Municipal.

§ 1º. A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas jurídicas tributárias, acerca das quais haja controvérsia atual, entre órgãos julgadores e opinativos do contencioso administrativo fiscal ou entre estes e as demais unidades da administração tributária, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º. A súmula terá efeito vinculante a partir de sua publicação no Órgão Oficial do Município.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 236. Compete aos membros do Conselho de Contribuintes, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos após a nomeação originária do Conselho de Contribuintes, elaborar seu Regimento Interno, que obrigatoriamente deverá ser submetido à aprovação pela Administração Pública Municipal

Parágrafo único. Aprovado o Regimento Interno, a Administração Pública Municipal providenciará sua publicação no Órgão Oficial do Município.

PARTE ESPECIAL

LIVRO SEGUNDO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

TÍTULO I DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 237. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 238. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

- I** - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II** - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 239. Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuições.

§ 1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§ 2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

§ 4º. Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP é o tributo instituído para o custeio de implementação e manutenção de rede e serviço de iluminação pública.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 240. Integram o sistema tributário do Município:

I - Impostos:

- a)** Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
- b)** Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI.
- c)** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

II - Taxas:

- a)** pelo exercício do poder de polícia;
- b)** pela prestação de serviços públicos.

III - Contribuição de melhoria;

IV – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

TÍTULO II

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 241. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º. O fato gerador do imposto ocorre no primeiro dia de janeiro de cada exercício financeiro, nas condições em que se encontrar o imóvel.

§ 2º. Aplica-se ao Imposto Predial e Territorial Urbano, a progressividade no tempo, cumpridas as exigências constitucionais e do Estatuto das Cidades (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001).

Art. 242. Para os efeitos deste imposto entende-se como zona urbana, aquela que não é destinada à exploração extrativista, agrícola, pecuária ou agroindustrial, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos 2 (dois) dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público Municipal:

I - meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola de ensino fundamental ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º. São também consideradas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos, aprovados ou em fase de aprovação pelos órgãos competentes, comprovadamente destinados à habitação, à indústria, ao comércio, e à prestação de serviços, mesmo aqueles localizados fora da zona referida neste artigo, e independentemente da existência de qualquer dos melhoramentos constantes em suas alíneas.

§ 2º. Para o efeito do contido no “caput”, considera-se cada inciso um único melhoramento.

§ 3º. O IPTU não incide sobre imóvel localizado na zona urbana ou de expansão urbana, quando comprovadamente utilizado na exploração extrativo vegetal, agrícola ou pecuária, independentemente da extensão de sua área, desde que anualmente comprovado mediante:

I - requerimento administrativo protocolado no setor de tributação até a data de 30 de novembro de cada ano para o exercício financeiro subsequente;

II - a entrega das notas de venda emitidas de produção agrícola ou agropecuária do respectivo imóvel, referentes ao exercício financeiro;

III - comprovação de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR).

Art. 243. Para os efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano, os imóveis são classificados como terrenos edificados e não edificados.

§ 1º. Consideram-se terrenos não edificados os imóveis:

I - sem edificações de qualquer natureza;

II - com edificações em andamento, paralisadas ou em demolição, desde que não sejam aptas a serem utilizadas como moradia ou para fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços, bem como edificações condenadas ou em ruínas;

III - cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - em que houver edificação de diminuta dimensão, destinação ou utilidade.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

V - destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais e de combustíveis, exceto quando aprovadas pelos órgãos competentes do Município.

VI - que contenham edificações de valor irrisório em relação ao valor venal do terreno, à exceção daquele que constitua moradia.

§ 2º. Consideram-se terrenos edificadas:

I - os que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, ressalvados os casos previstos no parágrafo anterior;

II - os em zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais, de prestação de serviços e outras com objetivo de lucro, diferentes das finalidades necessárias para a obtenção de produção agropecuária e de sua transformação;

III - os com edificações em andamento, paralisadas ou em demolição que estejam sendo utilizadas como moradia ou para fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

SEÇÃO I

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 244. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, edificado ou não, conforme características do terreno e da edificação, aplicando-se a Planta Genérica de Valores do Anexo I deste Código.

§ 1º. Os valores venais dos imóveis pela aplicação da Planta Genérica de Valores do Anexo I deste Código serão apurados com base no Valor de Referência – VR vigente, mediante Decreto, a ser expedido até o dia 31 de dezembro do ano que antecede o exercício a que se referir o lançamento.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal proporá a revisão da Planta Genérica de Valores, precedida de estudos por Comissão Especial instituída por Decreto, nos moldes do art. 246 desta Lei Complementar, sempre que se notarem modificações ou alterações de qualquer natureza na estrutura dos imóveis.

§ 3º. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 245. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e independentemente da atualização anual dos valores venais dos imóveis, as alíquotas incidentes nas zonas beneficiadas por objeto de complementação urbana poderão sofrer acréscimos, de acordo com o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Consideram-se zonas beneficiadas por objetos de complementação urbana, as vias e logradouros públicos que tenham qualquer tipo de pavimentação.

Art. 246. O valor venal dos imóveis será determinado em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - preços correntes das transações no mercado imobiliário;

II - zoneamento urbano;

III - características do logradouro e da região onde se situa o imóvel;

IV - características do terreno, como:

a) área;

b) ocupação, situação, incidência, patrimônio, frentes, pedologia, topografia, pavimentação, limitação, nível, forma, fator, diferença e acessibilidade.

V - características da construção, como:

a) área;

b) qualidade, tipo e ocupação, utilização, posição, conservação, características externas e internas.

c) o ano da construção;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 247. A Tabela de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construção que fixarão, respectivamente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:

I - a lotes, a quadras, à face de quadras, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos;

II - a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação, relativamente às construções.

Parágrafo único. A Planta Genérica de Valores conterá, ainda, os fatores específicos de correção que impliquem depreciação ou valorização do imóvel.

Art. 248. O valor venal do imóvel será determinado pela seguinte fórmula:

$VVI = VVT + VVC$
Sendo:
VVI = Valor Venal do Imóvel
VVT = Valor Venal do Terreno
VVC = Valor Venal da Construção

SUBSEÇÃO I

DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO DA CONSTRUÇÃO (ICC)

Art. 249. O Índice de Correção da Construção será obtido pelo produto da multiplicação dos índices correspondentes aos campos 01 (um) a 06 (seis), previstos na Planta Genérica de Valores do Anexo I deste Código, conforme informações da construção no Cadastro Imobiliário.

SUBSEÇÃO II

DO VALOR VENAL DA CONSTRUÇÃO

Art. 250. O valor venal da construção resultará da multiplicação da área total edificada pelo valor unitário do metro quadrado, segundo seu tipo de construção, conforme a Tabela 04, do Anexo I, deste Código, multiplicado pelos Índices de Correção da Construção (ICC).

§ 1º. O valor unitário do metro quadrado corresponde ao quantitativo previsto na Tabela 04, do Anexo I, deste Código, multiplicado pelo Valor de Referência do Município

§ 2º. O valor da construção será obtido através da seguinte fórmula:

$VVC = VM^2I \times AC \times ICC$
Sendo:
VVC = valor venal da construção
VM^2I = valor do metro quadrado do tipo da construção
AC = área construída
ICC = índices de correção da construção

Art. 251. A área total edificada será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou no caso de pilotis, da projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas de cada pavimento.

§ 1º. Os porões, sótãos, jiraus, terraços, mezaninos e piscinas, quando úteis, serão computados na área construída, observadas as disposições regulamentares.

§ 2º. No caso de cobertura de postos de serviços e assemelhados será considerada como área construída a sua projeção sobre o terreno.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 252. No cálculo da área total edificada das unidades autônomas de prédios em condomínios, será acrescentada à área privativa de cada unidade, a parte correspondente das áreas comuns em função de sua quota-parte.

SUBSEÇÃO III

DO ÍNDICE DE CORREÇÃO DO TERRENO (ICT)

Art. 253. O Índice de Correção do Terreno será obtido pelo produto da multiplicação dos índices correspondentes aos campos 07 a 10, previstos na Planta Genérica de Valores do Anexo I deste Código, conforme informações da construção no Cadastro Imobiliário.

SUBSEÇÃO IV

DO VALOR VENAL DO TERRENO

Art. 254. O Valor Venal do Terreno resultará da multiplicação de sua área total pela fração do Valor de Referência do Município por metro quadrado, e pelos Índices de Correção do Terreno (ICT), previstos na Planta Genérica de Valores, aplicáveis conforme as características do terreno, aplicando-se a seguinte fórmula:

$VVT = VM^2T \times AT \times ICT$
Sendo: VVT = valor venal do terreno VM ² T = valor do metro quadrado do terreno AT = área do terreno ICT = índices de correção do terreno.

Art. 255. No cálculo do valor venal do terreno, no qual exista prédio em condomínio, será considerada a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma conforme a fórmula abaixo:

$FI = \frac{T \times U}{C}$
Sendo: FI = fração ideal T = área total do terreno U = área da unidade autônoma edificada C = área total construída

SEÇÃO II

DA ALÍQUOTA

Art. 256. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal do imóvel:

- I** - edificados – 0,07% (sete centésimos por cento);
- II** - não edificados – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

CAPÍTULO III

DAS ISENÇÕES E DAS IMUNIDADES

Art. 257. São isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

- I** - o imóvel cedido gratuitamente por particular para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, enquanto ocupadas pelos citados serviços;
- II** - o único imóvel de propriedade de pessoa com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que comprove



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

possuir rendimento familiar não superior a 02 (dois) salários mínimos, desde que utilizado exclusivamente para fins de moradia própria.

III - o imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da autoridade competente, observado o disposto no § 1º deste artigo;

IV – o imóvel que esteja comprovadamente interditado pela Defesa Civil;

V – os imóveis residenciais contemplados em programas habitacionais destinados a famílias consideradas de baixa renda, assim definidos em legislação específica.

§ 1º. Para a concessão das isenções previstas neste artigo, compete exclusivamente aos contribuintes, requerê-las junto ao Departamento de Tributação do Município, até a data de 30 (trinta) de novembro de cada ano, para o exercício financeiro subsequente, sob pena de não surtir efeito.

§ 2º. A requerimento do interessado ou de seu representante legal, o Município poderá conceder, anualmente, obedecido o disposto no parágrafo anterior, isenção do imposto, mediante prévia comprovação por laudo médico, aos portadores das seguintes doenças consideradas graves: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Alienação Mental, Cardiopatia Grave, Cegueira (inclusive monocular), Contaminação por Radiação, Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante), Doença de Parkinson, Esclerose Múltipla, Espondiloartrose Anquilosante, Fibrose Cística (Mucoviscidose), Hanseníase, Nefropatia Grave, Hepatopatia Grave, Neoplasia Maligna, Tuberculose Ativa, e Paralisia Irreversível e Incapacitante, que comprovem possuir rendimento familiar não superior a 02 (dois) salários mínimos vigentes no País, e que possuam um único imóvel e enquanto utilizado como moradia própria, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios.

§ 3º. A qualquer tempo as isenções previstas neste artigo podem ser canceladas, uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizaram a sua concessão, com eficácia ao exercício fiscal subsequente.

§ 4º. Após o requerimento do contribuinte, previsto no § 1º, atendidas as exigências para concessão, será emitido parecer deferindo a isenção.

§ 5º. Poderá, se for necessário, ser solicitado ao requerente da documentação complementar para instruir seu requerimento de isenção. do .

Art. 258. São isentos, igualmente, do imposto:

I – o imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por ato do Município, enquanto este não se imitar na respectiva posse;

II – o imóvel atingido total ou parcialmente por projeto de obras do sistema viário, de tal forma que inviabilize sua utilização, e enquanto perdurar o impedimento;

III - nos dois primeiros anos contados a partir da data da aprovação, na forma da legislação aplicável ao parcelamento do solo urbano, pertencentes a loteamento, preenchidos os seguintes requisitos:

a) comunicar trimestralmente ao órgão de tributação do Município os lotes vendidos, cedidos ou transferidos a qualquer título a terceiros;

b) apresentar ao órgão de tributação do Município enquanto durar o prazo de isenção durante o mês de novembro, relação dos lotes vendidos, cedidos ou transferidos à terceiros, assim como os lotes ainda pertencentes ao loteador.

§ 1º. Para habilitar-se à isenção, o contribuinte deverá comprovar documentalmente as exigências previstas nesta Seção, na Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, para o exercício financeiro subsequente.

§ 2º. Deixando de existir as razões que determinaram as isenções previstas no inciso I e II deste artigo, o imposto voltará a ser exigido no exercício financeiro subsequente.

Art. 259. São imunes do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis que:

I - os proprietários forem a União, os Estados e suas respectivas autarquias e fundações;

II - o proprietário for partido político, inclusive suas fundações; templos de qualquer culto; instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, e entidades sindicais de trabalhadores, desde que utilizados para o atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso II deste artigo, relativamente às instituições de educação e de assistência social que:

I – distribuírem aos seus sócios, cooperados ou detentores a qualquer título do acervo social, parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, mesmo que na forma de lucro ou participação no seu resultado;

II - não mantiverem escrituração regular de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de comprovar sua exatidão;

III - não aplicarem integralmente as sobras dos seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais;

CAPÍTULO IV

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 260. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 261. São pessoalmente responsáveis pelo imposto:

I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou de meação;

IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1.º Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2.º O disposto no inciso IV aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 3.º O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferências de propriedade ou de direitos reais a eles relativos, salvo nas hipóteses de arrematação e hasta pública, em que a sub-rogação ocorrerá sob o respectivo preço.

§ 4.º Conhecido o proprietário ou titular do domínio útil e o possuidor para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência como sujeito passivo, primeiramente ao proprietário, em seguida ao titular do domínio útil e em terceiro ao possuidor.

§ 5.º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, em face de serem desconhecidos ou não localizados, será considerado contribuinte aquele que estiver na posse direta do imóvel.

§ 6.º O promitente comprador imitado na posse direta; os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário são considerados contribuintes do imposto.

§ 7.º As companhias que desenvolvem programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário, destinados às pessoas de baixa renda, instituídos e desenvolvidos pelo Poder Público Federal, Estadual e/ou Municipal, diretamente ou através de entidades ou órgãos criados para este fim, são solidariamente responsáveis pelo recolhimento do tributo devido, relativamente aos imóveis sob sua responsabilidade.

§ 8.º As entidades referidas no § 7º deste artigo deverão informar trimestralmente à Secretaria Municipal de



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Finanças, todas as transações de imóveis sob sua responsabilidade, com vistas à atualização do cadastro imobiliário municipal.

§ 9º. As entidades referidas no § 7º deste artigo deverão, também, no ato da transferência do financiamento dos imóveis sob sua responsabilidade, quando efetuada por contrato particular, encaminhar o adquirente ao Setor de Tributação do Município, para o fim de obter a competente certidão negativa de débitos.

§ 10. A incidência e a cobrança do imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel; do resultado econômico da sua exploração, ou do cumprimento de quaisquer requisitos legais ou administrativos a ele relativos.

CAPÍTULO V

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 262. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, mesmo em se tratando de imóveis imunes ou isentos do imposto, e será promovida:

- I-** pelo proprietário ou por seu representante legal;
- II-** pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;
- III-** por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- IV-** pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
- V-** pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.
- VI-** de ofício:

a) em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal ou de entidade autárquica, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

b) quando a inscrição for promovida com informações incorretas, incompletas ou inexatas.

§ 1º. A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

§ 2º. Para efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, os responsáveis são obrigados a apresentar na repartição competente o documento que comprove a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel.

§ 3º. Os responsáveis, assim definidos no artigo anterior, solicitarão atualização dos dados necessários à perfeita identificação do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da:

- I-** intimação da Secretaria Municipal de Finanças;
- II-** conclusão da obra, total ou parcialmente, que permita seu uso ou habitação;
- III-** aquisição da propriedade, no total ou em parte certa, desmembrada da fração ideal;
- IV-** aquisição do domínio útil ou da posse;
- V-** demolição ou perecimento da construção existente;
- VI-** reforma, com ou sem aumento da área edificada;
- VII-** do compromisso de compra e venda ou sua cessão.

§ 4º. Será objeto de uma única declaração, a cargo do proprietário, acompanhada da respectiva planta do loteamento, subdivisão ou arruamento que informe:

- I-** a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de urbanização;
- II-** a área não dividida, porém arruada;
- III-** o lote isolado ou o grupo de lotes contíguos, quando já tenha ocorrido a venda ou promessa de venda de lotes da mesma quadra.

§ 5º. O contribuinte pode retificar a declaração ou atualizá-la antes de notificado do lançamento, desde que comprove sua necessidade.

§ 6º. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nas informações que dispuser a Secretaria Municipal de Finanças.

§ 7º. As obrigações previstas nos parágrafos 3º e 4º também se aplicam à pessoa do compromitente vendedor e



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

cedente do compromisso de compra e venda, ficando, igualmente, coobrigados os compromissários compradores e cessionários.

Art. 263. O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar ao órgão competente da Prefeitura Municipal:

- I-** o título de propriedade da área loteada;
- II-** a planta completa do loteamento, contendo em escala que permita sua anotação, os logradouros, quadras, lotes, área total e áreas cedidas ao patrimônio público municipal;
- III-** trimestralmente, após a comercialização, comunicação das alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes, inclusive Cadastro de Pessoas Físicas ou Cadastro Nacional de Contribuintes do Ministério da Fazenda; telefone e endereço completo para correspondência e informações relativas às unidades alienadas.

§ 1º. A inscrição ou alteração no Cadastro Imobiliário será efetivada com a comprovação da quitação integral dos débitos tributários, vencidos e vincendos, incidentes sobre os imóveis respectivos ou com a demonstração inequívoca de que o crédito encontra-se caucionado à Secretaria Municipal de Finanças ou transferido para imóvel remanescente ou outro(s) indicado(s) pelo contribuinte, mediante rateio do débito, devendo o valor do(s) imóvel(is) ser suficiente para garantir as respectivas obrigações.

§ 2º. Quando ocorrer inscrição e/ou alteração cadastral de imóvel objeto de transferência, assunção de obrigações tributárias ou não tributárias, vencidas ou vincendas, ou gravação através de caução à Secretaria Municipal de Finanças, o órgão competente deve incluir observação em que conste a origem, a natureza do débito e o número do procedimento administrativo autorizador.

§ 3º. A garantia, a título de caução, para fins de inscrição e/ou alteração no Cadastro Imobiliário, será exigida na forma que lei a regulamentar.

§ 4º. Em caso de litígio sobre o domínio deverão constar dentre os dados cadastrais do imóvel os nomes dos litigantes e dos possuidores, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde tramite a ação.

§ 5º. Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação e recuperação judicial.

§ 6º. Em se tratando de loteamento licenciado pelo Município, deve o requerimento de inscrição ser acompanhado de planta completa, em escala que permita proceder à anotação dos desdobramentos e à designação do valor da aquisição, dos logradouros, das quadras e dos lotes, da área total, das áreas cedidas ao patrimônio público municipal, dos lotes compromissados e dos lotes eventualmente já alienados.

Art. 264. Deverão ser obrigatoriamente comunicadas aos órgãos competentes do Município, por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas arroladas no § 3º deste artigo, mesmo sem se constituírem em contribuintes ou responsáveis pela obrigação principal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam alterar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais, especialmente:

- I-** a alteração resultante de construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;
- II-** a anexação, subdivisão ou parcelamento de solo;
- III-** a transferência da propriedade ou do domínio;
- IV-** a ocupação, quando esta ocorrer antes da conclusão da obra;
- V-** no caso de áreas loteadas, bem como das construídas, em curso de venda:
 - a)** a indicação de lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;
 - b)** as rescisões de contrato ou qualquer outra alteração.

§ 1º. A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva da ficha de inscrição.

§ 2º. O não cumprimento do disposto neste artigo, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em normas e posturas municipais, implica na imposição das penalidades previstas no art. 276, desta Lei Complementar.

§ 3º. O disposto neste artigo, aplica-se a:

- I-** construtoras ou incorporadoras que comercializarem unidades imobiliárias por conta própria;
- II-** imobiliárias e administradoras de imóveis que realizarem intermediação de compra e venda e aluguéis



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

de imóveis;

III- leiloeiros oficiais no caso de arrematação de imóveis em hasta pública;

IV- quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que venham a realizar atividades imobiliárias.

Art. 265. Os responsáveis por loteamentos ficam também obrigados a fornecer ao órgão responsável pelo imposto, até o mês de novembro de cada ano, cópias dos instrumentos de alienação definitiva ou mediante compromisso de compra e venda de lotes, firmados até o mês em que for formalizada a informação ao Fisco Municipal, revestidos das formalidades legais, para efeitos de atualização cadastral.

CAPÍTULO VI

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 267. O lançamento do IPTU será anual e deverá ter em conta a situação cadastral do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º. Serão cobradas com o IPTU as taxas que se relacionam direta ou indiretamente com a propriedade ou posse do imóvel.

§ 2º. O lançamento será feito de ofício, com base nas informações e dados levantados pelo órgão competente, ou em decorrência dos processos de "Baixa e Habite-se", "Modificação ou Subdivisão de Terreno" ou, ainda, tendo em conta as declarações do sujeito passivo e de terceiros.

§ 3º. Sempre que julgar necessário à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do imóvel para fins de lançamento do imposto.

§ 4º. Para proceder ao lançamento individualizado, o interessado deve solicitar à Secretaria Municipal de Finanças a atualização do cadastro e o lançamento em seu nome, apresentando, para tanto, o título de propriedade ou documento que comprove a posse com *animus domini* do imóvel.

§ 5º. Quando o imóvel de espólio estiver sujeito a inventário, o imposto será lançado em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores. Para esse fim, os herdeiros são obrigados a proceder à transferência perante o órgão competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 6º. O lançamento do imposto sobre imóveis pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação e recuperação judicial é feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

Art. 268. O contribuinte será notificado do lançamento do imposto com a publicação de decreto, editado anualmente, anterior à cobrança.

§ 1º. A notificação não implica na entrega do documento de arrecadação, ficando o contribuinte obrigado a retirá-lo no local e prazos indicados pela Administração Fazendária, no aludido decreto municipal.

§ 2º. A não retirada do documento de arrecadação não impede a cobrança.

Art. 269. A impugnação contra o lançamento deve ser formalizada até a data de vencimento da primeira parcela do imposto.

Parágrafo único. O lançamento do imposto não implica no reconhecimento de legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Art. 270. O recolhimento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas será feito de acordo com a data estabelecida por Decreto do Poder Executivo, através do Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária devidamente autorizada.

Parágrafo único. O recolhimento do IPTU será efetuado:

I- em um só pagamento, com 10% (dez por cento) de desconto, se recolhido integralmente até o vencimento



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

da primeira parcela do imposto;

II- de forma parcelada, em até 04 (quatro) parcelas sucessiva mensais, com vencimento todo dia 10 (dez), a contar da data indicada para o pagamento previsto no inciso anterior. .

Art. 271. O recolhimento do imposto será anual e se dará nos prazos e condições constantes da respectiva notificação.

Art. 272. O pagamento das parcelas vincendas não implica em quitação das parcelas vencidas, ou mesmo dos débitos já inscritos em dívida ativa.

Art. 273. Enquanto não ocorrer a decadência, o lançamento poderá ser feito, retificado ou complementado, com nova notificação ao sujeito passivo.

§ 1º. Independentemente do pagamento total ou parcial do imposto, poderá ser efetuado lançamento complementar sempre que se constatar haver ocorrido, por qualquer razão, a constituição a menor do crédito tributário.

§ 2º. O prazo para liquidação da obrigação tributária de que trata o parágrafo anterior, não pode ser inferior a 30 (trinta) dias contados da data da emissão da nova notificação, facultado ao contribuinte o direito de impugnação, no prazo e forma previstos nesta Lei Complementar.

§ 3º. A omissão de lançamento ou de cobrança de tributo que competir à Administração Fazendária, da qual decorrer a decadência ou prescrição do mesmo, implicará na responsabilidade funcional perante o Erário.

Art. 274. Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos ordinários aplicáveis à apuração da base de cálculo do imposto e seu lançamento, possam conduzir à tributação excessiva ou manifestadamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado processo de avaliação especial, mediante requerimento do interessado, com o cancelamento do lançamento inadequado, renovando-se o lançamento, com as correções devidas, cujos atos estarão sujeitos a apreciação e aprovação pela Administração Fazendária e ratificado pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VII

DA PROGRESSIVIDADE DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

Art. 275. Incidirá Imposto Territorial Urbano progressivo nos imóveis que não estiverem cumprindo a função social, assim entendida aqueles lotes urbanos que encontrarem-se não edificadas, não utilizados ou subutilizados, conforme os critérios adotados para a respectiva zona, assim definidos no Plano Diretor;

§ 1º. Os imóveis previstos no “caput” deste artigo, especialmente os não edificadas, ensejarão:

I- notificação ao proprietário ou possuidor para que, no prazo de 01 (um) ano, protocole perante o Município projeto de obra ou empreendimento que vise dar o adequado aproveitamento do imóvel, parcelando-o ou edificando, observadas as especificações da legislação de zoneamento e Plano Diretor.

II- vencido o prazo do inciso I sem que se apresente projeto ou, apresentado, sendo este rejeitado, bem como, passados dois anos da aprovação do projeto e não sendo a obra ou empreendimento iniciada, incidirá sobre o imóvel, alíquota progressiva no tempo, na forma do § 4º.

§ 2º. No caso dos imóveis não edificadas, não utilizados ou subutilizados o Município promoverá a notificação do proprietário para o cumprimento da obrigação, devendo a notificação ser averbada na matrícula do imóvel perante o cartório de registro de imóveis.

§ 3º. A notificação far-se-á:

I – por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

II – por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 4º. A progressividade do Imposto Territorial Urbano será lançada no exercício fiscal imediatamente seguinte,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

com alíquota inicial de 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), definida no Código Tributário Municipal, conforme o aumento progressivo a cada ano fiscal subsequente, um acréscimo no percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano até o quinto ano, ficando assim definidas as alíquotas:

I – 0,39% (trinta e nove centésimos por cento) no primeiro ano;

II – 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento) no segundo ano;

III – 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) no terceiro ano;

IV – 0,69% (sessenta e nove centésimos por cento) no quarto ano;

V – 0,79% (setenta e nove centésimos por cento) no quinto ano.

§ 5.º A mesma penalidade será aplicada no caso de descumprimento do prazo de conclusão de obras ou empreendimentos, respeitados os prazos e procedimentos de notificação desta Lei Complementar.

§ 6.º Será mantida a última alíquota progressiva aplicada ao Imposto Predial e Territorial Urbano, até o término das obras, com a obtenção do Habite-se.

§ 7.º Será mantida a alíquota do quinto ano àqueles imóveis que já completaram cinco anos de progressividade do Imposto Territorial Urbano, até que a situação do imóvel se modifique.

§ 8.º É vedado ao Poder Público estabelecer qualquer forma de isenção ou de anistia aos proprietários de imóveis que não estejam cumprindo sua função social, conforme parágrafo 3º do art. 7º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 9.º Decorridos cinco anos de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, de edificação ou de utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, conforme art. 8º da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 276. Sem prejuízo do disposto no art. 80 desta Lei Complementar, são infrações sujeitas a penalidades:

I- deixar de promover a inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário ou de suas alterações nos prazos previstos nesta Lei Complementar, multa de 02 (dois) Valor de Referência - VR, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Código de Obras e demais leis municipais;

II- não comunicar quaisquer modificações que impliquem em alteração do cadastro fiscal, multa de 02 (dois) Valor de Referência - VR por infração, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Código de Obras e demais leis municipais;

III- deixar de apresentar informações fiscais solicitadas pelo Setor de Tributação no prazo fixado em notificação ou termo de início de fiscalização, multa de 02 (dois) Valor de Referência – VR, por obra.

Art. 277. Sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei, o recolhimento do imposto após o vencimento implicará na aplicação de multa e juros moratórios na forma prevista no art. 80 desta Lei Complementar.

TÍTULO III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO – ITBI

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 278. O imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

à sua aquisição – ITBI tem como fato gerador:

- I-** a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física;
- II-** a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III-** a aquisição, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, através de compromisso ou promessa de compra e venda, sem cláusula de arrependimento;
- IV-** a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 279. Estão compreendidos na incidência do imposto:

- I-** compra e venda pura ou condicional ou o ato ou condição equivalente;
- II-** dação em pagamento;
- III-** permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos;
- IV-** arrematação ou adjudicação em hasta pública ou praça;
- V-** transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um dos seus sócios, acionistas ou sucessores;
- VI-** o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bens imóveis;
- VII-** a cessão de direitos, por ato oneroso, do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação, caso não tenha sido recolhido o tributo na conclusão do negócio jurídico cedido.
- VIII-** a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, caso não tenha sido recolhido o tributo na conclusão do negócio jurídico cedido.
- IX-** a instituição de usufruto convencional sobre imóveis à título oneroso;
- X-** todos os demais atos e contratos translativos da propriedade, por ato “inter vivos”, a título oneroso, de imóveis por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre imóveis;
- XI-** tornas ou reposições onerosas que ocorram:
 - a)** nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou de morte, quando o cônjuge ou herdeiro receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que lhes caberia, considerando-se a totalidade destes bens imóveis;
 - b)** nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;
- XII-** concessão de direito real de uso;
- XIII-** cessão de direitos à usucapião;
- XIV-** cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou de adjudicação;
- XV-** cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;
- XVI-** acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVII-** cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XVIII-** qualquer ato judicial ou extrajudicial “inter vivos” não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão a título oneroso de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- XIX-** enfiteuse, subenfiteuse, fideicomisso e acessão física;
- XX-** cessão de direitos relativos aos atos mencionados no artigo anterior;
- XXI-** a transmissão de bens imóveis em que o alienante seja o Poder Público.

Art. 280. Consideram-se bens imóveis para efeitos do imposto previsto neste capítulo, o solo e tudo quanto lhe se incorporar natural ou artificialmente.

Art. 281. Equipara-se ao contrato de compra e venda para efeitos fiscais:

- I-** a permuta de bens imóveis por bens ou direitos de outra natureza;
- II-** a permuta de bens imóveis por quaisquer bens situados fora do território do Município;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

III- a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

CAPÍTULO II

DA NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE E ISENÇÃO

Art. 282. O imposto não incide sobre a transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos, quando:

- I-** efetuada para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social subscrito e na respectiva desincorporação a favor do mesmo incorporador;
- II-** decorrente de fusão, cisão, transformação, incorporação ou extinção de pessoa jurídica;
- III-** o adquirente for a União, os Estados e suas respectivas autarquias e fundações;
- IV-** na extinção do usufruto, quando o nu-proprietário for o instituidor;
- V-** no subestabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes, para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;
- VI-** na aquisição por usucapião;
- VII-** na instituição de direitos reais de garantia;
- VIII-** o adquirente se tratar de partido político, inclusive suas fundações, templos de qualquer culto, instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos e entidades sindicais de trabalhadores, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 1º. Não se aplica o disposto no inciso VIII deste artigo, relativamente às instituições de educação e de assistência social que:

- I-** distribuírem aos seus sócios, cooperados ou detentores a qualquer título do patrimônio social, parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, mesmo que na forma de lucro ou participação no seu resultado;
- II-** não mantiverem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de comprovar sua exatidão;
- III-** não aplicarem integralmente os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais;

§ 2º. Não se aplica o disposto nos incisos I e II do “caput”, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda de bens imóveis bem como a locação, o arrendamento mercantil ou a cessão de direitos reais a eles relativos.

§ 3º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no “caput” deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em consideração os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 5º. Fica prejudicada a análise da atividade preponderante, incidindo o imposto, quando a pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos, tiver existência em período inferior ao previsto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 6º. A pessoa jurídica adquirente de imóveis ou de direitos a eles relativos na forma dos parágrafos anteriores, deve apresentar à repartição competente demonstrativo de sua receita operacional, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do término do período que serviu de base para a apuração da preponderância.

§ 7º. Verificada a preponderância referida nos parágrafos anteriores ou não apresentada a documentação prevista no parágrafo anterior, torna-se devido o imposto, atualizado monetariamente desde a data da estimativa fiscal do imóvel.

§ 8º. O disposto neste artigo não dispensa as entidades ou contribuintes nele referidos, da prática de atos assecuratórios do cumprimento, por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes desta Lei Complementar.

§ 9º. Aplica-se o disposto nos incisos I e II do “caput” na dissolução parcial ou extinção de associações, em relação a restituição patrimonial aos associados.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art.283. São isentas de imposto as primeiras transmissões imobiliárias e os direitos a elas relativos, referente às aquisições, a qualquer título, de bens imóveis, através de programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário, destinados às pessoas de baixa renda, instituídos e desenvolvidos pelo Poder Público Federal, Estadual e/ou Municipal, diretamente ou através de entidades ou órgãos criados, através de legislação específica.

Art. 284. Ficam ainda isentas do pagamento de imposto sobre as transmissões de bens imóveis, as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 285. Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários contribuintes imunes ou isentos, sua comprovação se dá através de documento expedido pela autoridade fiscal.

CAPÍTULO III

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 286. O contribuinte do imposto é:

- I-** o adquirente ou cessionário de bens imóveis ou direitos transmitidos ou cedidos, por ato oneroso;
- II-** na permuta, cada um dos permutantes.

§ 1º. Nas transmissões ou nas cessões que se efetuarem com recolhimento insuficiente ou sem recolhimento do imposto devido, respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

- I-** o transmitente;
- II-** o cedente;
- III-** os tabeliães, escrivães e demais serventuários da justiça em razão do seu ofício.

§ 2º. Além dos responsáveis definidos no parágrafo anterior, quanto aos créditos tributários provenientes do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão, são responsáveis o espólio e seus sucessores.

Art. 287. Todo aquele que adquirir bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do ITBI, é obrigado a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou arrematação ou quaisquer outros títulos representativos das transferências dos aludidos bens ou direitos.

CAPÍTULO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 288. A base de cálculo do imposto é o valor dos bens imóveis ou dos direitos reais transmitidos ou cedidos, apurado no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º. Tratando-se de imóvel localizado na zona urbana do Município, o valor da base de cálculo do imposto é aquele apurado pela administração tributária como sendo o valor de mercado do bem imóvel ou direito real transmitido, considerando-se o maior valor entre:

- I –** O constado no documento de transmissão ou declarado pelo contribuinte;
- II -** O obtido pela aplicação da Planta Genérica de Valores elaborada para efeitos de lançamento do IPTU.

§ 2º. Tratando-se de imóvel localizado na zona rural do Município, o valor da base de cálculo do imposto é aquele apurado pela administração tributária como efetivo valor do bem imóvel ou direito real transmitido, considerando-se o maior valor entre:

- I –** O constado no documento de transmissão ou declarado pelo contribuinte;
- II -** O obtido pela aplicação da tabela de preços médios de terras agrícolas, disponibilizada pela Secretaria de Estado e da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, através do Departamento de Economia Rural – DERAL,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

devidamente acompanhado do Cadastro Ambiental Rural – CAR, e acrescido das benfeitorias existentes no imóvel rural.

§ 3º. Os imóveis rurais situados próximos à sede do Município e Distritos, numa distância de até 05 km (cinco quilômetros) ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atribuído aos demais imóveis, observado o Plano Diretor Municipal, conforme análise da Comissão referida no § 4º.

§ 4º. A Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Quatro Pontes/PR, que deverá ser instituída e regulamentada por ato do Poder Executivo, é composta pelos seguintes profissionais:

I - 01 (um) representante do Setor de Finanças do Executivo Municipal;

II - 01 (um) representante do Setor de Engenharia do Executivo Municipal,

III - 01 (um) Corretor de Imóveis, preferencialmente entre os que estiverem sediados ou atuarem no Município, devidamente registrado no órgão de categoria.

IV – 02 (dois) representantes da sociedade civil, residentes ou atuantes no Município, entre engenheiros civis, advogados, contadores, notários ou pessoas com notório conhecimento em negócios imobiliários.

§ 5º. À Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Quatro Pontes/PR compete, por maioria:

I - Fixar diretrizes para apuração do valor de mercado dos imóveis situados no Município;

II – Comunicar ao Chefe do Executivo Municipal a necessidade de revisão da Planta Genérica de Valores para fins de IPTU, sempre que verificar que está apresenta significativa dissonância em relação ao valor de mercado dos imóveis;

III - Decidir as impugnações apresentadas pelos contribuintes aos valores atribuídos pela Administração Fazendária;

IV – Exercer demais competências que lhe forem designadas no ato de sua instituição.

§ 6º. Enquanto não instituída a comissão que trata o § 4º, cabe ao Secretário Municipal de Finanças exercer suas competências.

Art. 289. Não concordando com o valor atribuído pela Administração Fazendária, pode o contribuinte requerer a avaliação administrativa contraditória no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da avaliação, instruindo o pedido com documentação que fundamente sua discordância.

Art. 290. Na avaliação administrativa serão considerados quanto ao imóvel, em conjunto ou isoladamente, dentre outros, os seguintes elementos:

I - no caso de terrenos:

a) o valor declarado pelo contribuinte;

b) o índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

c) os preços das edificações implantadas no imóvel e o valor da sua área nua, apurados nas últimas transações de compra e venda, realizadas nas zonas respectivas;

d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;

e) a existência de melhoramentos implantados pelo Poder Público, tais como pavimentação, serviços de abastecimento de água, esgoto, iluminação pública, coleta de lixo e limpeza pública;

f) os valores aferidos no mercado imobiliário;

g) outros dados informativos, tecnicamente coletados e reconhecidos, obtidos pelas repartições competentes.

II - no caso de prédios:

a) a área construída;

b) o valor unitário da construção;

c) o estado de conservação da construção;

d) o valor do terreno;

e) o tipo de construção;

f) as características da construção;

g) os valores correntes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário local;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

h) os valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes;

i) outros dados informativos, tecnicamente reconhecidos, obtidos pelas repartições competentes.

§ 1º. Para efeito de apuração do valor venal, nos casos dos incisos I e II deste artigo, é deduzida a área que for declarada reserva legal devidamente averbada ou de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

§ 2º. Na arrematação ou leilão, nas partilhas oriundas de separações judiciais e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo é o valor declarado em juízo, salvo se este for manifestamente atribuído para fins fiscais, sem condizer com o valor de mercado.

§ 3º. Nas tornas ou reposições, a base de cálculo é o valor da fração ideal.

§ 4º. Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo é o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor do bem imóvel, se este for maior.

§ 5º. Na concessão real de uso, a base de cálculo é o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor do bem imóvel, se este for maior.

§ 6º. Na instituição de usufruto, a base de cálculo é de 30% (trinta por cento) do valor apurado pelo órgão municipal competente ou do valor declarado, se este for maior.

§ 7º. No caso de acessão física, a base de cálculo é o valor da indenização ou o valor da fração ou acréscimo transmitido, se este for maior.

§ 8º. Quando a fixação do valor do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra nua, estabelecido pelo órgão federal competente, pode o Município reavaliá-lo.

§ 9º. A Fazenda Pública tem prazo de até 10 (dez) dias para a expedição do documento para o recolhimento do imposto, contados da data da solicitação.

Art. 291. O imposto é calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I- para as transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação, considerando-se o valor do imóvel no momento da apuração do tributo:

a) 0,50% (meio por cento) sobre o saldo financiado pelo agente financeiro;

b) 2,00% (dois por cento) sobre o saldo remanescente.

II- para as demais transmissões, 2% (dois por cento).

§ 1º. A aplicação do percentual de 0,50% (meio por cento) de que trata a alínea “a” do inciso I, do “caput” do presente artigo, somente se aplicará às transmissões que atendam à Política Nacional da Habitação.

§ 2º. A alíquota do ITBI incidente sobre os imóveis localizados na zona rural do Município é de 2% (dois por cento), calculada na forma do artigo 288 desta Lei Complementar.

§ 3º. Para efeitos de cobrança do ITBI não são considerados os descontos eventualmente concedidos no lançamento e/ou cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Art. 292. Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deve ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontre por ocasião do ato translativo da propriedade.

CAPÍTULO V

DO LANÇAMENTO

Art. 293. O lançamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ocorre:

I- nas transmissões, através do preenchimento, pelo contribuinte, escrivão de notas ou tabelião, por ocasião da lavratura da escritura pública ou do instrumento, conforme o caso, do Formulário Informativo da Transmissão Imobiliária, contendo descrição detalhada do imóvel, suas características, localização, área do terreno,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

informações a respeito das benfeitorias e outros elementos que possibilitem o cálculo do imposto, o qual deve ser encaminhado a Fazenda Municipal para sua homologação ou adequação aos valores referenciais estabelecidos na Planta Genérica de Valores do Município;

II- nos demais casos que independam da lavratura de escritura pública ou outro instrumento similar, através da solicitação do cálculo do imposto, nos termos do inciso anterior, por exigência do Oficial de Registro, antes da transcrição imobiliária.

CAPÍTULO VI

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

SEÇÃO I

DO PAGAMENTO

Art. 294. O Imposto sobre a transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, será pago em até 15 (quinze) dias da data da emissão da guia de recolhimento, exceto nos seguintes casos:

- I-** na transferência de imóvel à pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas, ou seus respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de assembleia ou da escritura definitiva;
- II-** na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias a contar da data em que houver sido expedido o o respectivo auto ou carta;;
- III-** na acessão física, até a data do pagamento da indenização;
- IV-** nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença transitada em julgado que reconhecer o direito.

Art. 295. Nas promessas ou compromissos de compra e venda faculta-se efetuar o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que antes do registro do ato translativo de domínio.

§ 1º. Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que foi efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restitui a diferença do imposto correspondente.

Art. 296. O recolhimento importa em concordância tácita quanto ao lançamento do imposto devido, precluindo o prazo para sua impugnação.

SEÇÃO II

DA RESTITUIÇÃO

Art. 297. Observado o disposto nesta Lei Complementar, o valor pago a título do imposto somente poderá ser restituído quando:

- I-** não se formalizar o ato ou negócio que tenha dado causa ao pagamento, formalmente comprovado, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recolhimento do tributo;
- II-** for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;
- III-** for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado;
- IV-** ocorrer a rescisão, resolução ou resilição do negócio jurídico, com fundamento no Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. A restituição é feita a quem prove haver pago o valor respectivo, observado o procedimento previsto nesta Lei Complementar.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 298. O preenchimento ou fornecimento da guia para pagamento do imposto sobre a transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos é de responsabilidade da repartição competente.

Art. 299. O sujeito passivo é obrigado a:

- I-** apresentar na repartição competente todos os documentos e informações que forem necessários para o cadastro e lançamento do imposto;
- II-** fornecer declaração prévia contendo todos os elementos indispensáveis à emissão da guia para pagamento do respectivo imposto.

Art. 300. Aquele que adquirir bem ou direito cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, fica obrigado a apresentar o título à Fazenda Municipal até a transmissão do bem ou do direito.

CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS

Art. 301. Não serão registrados, inscritos ou averbados pelos oficiais de registro de imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados à transmissão de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão da isenção.

§ 1º. Os tabeliães ou escrivães farão constar nos atos e termos que lavrarem a estimativa fiscal, o valor do imposto, a data do seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal de Finanças ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório da exoneração tributária.

§ 2º. As solicitações de pagamento do imposto que envolva transações que possam, a juízo da autoridade fazendária municipal envolver a doação ou atos equivalentes, só serão acolhidas mediante expressa manifestação do Fisco Estadual, de que não há incidência do imposto de sua competência.

§ 3º. Os órgãos habitacionais do Paraná, deverão informar mensalmente à Fazenda Municipal, todas as transmissões de propriedade das unidades sob sua responsabilidade, mesmo quando não celebradas através de escrituras públicas de compra e venda.

CAPÍTULO IX

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 302. Sem prejuízo das penalidades criminais e administrativas cabíveis, serão aplicadas as penalidades ao serventuário ou funcionário público que não observar qualquer dos dispositivos legais e regulamentares relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e Direitos, bem como concorrer de qualquer modo para seu não pagamento ou evasão fiscal, devendo ser notificados para o pagamento da multa.

Art. 303. Sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, o adquirente de imóvel ou de direitos e ele relativos que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora no prazo legal (art. 300), fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto devido.

Art. 304. O não pagamento do imposto nos prazos fixados em lei sujeita o infrator à multa e juros moratórios na forma prevista no art. 80 desta Lei Complementar.

Art. 305. A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

do imposto sujeita o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo único. Igual multa é aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou na declaração e seja conivente ou auxilie na prática do ato ilícito.

Art. 306. O não cumprimento do disposto no art. 302 desta Lei Complementar, implicará em multa de 01 (um) Valor de Referência - VR do Município ao infrator.

Parágrafo único. Caso a irregularidade seja constatada mediante ação fiscalizatória, aplica-se multa em dobro daquela prevista para a infração.

Art. 307. O crédito tributário não liquidado no prazo legal fica sujeito a atualização monetária do seu valor, sem prejuízo das demais penalidades.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO DO ITBI

Art. 308. Sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar, estão sujeitos a fiscalização tributária os contribuintes e as pessoas físicas ou jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto, bem como aquelas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicial, pratiquem ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto.

Art. 309. Os escrivães, tabeliães, oficiais de nota, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Municipal o exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhes fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Parágrafo único. Poderá o Município firmar convênio com a Receita Federal para obtenção dos dados recebidos em razão da Declaração de Operações Imobiliárias – DOI, relativo aos imóveis localizados no Município.

TÍTULO IV

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 310. Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços do Anexo II, desta Lei Complementar, ainda que essa prestação não se constitua atividade preponderante do prestador.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Tratando-se de prestação de serviços com fornecimento de mercadorias, previstos na Lista de Serviços, a incidência do imposto será integral sobre o preço cobrado, exceto na hipótese em que houver ressalva expressa de sujeição do fornecimento de mercadoria à incidência do imposto de competência estadual, caso em que a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se limitará ao preço do serviço.

§ 3º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no Município onde está instalada a agência bancária, posto de atendimento bancário, correspondentes bancários ou estabelecimentos equivalentes do titular do cartão de crédito ou débito ou do domicílio do tomador do serviço no caso dos subitens 10.01, 15.01, 15.08 e 15.14 da Lista de Serviços do Anexo II desta Lei Complementar.

§ 5º. Considera-se ocorrido o fato gerador quando consumada a atividade em que consiste a prestação do serviço



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

ou, no caso de tributo fixo anual, no dia primeiro de janeiro de cada exercício ou, em se tratando de início de atividade, na data do pedido de inscrição no cadastro fiscal.

§ 6º. No caso de serviço de construção civil, ocorre o fato gerador onde a execução seja continuada, na data de cada medição mensal.

Art. 311. A incidência do imposto independe:

- I - da denominação dada ao serviço prestado;
- II - da existência de estabelecimento fixo;
- III - do serviço ser prestado em caráter permanente ou eventual;
- IV - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- V - do recebimento do preço ou do resultado econômico obtido com a prestação dos serviços;
- VI - da destinação dos serviços;
- VII - do pagamento ou de qualquer condição relativa à forma de sua remuneração;
- VIII - do resultado financeiro do exercício da atividade;
- IX - do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 312. Ocorre o fato gerador no momento da prestação do serviço, salvo as exceções expressamente previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. No caso da existência e durante a vigência de contrato de prestação de serviços em que figurem, de um lado, o tomador e, de outro, o prestador de serviço, ficando aquele obrigado a pagar a este um valor monetário, fixo ou variável, periodicamente, em contrapartida à eventual prestação de serviços disponibilizados na forma de contrato, considera-se ocorrido o fato gerador decorrente de tal contrato, quando do vencimento das respectivas parcelas.

Art. 313. Para efeito de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, considera-se:

- I - estabelecimento prestador: o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-las denominações de sede, filial, agências, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato quaisquer outras que venham a ser utilizadas;
- II - construção civil: todas as obras desdobradas de engenharia, com elaboração de projeto técnico ou como civil, naval, elétrica, industrial, mecânica, telecomunicações, química, de minas, arquitetura e/ou urbanismo, obras hidráulicas e outras semelhantes, necessárias à sua realização, tais como:
 - a) edificações em geral;
 - b) rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos;
 - c) pontes, túneis, viadutos e logradouros públicos;
 - d) canais de drenagem ou de irrigação urbana e rural, obras de retificação ou de regularização de leitos ou rios;
 - e) barragens, canais e diques;
 - f) sistemas de abastecimento de água e de saneamento, poços artesianos, semi-artesianos ou manilhados;
 - g) sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;
 - h) sistemas de telecomunicações;
 - i) refinarias, oleodutos, gasodutos e outros sistemas de distribuição de líquidos e gases;
 - j) escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;
 - k) a recuperação ou reforço natural de edificações, pontes e congêneres quando vinculadas a projetos de engenharia da qual resulte a substituição de elementos construtivos essenciais, limitando-se exclusivamente à substituição de pilares, vigas, lajes, alvenarias estruturais ou portantes, fundações e tudo aquilo implique na segurança ou estabilidade da estrutura;
 - l) estaqueamentos, fundações, escavações, aterros, perfurações desmontes, demolições, rebaixamento de



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

água, dragagens, escoramentos, terraplanagens;

- m) concretagem e alvenaria;
- n) revestimentos e pinturas de pisos, tetos, paredes, forros e divisórias;
- o) carpintaria, serralheria, vidraçaria e marmoraria;
- p) impermeabilizações e isolamentos térmicos e acústicos;
- q) instalações e ligações de água, de energia elétrica, de proteção catódica, de comunicações, de elevadores, condicionamento de ar, de refrigeração, de vapor, de ar comprimido, de sistemas de condução e exaustão de combustão, inclusive dos equipamentos relacionados com esses serviços;
- r) construção de jardins, iluminação externa, casa de guarda e outros da mesma natureza, não previstos no projeto original, desde que integrados ao preço de construção da unidade imobiliária;
- s) outros serviços diretamente relacionados às obras hidráulicas de construção civil e semelhantes;
- t) pavimentação em geral;
- u) implantação de sinalização em estradas e rodovias;
- v) montagens de estruturas em geral.

III - empresa: o local onde se exerce atividade econômica organizada, edificado ou não, próprio ou de terceiros, sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto;

IV - profissional autônomo:

- a) a pessoa física que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística ainda que com o uso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa;
- b) a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem relação de emprego, com no máximo, duas pessoas, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

V - trabalhador temporário: a pessoa natural que prestar serviços por intermédio de empresa de trabalho temporário ao tomador ou cliente por um período máximo de três meses, sendo empregado da empresa de trabalho temporário por esse período, não tendo autonomia, mas subordinação;

VI - trabalhador eventual ou avulso: a pessoa natural que prestar serviços descontínuos a uma ou mais pessoas, sendo sindicalizado ou não, porém arregimentado pelo sindicato da categoria profissional ou pelo órgão gestor de mão de obra, sem dependência hierárquica ou vinculação empregatícia;

VII - trabalho pessoal: aquele trabalho material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

VIII - sociedade simples de trabalho profissional: aquela com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços, e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

IX - microempreendedor individual – MEI: aquele empresário individual que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta total definida em Lei Complementar Federal.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, equipara-se à empresa a sociedade simples ou comum, inclusive a sociedade cooperativa.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

SEÇÃO I

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 314. O imposto não incide sobre:

- I -** as exportações de serviços para o exterior do País;
- II -** a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-administradores e dos administradores-delegados;
- III -** o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários; o valor dos depósitos bancários; o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
- IV -** os atos cooperativos, assim entendidos aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, entre



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I deste artigo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior do País.

SEÇÃO II

DAS ISENÇÕES

Art. 315. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no art. 356, inc. I, desta Lei Complementar, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Lista de Serviços do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 316. O Município poderá reduzir de tributação o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre a mão-de-obra empregada na atividade de construção civil as construções que estejam contempladas por programas habitacionais federais, estaduais e municipais destinados a famílias consideradas de baixa renda.

Parágrafo único. A redução de que trata o “caput” deste artigo será regulamentada por lei específica e está condicionada à fiscalização, verificação e aprovação por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, condicionado a parecer jurídico favorável da Procuradoria Municipal.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 317. Quando o benefício fiscal depender de requisito a ser preenchido e não sendo este satisfeito, o imposto será considerado devido a partir do momento em que tenha ocorrido a prestação do serviço.

§ 1º. O recolhimento do imposto far-se-á acrescido de multa e demais acréscimos legais, os quais serão devidos a partir do vencimento do prazo em que o imposto deveria ter sido recolhido, caso a operação ou prestação não fossem efetuadas com o benefício fiscal, observadas, quanto ao termo inicial de incidência, as respectivas normas reguladoras da matéria.

§ 2º. A outorga de benefício não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias.

§ 3º. Serão concedidos os benefícios fiscais municipais de qualquer natureza às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, na forma da legislação federal.

CAPÍTULO III

DA SUJEIÇÃO PASSIVA

SEÇÃO I

DO CONTRIBUINTE

Art. 318. Contribuinte do imposto é qualquer pessoa, natural ou jurídica, que prestar serviços discriminados na Lista de Serviços do Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. É também contribuinte:

- I- a sociedade de fato que vier a exercer quaisquer das atividades elencadas na Lista de Serviços;
- II- o condomínio que prestar a terceiros os serviços constantes da referida Lista de Serviços.

Art. 319. Por ocasião da prestação de cada serviço deverá ser emitida nota fiscal, desde que a utilização esteja prevista em regulamento ou autorizada por regime especial.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 320. O tomador do serviço deverá exigir Nota Fiscal de Serviços ou outro documento exigido pela administração, desde que a utilização esteja prevista em regulamento ou autorizada por regime especial.

§ 1º. O tomador do serviço é responsável pelo recolhimento do imposto devido e deve reter o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal de serviços ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal de serviços ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer ao menos um dos seguintes documentos:

a) recibo constando, no mínimo, o nome do contribuinte, número de inscrição municipal, endereço, descrição do serviço prestado, nome do tomador do serviço e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente no exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente.

§ 2º. Para a retenção do imposto, nos casos de que trata este artigo, o tomador do serviço utilizará a base de cálculo e a alíquota previstas no Anexo II, desta Lei Complementar.

Art. 321. A responsabilidade pelo crédito tributário é atribuído ao terceiro vinculado ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere aos encargos moratórios.

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no "caput" e no § 1º deste artigo, são responsáveis pela retenção do imposto na fonte e respectivo recolhimento:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do artigo 338 desta Lei Complementar;

IV - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 338 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

V - a empresa seguradora, em relação aos seguintes serviços por ela tomados ou intermediados:

a) agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros;

b) inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros;

c) prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres;

d) bens de terceiros (revisão, conserto, restauração, manutenção e conservação de veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto sinistrado);

VI - as sociedades de capitalização, em relação aos serviços por elas tomados ou intermediados, dos quais resultem remunerações ou comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos e títulos de capitalização;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

VII - a Caixa Econômica Federal, em relação aos seguintes serviços por ela tomados ou intermediados, dos quais resultem remunerações ou comissões pagas à rede de Casas Lotéricas e de venda de bilhetes estabelecidas no Município:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento;

b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos que tenham as formas de loterias, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

VIII - as demais pessoas jurídicas que explorem loterias e quaisquer outras modalidades de jogos permitidos, inclusive apostas e bingos, em relação aos seguintes serviços por elas tomados ou intermediados:

a) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos que tenham as formas de loterias, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

b) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento;

IX - as empresas que explorem serviços de planos de saúde previstos nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, em relação aos serviços a elas prestados por hospitais, clínicas, laboratórios de análises clínicas, casas de saúde, bancos de sangue e congêneres;

X - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas, sociedades de economia mista e demais entidades controlados direta ou indiretamente por estes entes, em relação aos seguintes serviços por eles tomados ou intermediados:

a) vigilância ou segurança de pessoas e bens;

b) limpeza, manutenção e conservação de imóveis;

c) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário;

d) execução por administração, empreitada, ou subempreitada da construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares;

e) transporte, coleta, remessa ou entrega de bens e valores, dentro do território do Município;

f) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;

g) decoração e jardinagem, incluindo-se o corte e poda de árvores.

XI - as empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água, em relação aos serviços prestados por terceiros por elas contratados, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observado o disposto nesta Lei Complementar.

§ 3º. Em relação à responsabilidade prevista no inciso II do parágrafo anterior, na hipótese em que o prestador do serviço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, a retenção do ISS na fonte, deve observância à legislação federal.

§ 4º. A responsabilidade de que trata este artigo exclui o contribuinte pelo pagamento do imposto, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais, atribuindo-a aos responsáveis referidos no “caput” e §1º deste artigo, salvo nos casos de:

I - fraude, dolo ou simulação, por parte do contribuinte;

II - não emissão de documento fiscal na forma exigida pela legislação, hipóteses em que se aplica ao prestador do serviço a responsabilidade solidária, sem comportar o benefício de ordem;

III - comprovação do recolhimento do tributo pelo prestador do serviço.

§ 5º. A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada em documento fiscal emitido pelo prestador do serviço.

§ 6º. Para fins de retenção do imposto incidente sobre os serviços com deduções da base de cálculo do imposto:

I - o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base de cálculo do imposto, em conformidade com a legislação, para fins de apuração da receita tributável;

II - caso as informações a que se refere a alínea anterior não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o imposto incidirá sobre o preço do serviço.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 7º. O contribuinte responsável nos termos deste artigo assim como o prestador do serviço manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime, disponibilizando-o para a fiscalização no prazo e na forma definida na legislação.

§ 8º. Os responsáveis tributários ficam desobrigados da retenção e do pagamento do tributo, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador de serviços:

I - estiver submetido a regime anual para trabalho pessoal, previsto no art. 360, desta Lei Complementar;

II - estiver submetido ao regime anual para profissões regulamentadas, previsto no art. 366 desta Lei Complementar;

III - estiver submetido ao regime de estimativa para o recolhimento do imposto, previsto no art. 367 desta Lei Complementar;

IV - for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optante pelo SIMPLES NACIONAL, exceto em relação à responsabilidade prevista neste artigo;

V - prestar serviços amparados por isenção ou imunidade tributária, circunstâncias estas sujeitas, obrigatoriamente, à comprovação.

§ 9º. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, bem como o art. 18, § 6º, e 21, § 4º, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais alterações posteriores:

I- a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos da Lei Complementar Federal nº. 123/06, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II- na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicado pelo tomador a alíquota efetiva de 2%(dois por cento);

III- na hipótese do inciso anterior, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuarem o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade, em guia própria do Município;

IV- na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o “caput” deste parágrafo;

V- na hipótese de a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não informar, no documento fiscal, a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, aplicar-se-á a alíquota efetiva de 5%(cinco por cento);

VI- não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII- o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com outros municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no SIMPLES NACIONAL.

VIII- na hipótese de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, a falsidade na prestação das informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

§ 10. A legitimidade para requerer a restituição do indébito, na hipótese de retenção indevida ou maior que a devida de imposto na fonte recolhido à Fazenda Municipal, pertence àquele que prove haver efetuado o pagamento do tributo.

Art. 322. No caso dos serviços descritos nos itens 10.04 e 15.09, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 1º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no item 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 2º. As credenciadoras que prestam serviços para as administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito, promovidas por estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município.

§ 3º. As informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimento prestador de serviços localizados no Município, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas.

§ 4º. Considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para as administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito ou débito.

§ 5º. À forma, aos prazos e às demais condições necessárias ao cumprimento ou da falta de cumprimento das obrigações acessórias do ISSQN, observar-se-á a legislação federal pertinente.

§ 6º. O não cumprimento do disposto nos parágrafos 12, 13, 14, 15 e 16 deste artigo sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações:

I - multa de 100 (cem) VR - Valor de Referência, por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos localizados no Município de Quatro Pontes/PR;

II - multa de 100% (cem por cento) do imposto devido pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos localizados no Município de Quatro Pontes/PR.

Art. 323. Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 6.01 e 6.02 da lista de serviços anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre a receita bruta e os valores repassados aos profissionais de que trata a Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016, contratados por meio de parceria, nos termos da legislação civil, cabendo ao contratante a retenção e o recolhimento do ISSQN devido pelo contratado, na forma da lei.

Art. 324. No interesse da arrecadação e da administração fazendária, o Poder Executivo pode suspender, no todo ou em parte, a aplicação do regime de substituição e de responsabilidade tributária instituída neste Capítulo, bem como baixar atos necessários à sua regulamentação.

Art. 325. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, as seguintes pessoas, ainda que abrangidas por isenção ou imunidade tributária:

I- o tomador do serviço, pessoa natural ou jurídica, que:

a) aceitar, como comprovante do serviço prestado, documento não previsto na legislação tributária do Município;

b) tomar serviços de prestador pessoa física, sem lhe exigir prova da respectiva inscrição no Cadastro próprio, salvo nos casos de isenção ou imunidade, devidamente comprovados;

c) tomar serviços, sem exigir documento fiscal, de prestador obrigado à emissão de Nota Fiscal de Serviços, Nota Fiscal-Fatura de Serviços, ou outro documento exigido pela Administração;

d) tomar serviços de prestador que, desobrigado da emissão de Nota Fiscal de Serviços, Nota Fiscal-Fatura de Serviços ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, seu endereço, a descrição do serviço prestado, o nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do tomador, e o valor do serviço.

II- permitir em seus estabelecimentos ou domicílios a exploração de atividade tributável sem estar o prestador de serviço inscrito no órgão fiscal do Município;

III- a pessoa que realizar intermediação de serviço, nas hipóteses previstas no inciso anterior;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

IV- o representante, mandatário, comissário ou gestor de negócio, em relação a prestação feita por seu intermédio;

V- a pessoa que, tendo tomado serviço beneficiado com isenção ou não-incidência sob determinados requisitos, não lhes der a correta destinação ou desvirtuar suas finalidades;

VI- as pessoas que tiverem interesse comum na situação que tiver dado origem à obrigação principal;

VII- todo aquele que efetivamente concorrer para a sonegação do imposto.

§ 1º. Em relação ao disposto no inciso I deste artigo:

a) a regularidade da situação fiscal dos prestadores de serviços para os fins previstos na alínea "b" é provada pela apresentação do comprovante de inscrição no Cadastro ao usuário do serviço, mantendo este à disposição da Fazenda Municipal o recibo emitido pelo profissional autônomo, bem como a fotocópia da guia de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ou do comprovante de inscrição no Cadastro Municipal mantido pela Secretaria Municipal da Fazenda;

b) a Secretaria Municipal da Fazenda pode, nos termos do disposto em regulamento, instituir regime especial de declaração de informações pelos tomadores de serviços de forma a proporcionar meios para fiscalizar o cumprimento das obrigações legais.

§ 2º. Presume-se ter interesse comum, para efeito do disposto no inciso V deste artigo, o tomador do serviço, realizado sem documentação fiscal.

§ 3º. Os responsáveis responderão solidariamente pelo imposto, multas, juros e correção monetária devidos, não se admitindo benefício de ordem, podendo o pagamento recair em quaisquer envolvidos na obrigação tributária.

Art. 326. São também responsáveis:

I - solidariamente, a pessoa natural ou jurídica, pelo débito fiscal do alienante, quando adquirir fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, na hipótese de cessação por parte deste da exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - solidariamente, a pessoa natural ou jurídica, pelo débito fiscal do alienante, até a data do ato, quando adquirir fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra denominação ou razão social, ou sob firma ou nome individual, na hipótese do alienante prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão;

III - a pessoa jurídica que resulte de fusão, cisão, transformação ou incorporação, pelo débito fiscal da pessoa jurídica fusionada, transformada ou incorporada;

IV - solidariamente, a pessoa jurídica que tenha absorvido patrimônio de outra em razão de cisão, total ou parcial, pelo débito fiscal da pessoa jurídica cindida, até a data do ato;

V - o espólio, pelo débito fiscal do "de cujus", até a data da abertura da sucessão;

VI - o sócio remanescente ou seu espólio, pelo débito fiscal da pessoa jurídica extinta, caso continue a respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual;

VII - solidariamente, o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo débito fiscal da sociedade;

VIII - solidariamente, o tutor ou curador, pelo débito fiscal de seu tutelado ou curatelado.

Parágrafo único. A solidariedade referida nos incisos I e IV deste artigo não comporta benefício de ordem, salvo se o contribuinte apresentar garantias ou oferecer a penhora bens suficientes ao total pagamento do débito.

SEÇÃO III

DO ESTABELECIMENTO

Art. 327. Para efeito desta Lei Complementar, considera-se estabelecimento prestador o local, público ou privado, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo, as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, independentemente do cumprimento



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

de formalidades legais ou regulamentares.

§ 1º. Indica a existência de estabelecimento prestador de serviços, a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

- I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- II - presença de estrutura organizacional ou administrativa;
- III - inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V - permanência ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de elementos, tais como:
 - a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
 - b) locação de imóvel;
 - c) propaganda ou publicidade;
 - d) fornecimento de serviços de energia elétrica, de água e/ou esgoto, de telecomunicações e de outros serviços assemelhados em nome do prestador ou seu representante.

§ 2º. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento nos termos deste artigo, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a prestação.

§ 3º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 4º. São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

§ 5º. Por regulamento poderá ser considerado como estabelecimento outro local relacionado com a atividade desenvolvida pelo contribuinte.

Art. 328. É de responsabilidade do respectivo titular a obrigação tributária atribuída pela legislação, ao estabelecimento.

Parágrafo único. Para efeito de cumprimento de obrigação tributária, salvo disposição em contrário:

- I - entende-se autônomo cada estabelecimento do mesmo titular;
- II - são considerados em conjunto todos os estabelecimentos do mesmo titular, relativamente à responsabilidade por débito do imposto, correção monetária, multas e acréscimos de qualquer natureza.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 329. Toda pessoa natural ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que pretenda exercer, de forma habitual ou esporádica, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes na Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, fica obrigada à inscrição no Cadastro de Contribuintes mantido pela Administração Tributária Municipal, antes do início de sua atividade, mesmo que a atividade seja isenta ou imune ao pagamento do imposto.

§ 1º. A inscrição, conforme disciplina estabelecida pela Fazenda Municipal, deverá ser solicitada mediante declaração prestada pelo interessado ou efetuada de ofício, no interesse da Administração Tributária Municipal, podendo:

- I - ser concedida por prazo certo ou prazo indeterminado;
- II - ter sua situação cadastral alterada de ofício, a qualquer tempo;
- III - ser denegada, se constatada a falsidade de dados declarados ao fisco e nas hipóteses previstas em regulamento.

§ 2º. Em caso excepcionais, por ato fundamentado, a Fazenda Municipal pode dispensar a inscrição de estabelecimento ou de pessoas incluídas neste artigo, bem como autorizar a inscrição quando não for obrigatória.

§ 3º. Caso o estabelecimento seja imóvel situado no território de mais de um município, o domicílio fiscal será



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

aquele em que se localize sua sede ou, na impossibilidade de determinação desta, no município onde estiver localizada a maior área territorial do estabelecimento.

§ 4.º A falta de regularidade da inscrição no Cadastro a que se refere o “caput”, inabilita o contribuinte à prática de prestação de serviços de que trata esta Lei Complementar, nas hipóteses previstas em regulamento.

§ 5º. Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devem promover tantas inscrições quantos forem os seus estabelecimentos ou locais de atividades.

§ 6º. Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única e concedida para o local do domicílio do prestador de serviço.

§ 7º. O contribuinte deve indicar no formulário de inscrição as diversas atividades exercidas num mesmo local.

§ 8º. Os dados apresentados na inscrição devem ser alterados pelo contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação, inclusive quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento e de encerramento de atividade.

Art. 330. Concedida a inscrição é atribuído o número correspondente, que deverá constar em todos os documentos fiscais utilizados pelo contribuinte.

Parágrafo único. Quando do ato da inscrição, a atividade do contribuinte deve ser identificada por código numérico atribuído em conformidade com a relação de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE – Fiscal), aprovada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o seguinte:

I - o código da CNAE-Fiscal é atribuído na forma prevista pela Administração Tributária Municipal, com base em declaração do contribuinte, salvo quando constatar divergência entre o código declarado e a atividade econômica preponderante exercida pelo estabelecimento;

II - a atribuição do código far-se-á também quando ocorrerem alterações na atividade preponderante do estabelecimento.

Art. 331. A Fazenda Municipal pode exigir do interessado, antes de deferir o pedido de inscrição:

I - o preenchimento de requisitos específicos, conforme o tipo societário adotado, a atividade econômica a ser desenvolvida, os portes econômicos do negócio e o regime de tributação;

II - a apresentação dos documentos adiante indicados, além de outros previstos na legislação, conforme a atividade econômica a ser praticada, que permitam a comprovação:

a) da localização do estabelecimento;

b) da identidade e da residência dos sócios ou diretores;

III - a apresentação dos documentos submetidos ao Registro Público de Empresas Mercantis ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas e ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ.

Art. 332. Quaisquer alterações dos dados declarados para obtenção da inscrição, relativos à transferência, razão social, endereço do estabelecimento, ramo de atividade, modificações físicas do estabelecimento, paralisação temporária da atividade, venda do estabelecimento, suspensão e encerramento de atividade do estabelecimento:

I - será comunicada pelo contribuinte ao órgão competente do Município dentro de 30 (trinta) da ocorrência do fato;

II - poderá ser efetuada de ofício pela Secretaria Municipal de Finanças, no interesse da Administração Tributária Municipal.

Parágrafo único: Na hipótese do inciso II, a alteração de ofício não exime o infrator das multas e demais cominações que couberem.

Art. 333. A inscrição poderá ser cassada ou suspensa a qualquer momento, nas seguintes situações:

I - inatividade do estabelecimento para o qual foi obtida a inscrição;

II - prática de atos ilícitos que tenham repercussão no âmbito tributário;

III - identificação incorreta, falta ou recusa de identificação dos controladores e/ou beneficiários de empresas



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

de investimento sediadas no exterior, que figurem no quadro societário ou acionário de empresa envolvida em ilícitos fiscais;

- IV- inadimplência fraudulenta;
- V- práticas sonegatórias que levem ao desequilíbrio concorrencial;
- VI- outras hipóteses previstas em regulamento.

§ 1º. A inatividade do estabelecimento, referida no inciso I deste artigo, será:

- I - constatada, se comprovada por meio da realização de diligência fiscal;
- II - presumida, se decorrente da falta de entrega de informações econômico-fiscais pelo contribuinte.

§ 2º. Incluem-se entre os atos referidos no inciso II do “caput” deste artigo:

- I - participação em organização ou associação constituída para a prática de fraude fiscal estruturada, assim entendido aquela formada com a finalidade de implementar esquema de evasão fiscal mediante artifícios envolvendo a dissimulação de atos, negócios ou pessoas, e com potencial de lesividade ao erário;
- II - embaraço à fiscalização, como tal entendida a falta injustificada de apresentação de livros, documentos e arquivos digitais a que estiver obrigado o contribuinte, bem como o não fornecimento ou o fornecimento incorreto de informações sobre mercadorias e serviços, bens, negócios ou atividades, próprias ou de terceiros que tenham interesse comum em situação que dê origem a obrigação tributária;
- III - resistência à fiscalização, como tal entendida a restrição ou negativa de acesso ao estabelecimento ou qualquer de suas dependências, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde o contribuinte exerça sua atividade ou onde se encontrem mercadorias, bens, documentos ou arquivos digitais de sua posse ou propriedade, que tenha relação com situação que dê origem a obrigação tributária;

§ 3º. Para o efeito do inciso III “do “caput” deste artigo, considera-se:

- I - empresa de investimento sediada no exterior (*off-shore*), aquela que tem por objeto a inversão de investimentos financeiros fora de seu país de origem, onde é beneficiada por supressão ou minimização de carga tributária e por reduzida interferência regulatória do governo local;
- II - controlador e/ou beneficiário, a pessoa física que efetivamente detém o controle da empresa de investimento (beneficial owner), independentemente do nome de terceiros que eventualmente figurem como titulares em documentos públicos.

Art. 334. A inscrição no cadastro de contribuintes será cancelada a partir da data de sua concessão ou de sua alteração, nas situações em que, mediante procedimento administrativo, for constatada:

- I - simulação de existência do estabelecimento ou da empresa;
- II - simulação do quadro societário da empresa;
- III - inexistência de estabelecimento para o qual foi efetuada a inscrição ou indicação incorreta de sua localização;
- IV - indicação de dados cadastrais falsos.

§ 1º. Considera-se simulada a existência do estabelecimento, ainda que inscrito, ou da empresa quando:

- I - a atividade relativa ao seu objeto social, conforme declaração do contribuinte, não tiver sido ali efetivamente exercida;
- II - não tiverem ocorrido as prestações de serviços declaradas nos registros contábeis.

§ 2º. Considera-se simulado o quadro societário para o qual sejam indicadas pessoas interpostas.

Art. 335. A documentação fiscal do contribuinte deve conter o seu número de inscrição.

Art. 336. Sempre que um contribuinte, por si ou seus prepostos, ajustar a realização de prestação com outro contribuinte, fica obrigado a comprovar a sua regularidade perante o fisco, de acordo com a legislação, e também a exigir o mesmo procedimento da outra parte, quer esta figure como prestador do serviço, ou como tomador, respectivamente.

Art. 337. O Poder Executivo, pelo seu órgão tributário competente, deverá envidar esforços para articular com a



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

União e com o Estado a compatibilização e integração do seu cadastro de contribuintes com a desses entes da Federação.

CAPÍTULO V DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 338. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local da prestação do serviço:

- I -** do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- II -** da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar
- III -** da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- IV -** da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- V -** das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- VI -** da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- VII -** da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- VIII -** da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- IX -** do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- X -** do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
- XI -** da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- XII -** da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- XIII -** onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- XIV -** dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- XV -** do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;
- XVI -** da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;

XX - do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar;

XXIII - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município atinente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município, conforme a extensão de rodovia explorada.

§ 3º. Na hipótese de descumprimento da alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 2% (dois por cento) ou de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida nesta Lei Complementar, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde estiver domiciliado o tomador ou intermediário do serviço.

§ 4º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo, as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 5º. Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos parágrafos 6º. a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do “caput” deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 6º. No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23, Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 7º. Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 8º. No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 9º. O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

por:

- I -** bandeiras;
- II -** credenciadoras; ou
- III -** emissoras de cartões de crédito e débito.

§ 10. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§ 11. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 12. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

§ 13. Sem prejuízo do disposto no “caput” e no § 9º deste artigo, são também responsáveis pelo recolhimento do tributo as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º deste artigo, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

SEÇÃO II

DO CÁLCULO DO IMPOSTO

SUBSEÇÃO I

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 339. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º. Integram a base de cálculo do imposto:

I - seguros, juros e demais importâncias, recebidas ou debitadas, descontos ou abatimentos concedidos sob condições, bem como o valor, de qualquer natureza, dado em bonificação;

II - o valor do imposto, quando cobrado em separado;

III - os ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado, tratando-se de a prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade;

IV - frete, se cobrado em separado, relativo a transporte realizado pelo próprio prestador ou por sua conta e ordem;

V - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador quando produzidos pelo prestador de serviços no local da prestação, tratando-se dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05, Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

§ 2º. Na falta do preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o valor corrente no local da prestação.

§ 3º. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será de 40% (quarenta por cento) do custo total da obra, exceto nos casos em que forem apresentadas as notas fiscais dos materiais aplicados na obra, desde que produzidos fora do local da prestação, tratando-se dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, que estarão sujeitos à incidência do ICMS, caso em que serão descontados do total da base de cálculo;

§ 4º Tratando-se de obras da construção civil, aplica-se o constante da Tabela 04, do Anexo II, desta Lei Complementar.

§ 5º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.18 e 7.19, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ao número de postes, ou à área ou extensão da obra existente no Município.

§ 6º. A base de cálculo do ISSQN devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, previstos no subitem 21.01, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, será o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.

§ 7º. Incorporam-se à base de cálculo do imposto de que trata o parágrafo anterior, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 8º. A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza se fará mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação específica que os rege.

§ 9º. Deverão ser mantidos os originais dos documentos comprobatórios de que trata o parágrafo anterior, pelo prazo definido na legislação, e apresentados à Administração Tributária sempre que solicitado.

§ 10. Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre os emolumentos dos serviços prestados.

§ 11. O valor do imposto destacado, na forma do parágrafo anterior, não integra os emolumentos.

§ 12. A base de cálculo do ISSQN devido pelas cooperativas disciplinadas pela Lei 5.764/71, inclusive as que praticam os serviços descritos no item 15, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, é o valor correspondente ao serviço prestado, que não configure ato cooperativo.

Art. 340. Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador quando produzidos pelo prestador fora do local da prestação, tratando-se dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

II - o valor das subempreitadas já tributadas pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, tratando-se da prestação dos serviços discriminados no inciso anterior;

III - o valor de custo dos alimentos, materiais e medicamentos necessários à consecução dos serviços previstos nos itens 4.02, 4.03 e 4.17 a 4.21, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar.

IV - 50% (cinquenta por cento) da receita bruta auferida tratando-se de prestação de serviços de recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra em caráter temporário (regulados pela Lei Federal n. 6.019/94 e suas alterações);

V - o valor dos selos de fiscalização, das taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;

VI - o valor título pagos, apontados para protesto, dos juros e taxas de distribuição;

VII - o valor repassado a juízes de paz conforme tabelas oficiais.

§ 1.º Considera-se como custo para os efeitos dos incisos I e III deste artigo, o valor total da compra dos referidos produtos durante o mês em que ocorrer o fato gerador do imposto, desde que comprovados com as respectivas notas fiscais.

§ 2.º Considera-se subempreitadas já tributadas pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, para os efeitos do inciso II deste artigo, aquelas nas quais o referido imposto tenha sido comprovadamente recolhido aos cofres da Municipalidade, através das respectivas guias de recolhimento, devidamente autenticadas.

§ 3º A exclusão da base de cálculo do imposto de que trata o inciso III, dar-se-á com a dedução do valor de custo mensal dos referidos produtos da base de cálculo do imposto, apurada no respectivo mês.

Art. 341. O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais simples indicação para fins de controle e informação ao usuário do serviço.

Art. 342. O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente por uma das seguintes formas:

I - em pauta que reflita o preço corrente na praça, em caso de desconhecimento deste valor;

II - mediante estimativa, quando a base de cálculo não oferecer condições de apuração pelos critérios normais;

III - por arbitramento, nos casos expressamente previstos no art. 348 desta Lei Complementar.

Art. 343. Tratando-se de prestação de serviços de composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, previstos no item 13.05, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, os valores auferidos pelo prestador com a confecção de produtos personalizados sob encomenda direta do usuário final, pessoa física ou jurídica, para seu uso exclusivo, integra a base de cálculo do imposto.

Parágrafo único. Os valores auferidos pelo prestador com a confecção dos produtos especificados no *caput*,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

quando destinados a integrar outros produtos destinados à industrialização ou à comercialização, não constituem base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 344. Tratando-se de serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, previstos no item 3.04, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar,) a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão ou ao número desses bens, existentes no Município.

Art. 345. Tratando-se de serviços de exploração de rodovia, previsto no item 22, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão de ponte que una o Município a outro.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Art. 346. Tratando-se de serviços de planos de saúde, previstos nos itens 4.22 e 4.23, da Tabela I, do Anexo II, desta Lei Complementar, a base de cálculo será a diferença entre os valores cobrados dos usuários e os valores pagos, em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises clínicas, casas de saúde, bancos de sangue e congêneres, desde que tais pagamentos sejam efetuados a prestadores de serviços sujeitos à tributação do ISSQN com base em seu movimento econômico, ressalvadas as deduções legais.

Art. 347. Tratando-se de contratos de construção regulados pela Lei Federal n. 4.591/64, firmados antes do Habite-se entre o incorporador que acumule essa qualidade com a de construtor e os adquirentes de frações ideais de terreno, a base de cálculo será o preço das cotas de construção, deduzido, proporcionalmente, do valor dos materiais de construção adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador dos serviços.

§ 1º. Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens, serviços ou direitos adquiridos, inclusive terrenos.

§ 2º. Quando não forem especificados nos contratos os preços das frações ideais do terreno e das quotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

SUBSEÇÃO II

DO ARBITRAMENTO

Art. 348. O arbitramento do valor da prestação de serviço previsto nesta Lei Complementar poderá ser efetuado nas seguintes hipóteses:

- I -** não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exhibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;
- II -** fundada suspeita de que o contrato ou os documentos fiscais não refletem o preço real da prestação de serviço;
- III -** serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;
- IV -** existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;
- V -** não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;
- VI -** exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

devidamente inscrito no órgão competente;

VII - prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VIII - flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;

IX - serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia;

X - provada, por indícios na escrituração do contribuinte ou qualquer outro elemento de prova, a omissão de receita;

XI - quando o sujeito passivo utilizar equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), que não atenda aos requisitos da legislação tributária.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, o fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa ou a manutenção no passivo de obrigações já pagas, autoriza a presunção de omissão de receita relativa à prestação de serviço, salvo prova em contrário.

Art. 349. Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerará, dentre outros, os seguintes elementos:

I - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes;

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor à época da apuração, caso em que a autoridade fiscal colherá os elementos necessários à aferição da receita bruta a ser arbitrada junto às empresas com a mesma atividade e capacidade econômica, considerando, para isso, as alíneas do inciso subsequente;

III - as condições próprias do contribuinte, além dos elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor das matérias-primas e outros materiais consumidos;

b) as despesas fixas e variáveis;

c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou quando próprios.

IV - média aritmética dos preços constantes para as demais notas fiscais extraídas do talão, na constatação pela Fazenda Pública, de nota fiscal de prestação de serviços da mesma série e número, mas com valores diversos entre as vias;

V - média aritmética dos valores dos documentos apreendidos, multiplicando-se pelo maior número sequencial destes documentos, na constatação pela Fazenda Municipal da emissão de qualquer documento paralelo à nota fiscal de prestação de serviços;

VI - valor dos recursos de caixa fornecidos ao contribuinte por administradores, sócios de sociedade não-anônima, titular de empresa individual, ou pelo acionista controlador de companhia, na constatação de omissão de receita, se a efetividade da entrega e a origem dos recursos não forem comprovadamente demonstrados;

VII - cálculo dos materiais e mão-de-obra empregados, proporcionais à área construída e o padrão da obra, de acordo com critérios estabelecidos na Norma Básica n.º 140 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, tomando-se como base para o arbitramento a média do Custo Unitário Básico - CUB, publicado mensalmente pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON/PR, no período da obra, atualizados para o mês de sua conclusão, na falta da documentação contratual ou fiscal hábil, cabendo ao proprietário ou titular de direito sobre a obra o ônus da prova em contrário, conforme os percentuais estabelecidos na Tabela 04, do Anexo II, desta Lei Complementar.

VIII - o valor declarado para o Conselho Nacional de Justiça ou para o Tribunal de Justiça do Paraná, para os serviços previstos no item 21.01 da Tabela 1, do Anexo II, desta Lei Complementar;

IX - para os serviços prestados no item 15 da Tabela 1, do Anexo II, desta Lei Complementar, o disposto no inciso II deste artigo.

§ 1º. Para a hipótese de arbitramento da base de cálculo do imposto prevista no inciso VII do *caput*, aplica-se, no quanto couber, os seguintes critérios:

I - não sendo possível comprovar o mês de conclusão da obra, a juízo da autoridade administrativa, este será o do início do processo de expedição do Habite-se junto ao órgão da tributação municipal, e será utilizado o Custo Unitário Básico - CUB, apurado pelo SINDUSCON no mês imediatamente anterior;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

II - a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será arbitrada em 40% (quarenta por cento) do custo total da obra, obtido do produto da área global pelo Custo Unitário Básico (CUB).

§ 2º. Serão deduzidos do imposto resultante do arbitramento os pagamentos realizados no período.

§ 3º. O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem a penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.

§ 4º. Os critérios dispostos neste artigo poderão ser regulamentados por ato do Poder Executivo.

Art. 350. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do serviço tributável;

II - o valor dos honorários fixados pelo respectivo órgão de classe.

Art. 351. O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I - a identificação do sujeito passivo;

II - o motivo do arbitramento;

III - a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;

IV - a data inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenha desenvolvido as atividades;

V - os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;

VI - o valor da base de cálculo arbitrada, tomando-se por base o total das prestações de serviços realizadas em cada um dos períodos considerados;

VII - a ciência do sujeito passivo ou, se for o caso, a certidão circunstanciada de negativa da ciência..

Art. 352. Acompanha o Termo de Arbitramento as cópias dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificadas.

Art. 353. A contestação do valor arbitrado será feita no processo iniciado pelo lançamento de ofício efetuado pela autoridade fiscal.

Art. 354. Se, antes de arbitrado o valor, forem sanadas as irregularidades que originaram o procedimento, cessarão os efeitos do arbitramento.

Art. 355. Não se aplica o disposto nesta Seção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real da prestação dos serviços.

Parágrafo único. Quando o fisco puder, de acordo com os elementos apresentados, utilizar mais de um critério para o arbitramento, será adotado o mais favorável ao contribuinte.

SEÇÃO III

DA ALÍQUOTA

Art. 356. As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza obedecerão aos seguintes limites:

I - alíquota mínima: 2% (dois por cento);

II - alíquota máxima: 5% (cinco por cento).

Parágrafo único. Observadas às normas estatuídas na presente Lei Complementar e demais disposições da legislação vigente, o sujeito passivo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza fica obrigado a calcular o valor do imposto, aplicando sobre a base de cálculo, apurada em conformidade com o disposto neste capítulo, a alíquota prevista na Tabela 1, do Anexo II, desta Lei Complementar.,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 357. As alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no SIMPLES NACIONAL serão correspondentes aos percentuais fixados para o ISSQN em legislação federal que regule a matéria.

SEÇÃO IV DOS REGIMES DE APURAÇÃO DO IMPOSTO

SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 358. O estabelecimento de contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuintes deve apurar o valor do imposto a recolher, de conformidade com os seguintes regimes:

- I -** valor previsto anualmente, em relação à prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal;
- II -** regime normal com base no preço do serviço, em relação a serviço prestado por pessoa jurídica;
- III -** regime para sociedades de profissões regulamentadas;
- IV -** regime de estimativa;
- V -** Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) instituído pela Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e alterações posteriores;
- VI -** regime especial instituído pela Lei Complementar Federal n.º 128/2008 e alterações posteriores, para o Microempreendedor Individual – MEI.

Parágrafo único. No interesse da administração tributária, exceto em relação ao regime do SIMPLES NACIONAL, o período de apuração dos regimes referidos neste artigo pode ser alterado, nos termos do disposto em regulamento.

Art. 359. No interesse da administração tributária, o regulamento pode determinar:

- I -** que a apuração e o recolhimento sejam feitos:
 - a)** por tipo de serviço dentro de determinado período;
 - b)** por tipo de serviço, em função de cada prestação.
- II -** a implantação de outro sistema de recolhimento do imposto, que se mostre mais eficiente para combater a evasão fiscal.

SUBSEÇÃO II DO REGIME ANUAL PARA TRABALHO PESSOAL

Art. 360. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte (profissional autônomo), o imposto é devido de acordo com o valor previsto na Tabela 3, do Anexo II, desta Lei Complementar.

§ 1º. Considera-se a prestação de serviço pelo próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho por pessoa física em caráter pessoal, que não tenha a seu serviço mais que 02 (dois) empregados ou que não possua empregado da mesma qualificação profissional que a sua.

§ 2º. Não se aplicando o disposto no parágrafo anterior, o contribuinte Pessoa Física poderá ter seu imposto calculado na forma do regime normal, com base no preço do serviço.

§ 3º. O valor do imposto devido pelos contribuintes de que trata o “caput” considerará o grau de qualificação exigido para o exercício da profissão:

- I -** nível superior;
- II -** técnico profissionalizante;
- III -** outros ou nenhum.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

§ 4.º O imposto a que se refere este artigo é calculado proporcionalmente aos meses, considerado mês qualquer fração deste, a partir da inscrição no cadastro de contribuintes.

SUBSEÇÃO III

DO REGIME NORMAL DE APURAÇÃO

Art. 361. Na hipótese do regime normal com base no preço do serviço, em relação a serviço prestado por pessoa jurídica ou a elas equiparadas, em mais de uma atividade prevista na Tabela 1, do Anexo II, desta Lei Complementar, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas.

§ 1º. Salvo disposição em contrário -, o contribuinte deve mensalmente:

I - escriturar as operações realizadas no período, em livro fiscal próprio, conforme o disposto em regulamento;

II - apurar o imposto no último dia do mês.

§ 2º. Os valores referidos no inciso II do parágrafo anterior serão declarados ao fisco e recolhidos na forma e prazo previstos em regulamento.

§ 3º. O regime de apuração previsto neste artigo poderá ser estendido, mediante requerimento devidamente deferido pelo Fisco, ao contribuinte, ainda que pessoa natural, não obrigado à escrituração fiscal, que se comprometer a realizá-la e observar as demais condições próprias do regime.

Art. 362. Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço integram a base cálculo no mês em que forem recebidos.

Art. 363. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a base de cálculo do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 364. Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto, no mês em que for concluída qualquer etapa a que contratualmente estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Parágrafo único. A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratualmente assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 365. O contribuinte optará pela tributação pelo regime de caixa ou pelo regime de competência..

SUBSEÇÃO IV

DO REGIME ANUAL PARA SOCIEDADE DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS (SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS)

Art. 366. Aplica-se o regime anual para pagamento do ISSQN das sociedades de profissões regulamentadas, hipótese em que o imposto será calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º. Para os fins deste artigo:

I - consideram-se sociedades de profissionais aquelas cujos componentes são pessoas físicas, habilitadas para o exercício da mesma atividade profissional, dentre as especificadas nos itens mencionados no “caput” deste artigo e que não explorem mais de uma atividade de prestação de serviços;

II - para o enquadramento da sociedade profissional na tributação referida neste regime, deverá ser apresentado requerimento, acompanhado de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do início do exercício fiscal;

III - poderá a Secretária Municipal de Finanças, de ofício, fazer o enquadramento a



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

que se refere o inciso anterior, desde que disponha dos dados para tanto, hipótese em que, o contribuinte poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias da notificação, solicitar seu reenquadramento no regime normal de apuração.

§ 2º. Considera-se ocorrido o fato gerador da prestação de serviço por sociedades uniprofissionais, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício, ou, em se tratando de início de atividade, na data do pedido de inscrição no cadastro fiscal.

§ 3º. Tratando-se de pedido originário de inscrição de sociedades uniprofissionais no cadastro fiscal, o valor do imposto será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data do início da atividade e 31 (trinta e um) de dezembro do mesmo exercício.

§ 4º. Nas condições deste artigo, o valor do imposto será calculado pela multiplicação da importância fixada em lei, pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade.

§ 5º. Quando não atendidos os requisitos fixados no “caput” e no § 1º deste artigo, o imposto será calculado pelo regime normal de apuração, com base no preço do serviço.

§ 6º. Quando a fiscalização, no final do exercício fiscal, mediante análise de documentos hábeis a comprovar que o contribuinte prestou serviços cuja base de cálculo seja superior a que deu origem ao imposto cobrado, o fisco poderá realizar a cobrança complementar do ISSQN que tiver sido inferior à alíquota de 2% (dois por cento).

§ 7º No caso do parágrafo anterior não serão cobrados acréscimos se, após a notificação, o contribuinte pagar em 15(quinze) dias.

SUBSEÇÃO V

DO REGIME DE ESTIMATIVA

Art. 367. O valor do imposto poderá ser determinado pela Secretaria Municipal de Finanças, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III - quando se tratar de contribuinte caracterizado por grupo de contribuintes integrantes de sociedade uniprofissional ou grupo econômico de fato;
- IV - quando o contribuinte for profissional autônomo;
- V - quando o sujeito passivo não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deve ser pago antecipadamente, e não pode o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento do tributo, sob pena de interdição do local, de forma sumária, no início do procedimento fiscal.

§ 3º. A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

- I - o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II - o preço corrente dos serviços;
- III - o volume de receitas em períodos anteriores e a sua projeção para os períodos seguintes, podendo-se tomar por base outros contribuintes de idêntica atividade;
- IV - a localização do estabelecimento;
- V - o valor dos materiais de uso e consumo empregados na prestação de serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia elétrica e assemelhados.

§ 4º. A fixação da estimativa ou sua revisão, quando por ato do titular da repartição incumbido do lançamento do tributo, será feita mediante processo regular em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura e sob responsabilidade do referido titular.

§ 5º. Quando a estimativa tiver fundamento no inciso III, do *caput*, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal, mediante manifestação por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

contar da publicação do ato normativo ou da ciência do despacho que estabeleça a inclusão do contribuinte no regime de estimativa, sob pena de preclusão.

§ 6º. O valor do imposto a recolher estimado nos termos deste artigo será dividido em parcelas, em quantidade correspondente ao número de meses compreendidos no período.

§ 7º. O imposto será estimado por período certo e prevalecerá enquanto não revisto, constituindo o valor fixado, lançamento definitivo do tributo.

§ 8º. O despacho da autoridade que modificar ou cancelar, de ofício, o regime de estimativa, produzirá efeitos a partir da data em que for dada ciência ao contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho, salvo em caso de constatação de dolo, fraude ou simulação por parte deste quando da apresentação ao fisco dos documentos e informações que consubstanciaram a adoção do referido regime.

Art. 368. O contribuinte será notificado do seu enquadramento no regime de estimativa e da parcela a recolher em cada mês, sendo-lhe assegurado o direito de impugnar a avaliação do valor estimado, na forma e no prazo estabelecido para o procedimento administrativo fiscal, cuja impugnação deverá, obrigatoriamente, indicar o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Art. 369. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

SUBSEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 370. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais:

I - será lançado anualmente, considerados, para tanto, os dados declarados pelos contribuintes ao ensejo da sua inscrição no cadastro próprio;

II - poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais e sucessivas, na forma, no prazo e nas condições desta Lei Complementar.

§ 1º. Para o recolhimento do imposto, nas hipóteses de que trata este artigo, tomar-se-á o valor mensal do VR – Valor de Referência, vigente na data do respectivo vencimento e, em caso de quitação antecipada, o valor dessa unidade fiscal da data do pagamento.

§ 2º. Para os fins deste artigo, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto:

I - em primeiro de janeiro de cada exercício, no tocante aos contribuintes já inscritos no exercício anterior;

II - na data do início da atividade, relativamente aos contribuintes que vierem a se inscrever no decorrer do exercício.

Art. 371. Os contribuintes sujeitos ao Regime Anual para Trabalho Pessoal, Regime Anual para Sociedade de Profissões Regulamentadas (sociedades uniprofissionais) e Regime de Estimativa, poderão, a critério da autoridade competente, ficar desobrigados da emissão e escrituração da documentação fiscal.

Art. 372. O contribuinte do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, fica obrigado em recolher o valor correspondente ao ISSQN na forma disciplinada pela legislação própria.

Art. 373. A prova de quitação do imposto é indispensável:

I - à expedição de Habite-se da construção civil;

II - ao pagamento de obras contratadas com o Município.

III - para participação em licitações do Município.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 374. O lançamento do imposto é feito nos documentos e nos livros fiscais com a descrição da prestação, na forma prevista em regulamento..

§ 1º. Salvo disposição em contrário da legislação, essa atividade é de exclusiva responsabilidade do contribuinte, ficando sujeita a posterior homologação pela autoridade administrativa.

§ 2º. O lançamento do imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade, ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 375. Os atos praticados pelo sujeito passivo para efeito de apuração e pagamento do imposto devem estar em consonância com o ordenamento jurídico-tributário, relativamente à obrigação principal e acessória, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer ação ou omissão que constitua infração aos dispositivos legais, inclusive quanto àquelas praticadas por prepostos seus.

Art. 376. O lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando calculado mediante fatores que independam do preço do serviço, poderá ser procedido de ofício.

Art. 377. O imposto devido, declarado e não pago, será passível de inscrição na Dívida Ativa, após 30 (trinta) dias contados do vencimento.

§ 1º. No decurso desse prazo de 30 (trinta) dias, o imposto pode ser recolhido independentemente de autorização fiscal.

§ 2º. Após o decurso desse prazo, o recolhimento depende de prévia autorização fiscal.

§ 3º. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à parcela de estimativa.

Art. 378. O recolhimento efetuado com inobservância do disposto no artigo anterior não anula ou invalida a exigência do débito fiscal, qualquer que seja a fase em que se encontre a cobrança, podendo a importância recolhida ser objeto de restituição, de utilização como crédito do imposto ou de imputação de pagamento.

Art. 379. A cobrança e o recolhimento efetuados nos termos do artigo anterior não elidem o direito do Fisco proceder à ulterior revisão fiscal.

SEÇÃO VI DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 380. O local, a forma e os prazos para o recolhimento do imposto, admitida distinção em função de categorias, grupos ou setores de atividades econômicas, se fará:

- I - por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte;
- II - por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente;
- III - por guia específica, quando retido, sob a inscrição de quem efetuar a retenção;
- IV - por meio de outro sistema legalmente admitido, ficando-lhe facultado exigir retribuição pelo custo.

Art. 381. Consideram-se contribuintes distintos, para efeito do lançamento e cobrança do imposto:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 382. Nos termos do disposto em regulamento, o imposto devido em cada um dos estabelecimentos do mesmo titular, localizados no âmbito do Município, desde que pertencentes ao regime normal de apuração, poderá ser recolhido de maneira centralizada.

Parágrafo único. Para esse fim o titular elegerá o estabelecimento centralizador.

Art. 383. O ISSQN de que trata esta Lei Complementar será pago até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores.

§ 1º. Quando não houver expediente bancário, o dia do vencimento, considerar-se-á antecipado para o primeiro dia útil que o anteceder.

§ 2º. Tratando-se de recolhimento do imposto devido em razão de responsabilidade tributária, as fontes pagadoras, ao efetuarem a retenção do imposto, após a imediata emissão do respectivo recibo ao prestador, deverão repassá-lo aos cofres da Fazenda Municipal, em guia individual, até o dia 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da efetivação da retenção.

§ 3º. Tratando-se de lançamento de ofício, o imposto será pago no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

§ 4º. Tratando-se de recolhimento do imposto devido pelas Sociedades de Profissões Regulamentadas (Sociedades Uniprofissionais), conforme Tabela 02, do Anexo II, desta Lei Complementar, o ISSQN –Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser pago em até 06(seis) parcelas anuais, sempre com vencimento no 15º (décimo quinto) dia do mês, observadas as disposições dos § 1º e § 2º deste artigo.

§ 5º. Tratando-se de recolhimento do imposto devido por profissionais autônomos, conforme Tabela 03, do Anexo II, desta Lei Complementar, o ISSQN –Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser pago em até 06 (seis) parcelas anuais, sempre com vencimento no 15º (décimo quinto) dia do mês, observadas as disposições dos § 1º e § 2º deste artigo.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 384. A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária neste Título, no interesse da arrecadação ou fiscalização, o sujeitará as penalidades previstas nesta Seção.

Art. 385. Para caracterização das infrações previstas nesta Seção é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

Art. 386. Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Art. 387. Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei Complementar, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.

Art. 388. A não observância, pelo sujeito passivo, de dever instrumental, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o mesmo ao pagamento de:

- I - multa correspondente a 07 (sete) Valor de Referência (VR), se incidir nas seguintes condutas vedadas:
 - a) deixar de declarar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no prazo determinado;
 - b) deixar de apresentar à Administração documento exigido por lei ou regulamento;
 - c) negar-se a exibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;
 - d) omitir ou qualificar erroneamente, em prejuízo da Fazenda, na declaração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, qualquer operação tributável;
 - e) utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão fiscalizador;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- f) deixar de emitir de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- g) deixar de manter em separado, o prestador de serviço de construção civil, controle contábil por obra, em livro específico;
- h) deixar de manter livros fiscais;
- i) retirar do estabelecimento ou do domicílio do prestador, livros ou documentos fiscais;
- j) embaraçar ou elidir a ação fiscalizatória;
- k) praticar ação ou omissão que importem em descumprimento de dever instrumental;
- l) fornecer ao Cadastro Fiscal do Município dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza.

II - multa correspondente a 02 (dois) Valor de Referência (VR), se incidir nas seguintes condutas vedadas:

- a) não apresentar Declaração Eletrônica de Imposto sobre Serviços sem movimento mensal;
- b) destruir ou facilitar o extravio e/ou furto de documentos fiscais, por documento;
- c) deixar o contribuinte de cumprir outras obrigações acessórias previstas neste Título, não especificadas neste artigo, por infração.

III - multa correspondente a 60% (sessenta por cento) do imposto atualizado quando:

- a) o sujeito passivo descumprir o seu dever de recolher o imposto, para posterior homologação da autoridade administrativa;
- b) o imposto não for retido na fonte;
- c) deixar de inscrever-se o contribuinte no Cadastro Fiscal ou de atualizá-lo, na forma e prazos fixados em regulamento; após ação fiscalizatória, multa em dobro;
- d) falta de comunicação por parte do contribuinte de quaisquer outras modificações que impliquem alteração do Cadastro Fiscal; após ação fiscalizatória, multa em dobro;
- e) fornecer ao Cadastro Fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza; após ação fiscalizatória, multa em dobro;
- f) no caso de o contribuinte não transmitir a Declaração Eletrônica de Imposto sobre Serviços no prazo estabelecido, ou transmitir com dados incorretos e/ou com omissão de informações;
- g) no caso de falta de livros e documentos fiscais, escrituração irregular, documentos fiscais com irregularidades e omissão de dados que importem em redução da receita bruta; utilizar processo eletrônico ou de processamento de dados que envolvam redução, omissão ou fraude no recolhimento do imposto, a contar da data da implantação do sistema, aplicando-se a mesma penalidade para o autor do processo, sem prejuízo da cobrança do tributo e da ação penal;

IV - multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto atualizado nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele, especialmente nos casos de emissão de documento fiscal inidôneo.

Parágrafo único. Caso o contribuinte reincida das infrações previstas, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência para cada conduta descrita neste artigo.

Art. 389. No caso de abertura de ação fiscalizatória, aplicar-se-á multa de 03 (três) Valor de Referência (VR), por documento, ao contribuinte que não atender, no prazo fixado em notificação, termo de início de fiscalização ou no curso da ação fiscalizatória, quando solicitada a exibição de livros e documentos de escrita comercial e fiscal que comprovem receitas tributáveis, omitir informações ou criar embaraços à ação fiscalizatória, recusar ou sonegar documentos.

§ 1º. Para efeito do disposto nesta Lei Complementar, considera-se ação fiscalizatória quaisquer procedimentos da Fazenda Municipal relativos ao contribuinte.

§ 2º. Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

Art. 390. Quando o sujeito passivo descumprir o seu dever de recolher o ISSQN, para posterior homologação da autoridade administrativa e tal infração for apurada por procedimento fiscal, a multa a ser aplicada equivalerá a



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

75% (setenta e cinco) por cento do valor atualizado do imposto.

Art. 391. A responsabilidade por infração é excluída pelo reconhecimento do crédito tributário após o início da ação fiscalizatória.

§ 1º. A autoridade administrativa acrescerá ao valor espontaneamente reconhecido pelo sujeito passivo, atualização monetária e juros de mora sobre o valor atualizado.

§ 2º. Do montante reconhecido, terá o sujeito passivo, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento integral do seu débito.

§ 3º. Expirado o prazo para pagamento do montante integral do débito aqui tratado aplicar-se-á multa moratória de 10% (dez por cento), incidente sobre o saldo verificado, a partir da data do descumprimento.

Art. 392. A imposição das penalidades previstas nesta Seção não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.

SEÇÃO VIII

DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 393. Os contribuintes do ISSQN emitirão obrigatoriamente os seguintes Documentos Fiscais:

- I - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e;
- II - Cupom Fiscal de Máquina Registradora;
- III - Declaração de serviços prestados e tomados por instituições financeiras e outros contribuintes que não são inscritos na nota fiscal eletrônica.

Art. 394. Sem prejuízo das disposições especiais, inclusive quando concernentes a outros impostos, a nota fiscal de serviços conterá:

- I - a denominação nota fiscal de serviços, série, ou manifesto de serviços, conforme o caso;
- II - o número de ordem, número da via e destinação;
- III - natureza dos serviços;
- IV - nome, endereço e os números de inscrição municipal e o CNPJ do estabelecimento emitente;
- V - o nome, endereço e os números de inscrição municipal, estadual e no CNPJ do estabelecimento tomador dos serviços;
- VI - a discriminação das unidades e quantidades;
- VII - a discriminação dos serviços prestados;
- VIII - os valores unitários e respectivos totais;
- IX - data da emissão;
- X - o dispositivo legal relativo à imunidade ou à não incidência do imposto sobre serviço de qualquer natureza, quando for o caso.

Art. 395. São dispensados da emissão de notas fiscais de serviços:

- I - os estabelecimentos fixos de diversões públicas que vendam bilhetes, cartelas, "poules" e similares;
- II - concessionários de transporte coletivo, exceto quando da ocorrência de serviços especiais contratados por terceiros;
- III - demais contribuintes que, pela característica de atividade, pela documentação e controle contábil próprio, permita à repartição fiscal a verificação de efetiva receita pela prestação de serviços.

§ 1º. Tratando-se de diversões em caráter permanente, exceto cinemas, a confecção de bilhetes, cartelas, "poules" e similares, dependerá de prévia autorização da repartição fiscal.

§ 2º. Tratando-se de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimentos (financeiras), sociedades de crédito imobiliário, sociedades cooperativas de crédito,



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

inclusive associações de poupança e empréstimos, sociedade corretoras de título, câmbio e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, a dispensa da emissão de nota fiscal de serviços fica condicionada:

I - à manutenção, à disposição do Fisco Municipal, de balancetes analíticos, em nível de subtítulo interno;

II - à apresentação dos livros e documentos legais relacionados ao fato gerador do imposto;

III - ao preenchimento e entrega da declaração de serviços de serviços prestados e tomados.

§ 3º. A declaração de serviços prestados e tomados por instituições financeiras e outros contribuintes poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, possibilitando a utilização de sistemas eletrônicos para a transferência das declarações.

§ 4º. As declarações e documentos fiscais a serem preenchidos e entregues pelas credenciadoras e administradoras de cartões de crédito, débito e congêneres obedecerão às regras e sistemas elaborados para tais fins.

Art. 396. Quando a operação estiver beneficiada por imunidade, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo constitucional pertinente.

Art. 397. Considerar-se-ão inidôneos, fazendo prova apenas a favor do Fisco, os documentos que não obedecerem às normas contidas nesta Lei Complementar.

SEÇÃO IX

DO CONTROLE FISCAL

Art. 398. Para efeitos de registro, controle e fiscalização do imposto, o Município instituirá, por regulamento, livros e outros documentos fiscais, destinados à comprovação das operações tributadas e seu valor.

Art. 399. O tomador de serviço fica obrigado a exigir do prestador a respectiva nota fiscal, sob pena de multa de 10 (dez) Valor de Referência (VR).

Parágrafo único. A fiscalização adotará as medidas necessárias ao controle da prática estabelecida no “caput” deste artigo podendo efetuar, de imediato, a respectiva autuação.

Art. 400. As empresas estabelecidas no Município de Quatro Pontes, não enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme previsto na legislação federal, prestadoras de serviço ou não, ficam obrigadas a apresentar, até o final do primeiro semestre do exercício subsequente, relação de pagamentos efetuados a prestadores de serviço, pessoas jurídicas, no exercício anterior, com valor igual ou superior a 30 (trinta) Valor de Referência (VR).

§ 1º. Não sendo apresentada a relação no prazo estabelecido, ficará a infratora sujeita à multa de 5 (cinco) Valor de Referência (VR) e reincidindo na recusa, será a mesma aplicada em dobro, sem prejuízo da responsabilização cabível.

§ 2º. Havendo motivo justificável para atraso na entrega da relação no prazo previsto no “caput” deste artigo ou no caso de conveniência para Administração Tributária, poderá a autoridade administrativa, fundamentadamente, prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo de entrega.

§ 3º. Da relação deverá constar obrigatoriamente:

I - nome do prestador de serviço;

II - valor e data do pagamento efetuado;

III - número e série da nota fiscal;

IV - número de inscrição municipal e federal;

V - identificação da empresa e do responsável pelas informações.

Art. 401. A Secretaria Municipal de Finanças responsável fornecerá nota fiscal de serviço avulsa, em modelo próprio quando:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I -** as pessoas físicas ou jurídicas, que não realizarem com habitualidade operações de prestação de serviço, dela venha precisar;
- II -** as pessoas que, não estando inscritas como contribuintes do imposto ou não estejam obrigadas à emissão de documentos fiscais, eventualmente dela necessitem;
- III -** os contribuintes que não obtiverem autorização para impressão de documentos fiscais.

Art. 402. A nota fiscal de serviço avulsa será emitida em 03 (três) vias, por solicitação do contribuinte, mediante as seguintes informações:

- I -** nome, endereço, CPF ou CNPJ do usuário do serviço;
- II -** nome, endereço, CPF ou CNPJ do prestador do serviço e inscrição municipal se houver;
- III -** quantidade, discriminação do serviço prestado, preço unitário (se for o caso) e total.

§ 1º. A nota fiscal avulsa só será entregue ao solicitante após a comprovação do recolhimento do imposto devido.

§ 2º. A nota fiscal avulsa após a sua emissão, em hipótese alguma, será cancelada ou o imposto devolvido.

SEÇÃO X

DO CUPOM FISCAL DE MÁQUINA REGISTRADORA

Art. 403. A requerimento do contribuinte, a autoridade tributária poderá autorizar a emissão de cupom fiscal de máquina registradora, que deverá registrar as operações em fita-detache (bobina fixa).

Art. 404. O cupom fiscal entregue a particular, no ato do recebimento dos serviços, conterá, no mínimo, as seguintes indicações impressas mecanicamente:

- I -** nome, endereço e números de inscrição municipal e do CNPJ, do estabelecimento emitente;
- II -** dia, mês e ano da emissão;
- III -** número de ordem de cada operação, obedecida a rigorosa sequência;
- IV -** valor total da operação;
- V -** número de ordem da máquina registradora.

Art. 405. A fita detalhe deverá conter, além das indicações do artigo anterior, o total diário das operações.

Art. 406. O contribuinte é obrigado a conservar as bobinas fixas à disposição da fiscalização, pelo prazo comum aos demais documentos fiscais, e a possuir talonário de nota fiscal, para uso eventual, quando a máquina apresentar qualquer defeito.

Art. 407. A máquina registradora não pode ter teclas ou dispositivos que impeçam a emissão do cupom ou que impossibilitem a operação de somar, devendo todas as operações ser acumuladas no totalizador-geral.

Art. 408. O contribuinte que mantiver em funcionamento máquina registradora em desacordo com as disposições desta Seção terá a base de cálculo do imposto devido arbitrada, durante o período de funcionamento irregular, caso não tenha emitido outro documento fiscal legalmente previsto.

SEÇÃO XI

DO REGIME ESPECIAL DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL

Art. 409. O responsável pelo Departamento de Tributação poderá estabelecer, de ofício ou a requerimento do interessado, regime especial para emissão de documento fiscal.

Art. 410. O regime especial poderá, a qualquer tempo, ser modificado ou cancelado.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 411. O pedido de concessão de regime especial, inclusive através de processamento de dados, será apresentado pelo contribuinte à repartição competente.

Parágrafo único. O pedido deve ser instruído quanto à identificação da empresa e de seus estabelecimentos, se houver, e com cópia dos modelos e sistemas pretendidos, com a descrição geral de sua utilização.

Art. 412. A extensão do regime especial concedido pelo Fisco de outro Município dependerá de aprovação por parte da autoridade competente.

Parágrafo único. Para aprovação do regime, o contribuinte deverá instruir o pedido com cópias autenticadas de todo expediente relativo à concessão obtida.

Art. 413. Na hipótese de contribuinte simultâneo do ICMS e do ISSQN e que deseje um único sistema de escrituração de livro e emissão de documento fiscal deverá, primeiramente, obter aprovação do Fisco Estadual e, posteriormente cumprir o procedimento estabelecido.

SEÇÃO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 414. Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos nesta Lei Complementar, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitado pela autoridade fiscal.

Art. 415. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como os documentos fiscais, gerenciais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, no estabelecimento respectivo, a disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender à requisição da Autoridade Fiscal.

Art. 416. Os contribuintes obrigados à emissão de nota fiscal de serviços deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, mensagem no seguinte teor: "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviços. Reclamações, ligue para (número telefônico da fiscalização fazendária)".

TÍTULO V

DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 417. As taxas pelo poder de polícia cobradas pelo Município no âmbito de sua respectiva atribuição têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.

Art. 418. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 419. As taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município são:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I** - Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento;
- II** - Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante e Eventual;
- III** - Taxas de Fiscalização de Licença para Construção, Habite-se e Aprovação de Projetos;
- IV** - Taxa de Fiscalização de Licença para Execução de Parcelamento do Solo;
- V** - Taxa de Fiscalização de Licença para Publicidade e Propaganda;
- VI** - Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos;
- VII** - Taxa de Fiscalização Sanitária.

Art. 420. As taxas são lançadas a cada licença requerida e concedida, ou na constatação de funcionamento de atividade a ela sujeita, com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no Cadastro Municipal.

§ 1º. A outorga de qualquer licença é concedida a título precário, ficando sujeita à fiscalização.

§ 2º. Deve ser requerida nova licença sempre que ocorrer mudança de atividade ou transferência de local.

§ 3º. É vedado o deferimento de licença para sociedade, cujo sócio a qualquer título, possua pendência financeira junto à Fazenda Municipal, salvo quando suspensa a exigibilidade do crédito.

Art. 421. Constatada a existência de estabelecimento sem inscrição, o mesmo será notificado para regularizar sua situação no prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 422. Ocorrido o lançamento, a taxa é devida, ainda que não concedida a autorização por outros órgãos competentes, não havendo possibilidade de pagamento parcial.

SEÇÃO I

DOS CONTRIBUINTES

Art. 423. São contribuintes das taxas do exercício do poder de polícia, os beneficiários dos atos concessivos, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. Consideram-se contribuintes distintos para os efeitos da concessão de licença e cobrança das taxas:

- I** - os que, embora tenham o mesmo vínculo jurídico e ramo de atividade a exerçam em locais distintos ou diversos;
- II** - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntica atividade, se constituam de diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 424. Ficam isentos de pagamento das taxas de polícia:

I – os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como as suas respectivas fundações e autarquias, em relação aos estabelecimentos onde são exercidas as atividades vinculadas às suas finalidades essenciais;

II - o microempreendedor individual, definido nos termos da lei.

III – as organizações da sociedade civil, assim consideradas:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

de projetos de interesse público e de cunho social.

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DAS TAXAS

Art. 425. A base de cálculo das taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia é o valor estimado pela Administração Tributária Municipal, como custo das atividades administrativas tendentes à realização do fato impositivo, na forma definida nas tabelas dos Anexos III a IX, desta Lei Complementar.

§ 1º. Anualmente o Poder Executivo Municipal atualizará o valor das taxas, por meio da variação do VR – Valor de Referência.

§ 2º. As taxas não podem ter a mesma base de cálculo de impostos, nem serem calculadas em função do capital social das empresas.

SEÇÃO III

DO PAGAMENTO

Art. 426. As taxas decorrentes do efetivo poder de polícia devem ser recolhidas no prazo estabelecido.

CAPÍTULO II

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, DE INSTALAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

Art. 427. A Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento, é devida em razão da atuação dos órgãos competentes do Executivo que exercem o poder de polícia, desenvolvendo atividades permanentes de controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da proteção ambiental, da higiene, da saúde, da segurança, dos transportes e da ordem ou tranquilidade públicas, relativamente aos estabelecimentos situados no Município.

Art. 428. Considera-se estabelecimento, para os efeitos desta Lei Complementar, o local, público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades:

I - de comércio, indústria, agropecuária ou prestação de serviços em geral;

II - desenvolvidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, culturais ou religiosas;

III - decorrentes do exercício de profissão, arte ou ofício.

§ 1º - São, também, considerados estabelecimentos:

I - a residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício de atividade profissional;

II - o local onde forem exercidas atividades de diversões públicas de natureza itinerante;

III - o veículo ou trailer de propriedade de pessoa física, utilizado no transporte de pessoas ou cargas, no comércio ambulante, ou em atividades de propaganda ou publicidade.

§ 2º - São irrelevantes para a caracterização do estabelecimento as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, depósito, caixa eletrônica, cabina, quiosque, barraca, banca, "stand", "outlet", ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 3º - A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser exercida, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como tal.

§ 4º - A existência de cada estabelecimento é indicada pela verificação de quaisquer dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, mercadorias, veículos, máquinas, instrumentos ou equipamentos;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição da atividade perante a administração pública;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local para o exercício da atividade, exteriorizada através da indicação do endereço em impresso, formulário, correspondência, "site" na "internet", propaganda ou publicidade, contrato de locação do imóvel, ou em comprovante de despesa com telefone, energia elétrica, água ou gás.

§ 5º - Considera-se distinto cada estabelecimento do mesmo titular.

§ 6º - Consideram-se, também, estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, sejam explorados por diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em locais distintos, ainda que na mesma via, logradouro, área ou edificação;

III - cada um dos veículos ou trailer a que se refere o inciso III do parágrafo 1º, deste artigo.

§ 7º - Desde que a atividade não seja exercida concomitantemente em locais distintos, considerar-se-á estabelecimento único os locais utilizados pelos que atuam no segmento do comércio ambulante, exceto veículos, bem como pelos permissionários que exercem atividades em feiras livres ou feiras de arte e artesanato.

Art. 429. Os valores da Taxa são estabelecidos no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 430 - Será anual o período de incidência, considerando-se ocorrido o fato gerador:

I - na data de início de funcionamento do estabelecimento, relativamente ao primeiro ano;

II - na data da mudança de atividade que implique novo enquadramento no Anexo III, desta Lei Complementar.

III - em 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes.

§ 1º. A mudança do ramo de atividade do estabelecimento não exclui a incidência correspondente à atividade anterior, no exercício da ocorrência.

§ 2º. A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Art. 431. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade;

V - do efetivo exercício da atividade ou da efetiva exploração do estabelecimento;

VI - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias;

VII - do caráter permanente, provisório, esporádico ou eventual da atividade exercida no estabelecimento.

Art. 432. Não estão sujeitas à incidência da Taxa:

I - as pessoas físicas não estabelecidas, assim consideradas as que exerçam atividades em suas próprias residências, neste Município, desde que não abertas ao público em geral;

II - as pessoas físicas ou jurídicas, não excluída a incidência em relação ao estabelecimento próprio, exclusivamente em relação às atividades de prestação de serviços executados no estabelecimento dos respectivos tomadores.

Art. 433. Contribuinte da Taxa é a pessoa física, jurídica ou qualquer unidade econômica ou profissional que explore estabelecimento situado no Município, para o exercício de quaisquer das atividades relacionadas no artigo 428, desta Lei Complementar.

Art. 434. São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, onde são exercidas quaisquer das atividades previstas no artigo 428, desta lei Complementar;



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SEÇÃO I

DAS PENALIDADES

Art. 435. Constituem infrações relativas à Taxa, aplicando-se as respectivas penalidades:

- I-** deixar de promover a inscrição no Cadastro Municipal, quando exigido, até a data do início da atividade, multa de 01 (um) Valor de Referência - VR;
- II-** deixar de comunicar qualquer alteração societária, de baixa do estabelecimento ou mudança de atividade ou endereço, multa de 02 (dois) Valor de Referência - VR;
- III-** descumprir os termos de notificação fazendária, multa de 03 (três) Valor de Referência - VR;
- IV -** embaraçar a ação fiscal, recusando ou sonegando a exibição de livros, documentos, impressos, papéis, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, que se relacionem à atividade fiscalizatória, multa de 05 (cinco) Valor de Referência - VR;

Parágrafo único: No caso de reincidência nas infrações previstas neste artigo, a multa será aplicada em dobro, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 436. No caso de não recolhimento da Taxa no prazo estabelecido, incidirão os efeitos moratórios previstos no art. 80, desta Lei Complementar.

- I-** Parágrafo único. Quando o recolhimento decorrer de ação fiscalizatória, a multa moratória será aplicada ao dobro.

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 437. Os documentos relativos à inscrição do contribuinte e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, devem ser mantidos no estabelecimento, para apresentação ao Fisco quando solicitados.

Art. 438. O lançamento ou o pagamento da Taxa não importa reconhecimento da regularidade do funcionamento do estabelecimento.

Art. 439. Os órgãos da administração direta ou indireta do Município de Quatro Pontes, inclusive autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão exigir do sujeito passivo da Taxa a comprovação do recolhimento desse tributo, como condição para deferimento de pedido de concessão ou permissão de uso, bem como de sua renovação.

CAPÍTULO III

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 440. A Taxa de Fiscalização de Exercício de Atividade Ambulante e Eventual é devida em razão da atuação dos órgãos competentes do Executivo que exercem o poder de polícia, desenvolvendo atividades permanentes de controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da proteção ambiental, da higiene, da saúde, da segurança, dos transportes e da ordem ou tranquilidade públicas, relativamente ao exercício das atividades ambulantes e eventuais realizadas no Município.

§ 1º. O pagamento da Taxa não dispensa a cobrança do preço público relativo à ocupação e permanência em áreas, vias e logradouros públicos.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 441. Considera-se atividade ambulante ou eventual a exercida sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

§ 1º. Não se considera instalação fixa a que seja removível, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros, trailers, veículos e semelhantes.

§ 2º. Está compreendida no caput a atividade em feiras, assim considerada a exercida em local público ou aberto ao público em geral, em dias e épocas determinadas, destinado a expor e vender mercadorias e serviços, inclusive atividades voltadas ao entretenimento, lazer, deleite ou diversão.

Art. 442. Os valores da Taxa são estabelecidos no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 443. A Taxa será devida integralmente, de uma só vez, por ocasião da solicitação de autorização para o exercício das atividades pelo período solicitado.

Art. 444. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - da finalidade ou do resultado econômico da atividade;

IV - do efetivo exercício da atividade;

V - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 445. Não estão sujeitas à incidência da Taxa, desde que em parceria com o Município e a critério deste:

I - os eventos promovidos por órgãos representativos da indústria e do comércio;

II - as feiras de artesanato promovidas por entidades sediadas no Município;

III - as feiras exclusivas de produtos primários, in natura, comercializados diretamente pelos produtores do Município;

IV - os eventos promovidos por entidades beneficentes do Município.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE E DA INSCRIÇÃO

Art. 446. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que exerça a prática do comércio eventual ou ambulante, com ou sem utilização de veículos ou qualquer outro equipamento sujeito a licenciamento ou à ação fiscalizatória..

Parágrafo único. O contribuinte que exercer atividade ambulante ou eventual, deverá ostentar comprovante de regularidade fiscal fornecida pelo Município.

SEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 447. O exercício da atividade ambulante ou eventual, sem o recolhimento da Taxa, implicará na apreensão da mercadoria, equipamento, veículo e outros pertences até a regularização tributária e multa de 01(uma) Valor de Referência (VR) do Município para cada autuação.

CAPÍTULO IOV

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, HABITE-SE E APROVAÇÃO DE PROJETOS



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 448. A Taxa de Fiscalização de Licença para Construção, Habite-se e Aprovação de Projetos tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das posturas municipais.

Art. 449. A Taxa é devida em todos os casos de construção, demolição, reconstrução, reforma ou qualquer outra obra, desde que ocorra o efetivo exercício do poder de polícia no exame dos respectivos projetos e documentos de aprovação, licenciamento e fiscalização, conforme dispõe a legislação municipal pertinente.

§ 1º. A Taxa incide de forma independente, a cada momento fiscalizatório, tais como a análise prévia dos projetos para fim de Alvará de Construção e o visto de conclusão de obra para o Habite-se.

§ 2º. Considera-se novo momento fiscalizatório a renovação de licença.

§ 3º. Nenhum serviço de construção, demolição, reconstrução, reforma ou obra de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio recolhimento da Taxa e deferimento de licença.

Art. 450. São isentas da Taxa as construções residenciais que estejam contempladas por programas habitacionais federais, estaduais e municipais destinados às famílias consideradas de baixa renda.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE E DA INSCRIÇÃO

Art. 451. O contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel ligado à execução das obras ou serviços relacionados, que sejam objetos de fiscalização pelo Município.

Parágrafo único. O contribuinte deverá fornecer à Fazenda Municipal todos os elementos necessários para sua perfeita inscrição em cadastro municipal.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DA TAXA

Art. 452. O valor da Taxa de Fiscalização de Licença para Construção, Habite-se e Aprovação de Projetos será obtido pela aplicação da tabela do Anexo V desta Lei Complementar, diferenciados em função da natureza dos atos administrativos.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DAS PENALIDADES

Art. 453. A Taxa de análise prévia dos projetos para fim de Alvará de Construção será lançada, de uma só vez, antes do licenciamento da obra.

§ 1º. A Taxa permite até três reanálises do projeto de construção para o licenciamento da obra.

§ 2º. O contribuinte que iniciar qualquer obra sem a sua inscrição junto ao setor tributário, fica sujeito à interdição da obra enquanto perdurar a irregularidade e multa de 01(um) Valor de Referência do Município (VR), por obra.

Art. 454. A Taxa para o visto de conclusão de obra para Habite-se será devida de uma só vez e lançada previamente à vistoria final da obra..

§ 1º. O Município deverá promover a vistoria da obra, no prazo máximo de 15(quinze) dias da solicitação no setor competente.

§ 2º. O contribuinte que concluir qualquer obra sem o pedido de vistoria final junto ao setor tributário, fica sujeito à interdição da obra enquanto perdurar a irregularidade e multa de 03 (três) Valor de Referência do Município (VR), por obra.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

CAPÍTULO V

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 455. A Taxa de Fiscalização de Licença para Execução de Parcelamento do Solo tem como fato gerador o efetivo exercício do poder de polícia na Consulta Prévia, no Anteprojeto, no Projeto e na Aprovação do Loteamento, para fins de análise de viabilidade, exame de projetos e documentos de aprovação, licenciamento e fiscalização em todos os casos de parcelamento do solo, para fins urbanos ou rurais, compreendendo a subdivisão de gleba sob a forma de loteamento, desmembramento, remembramento ou condomínio horizontal, conforme dispõe a legislação municipal pertinente.

§ 1º. A Taxa incide de forma independente, a cada um dos momentos fiscalizatórios distintos previstos no caput.

§ 2º. O pagamento da Taxa para fins de Consulta Prévia e de Anteprojeto permite até cinco reanálises.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 456. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel objeto de parcelamento do solo.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DA TAXA

Art. 457. O valor da Taxa de Fiscalização de Licença para Execução de Parcelamento do Solo será obtido pela aplicação da tabela do Anexo VI, desta Lei Complementar, diferenciados em função da natureza dos atos administrativos.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 458. A Taxa de Fiscalização de Licença para Execução de Parcelamento do Solo é lançada previamente ao exercício do poder de polícia para a obtenção do resultado de análise ou de licenciamento relativo ao parcelamento do solo..

SEÇÃO V

DAS PENALIDADES

Art. 459. Sendo iniciado o parcelamento do solo sem o pagamento da Taxa, será aplicada a penalidade de interdição até a regularização fiscal e multa equivalente ao valor da Taxa devida.

CAPÍTULO VI

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 460. A Taxa de Fiscalização de Licença para Publicidade e Propaganda tem como fato gerador a atividade do Município em fiscalizar, pessoa física ou jurídica, que utilize ou explore, de forma fixa ou móvel, publicidade por meio de placas, letreiros, totens, faixas, outdoors ou similares, instalados no logradouro público ou em propriedades privadas com visibilidade dos logradouros públicos, bem como, realizada por meio de alto-falantes ou outro meio sonoro de propagação.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE E DA INSCRIÇÃO

Art. 461. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que utilize, explore ou se beneficie de publicidade na forma prevista nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O contribuinte será inscrito em cadastro próprio.

Art. 462. É responsável tributário o proprietário do imóvel, veículo ou outros bens utilizados na publicidade.

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 463. A Taxa é devida em razão do exercício do poder de polícia, decorrente da solicitação de licença para publicidade e propaganda, ou em razão de atividade fiscalizatória sobre publicidade que estiver em desacordo com a legislação municipal.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DA TAXA

Art. 464. O valor da Taxa de Fiscalização de Licença para Publicidade e Propaganda será o obtido pela aplicação da tabela do Anexo VII, desta Lei Complementar.

SEÇÃO V

DAS PENALIDADES

Art. 465. Sendo realizada publicidade e propaganda sem o pagamento da Taxa, o infrator terá a apreensão dos equipamentos e materiais, veículos e demais pertences utilizados na atividade publicitária até a regularização fiscal, e multa de 01 (um) Valor de Referência do Município – VR.

CAPÍTULO VII

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 466. A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos tem como fato gerador o exercício do poder de polícia sobre a ocupação por pessoa física ou jurídica que pretenda, provisória ou permanentemente, instalar quaisquer benfeitorias, instalações, equipamentos e similares com finalidade econômica.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO, LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Art. 467. O valor da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos será obtido pela aplicação da tabela do Anexo VIII, desta Lei Complementar.

Art. 468. A Taxa é devida em razão do exercício do poder de polícia, decorrente da solicitação de licença para ocupação e permanência em áreas, vias e logradouros públicos, ou em razão de atividade fiscalizatória sobre a ocupação e permanência em desacordo com a legislação municipal.

SEÇÃO III

DO CONTRIBUINTE, DA INSCRIÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 469. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupe ou instale, provisória ou permanentemente, quaisquer benfeitorias, instalações, equipamentos e similares com finalidade econômica.

Parágrafo único. O contribuinte será inscrito em cadastro próprio.

Art. 470. São isentas da Taxa as pessoas físicas e jurídicas que, mediante parceria com o Município, ocuparem áreas, vias e logradouros públicos em razão de:

- I-** eventos promovidos por órgãos representativos da indústria e do comércio;
- II-** feiras de artesanato;
- III-** feiras exclusivas de produtos primários, “in natura”, comercializados diretamente pelos produtores;
- IV-** eventos promovidos por entidades de cunho beneficente.

Art. 471. O não pagamento da Taxa importará na aplicação da penalidade de interdição da atividade e apreensão dos objetos e equipamentos até regularização fiscal, e multa de 01 (um) Valor de Referência do Município - VR;

CAPÍTULO VIII

TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 472. A Taxa de Fiscalização Sanitária tem como fato gerador o exercício do poder de polícia no controle e fiscalização de atividades comerciais, industriais, cooperativas, prestação de serviço, agropastoril e demais atividades afins, urbanas e rurais, efetuando sobre as mesmas efetiva e permanente vigilância sanitária quanto à qualidade, conservação, abastecimento, transporte e acondicionamento de produtos para consumo humano ou animal, do estabelecimento e das condições de trabalho e habitação.

§ 1º. Considera-se local de atividade ou estabelecimento qualquer instalação onde se exerça manipulação de produtos destinados ao consumo humano ou animal, inclusive em áreas, vias e logradouros públicos.

§ 2º. Para efeito deste artigo consideram-se estabelecimentos distintos:

- I-** os que, embora no mesmo local, ainda que com atividade idêntica, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, passível de fracionamento espacial;
- II-** os que, embora com atividades idênticas e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos.

SEÇÃO II

DO LANÇAMENTO, BASE DE CÁLCULO E ARRECADAÇÃO



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 473. O lançamento da Taxa será efetuado no ato de sua solicitação ou, anualmente, por ocasião de renovação do pedido de licença.

Art. 474. O valor Taxa de Fiscalização Sanitária será obtido pela aplicação das tabelas do Anexo IX, desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A Taxa será devida à fração de meses no ano, correspondente ao período pelo qual a licença for outorgada, sujeita à renovação anual.

Art. 475. O valor da Taxa deverá ser estabelecido em razão da extensão e classificação de risco da atividade submetida ao poder de polícia.

Parágrafo único. O risco da atividade será classificado conforme estabelecido em norma municipal ou, na ausência desta, pelo que definir a legislação estadual e federal.

SEÇÃO III

DO CONTRIBUINTE E DA INSCRIÇÃO

Art. 476. O contribuinte da Taxa de Licença Sanitária é a pessoa física ou jurídica, que exercer atividade sujeita ao exercício do poder de polícia relativo ao controle e fiscalização de atividades comerciais, industriais, cooperativas, prestação de serviço, agropastoril e demais atividades afins, urbanas e rurais, efetuando sobre as mesmas efetiva e permanente vigilância sanitária quanto à qualidade, conservação, abastecimento, transporte e acondicionamento de produtos para consumo humano ou animal, do estabelecimento e das condições de trabalho e habitação.

Parágrafo único. O contribuinte será inscrito em cadastro próprio.

SEÇÃO IV

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 477. O não recolhimento da Taxa implicará na imposição das penalidades de interdição provisória da atividade e apreensão dos objetos utilizados nesta, até a regularização fiscal e administrativa e multa de 01(um) VR - Valor de Referência do Município, sem prejuízo de demais penalidades.

TÍTULO VI

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 478. As taxas cobradas pela prestação de serviços públicos, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. Os serviços públicos se consideram:

- I-** utilizados pelo contribuinte:
 - a)** efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
 - b)** potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;
- II-** específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de unidade, ou de necessidades públicas;
- III-** divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 479. São taxas decorrentes da prestação de serviços públicos:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I-** Taxa de Coleta de Lixo;
- II-** Taxa de Serviços Diversos.

Art. 480. As taxas, lançadas individualmente, poderão ser cobradas em guia única de recolhimento com outros tributos municipais, devendo, contudo, constar das notificações, obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

CAPÍTULO II

TAXA DE COLETA DE LIXO

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 481. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a prestação do serviço público de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final de lixo.

§ 1º. Para os fins do caput, como lixo não se compreende os resíduos de serviços de saúde.

§ 2º. A utilização potencial dos serviços de que trata o “caput” deste artigo ocorre no momento de sua disponibilização.

§ 3º. A Taxa incide sobre cada uma das unidades edificadas nos imóveis, residenciais ou não, beneficiados pelo serviço público.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 482. O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título de imóveis, que tenham o serviço público à sua disposição.

SEÇÃO III

DAS ISENÇÕES

Art. 483. São isentos da Taxa o Município, o Estado e a União, seus poderes e órgãos da administração direta e indireta.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DO LANÇAMENTO

Art. 484. O valor da Taxa de Coleta de Lixo será obtido pela aplicação da tabela do Anexo X, desta Lei Complementar.

Art. 485. A Taxa será devida integralmente a partir do primeiro dia do exercício em que se der o lançamento.

Art. 486. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar a Taxa, de forma individualizada, na fatura do consumo de água, inclusive, mediante convênio.

CAPÍTULO III

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA, DO FATO GERADOR E DA COBRANÇA



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 487. A Taxa de Serviços Diversos decorre da utilização de serviços prestados pelo Município, assim especificados:

- I** – Emissão de alvarás, atestados e certidões;
- II** – Fornecimento de mapas da cidade;
- III** – Fornecimento de termo de avaliação venal de imóveis;
- IV** – Arrecadação e guarda de bens aos depósitos municipais;
- V** – Outros serviços não especificados;

Art. 488. A cobrança da Taxa será feita no momento em que for solicitado o serviço.

Parágrafo único. A Taxa prevista no inciso I, do artigo anterior, será devida por ocasião da solicitação do expediente ou de sua segunda via.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 489. O contribuinte da Taxa é toda pessoa física ou jurídica para quem a Administração Municipal preste os serviços a que se refere a seção anterior.

Art. 490. São isentos da Taxa o Município, o Estado e a União, seus poderes e órgãos da administração direta e indireta, as pessoas que firmarem contratos e convênios com o Município, quanto ao neles estabelecidos, bem como os servidores municipais, sobre assuntos de natureza funcional.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 491. O valor da Taxa é obtido pela aplicação da Tabela do Anexo XI, desta Lei Complementar.

TÍTULO VII

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I

DAS NORMAS COMUNS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 492. A Contribuição de Melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas executadas pela Administração Municipal, de forma direta ou indireta, inclusive quando objeto de convênios com o Estado ou a União, ou mesmo em conjunto com entidade estadual, federal ou autarquia, ou ainda, com recursos tomados de bancos ou entidades nacionais ou internacionais, de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, incluindo a:

- I** - abertura, alargamento, pavimentação, passeios, iluminação, arborização, galerias pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II** - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III** - construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV** - realização de serviços de obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações e redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, elevatórios e outras



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

instalações públicas;

V - realização de obras de proteção contra secas, erosão e obras de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - construção de aterros e realizações de embelezamento em geral.

Art. 493. A Contribuição de Melhoria será instituída por lei, com a publicação prévia de edital contendo, dentre outros, os seguintes elementos:

I- delimitação da área valorizada pela obra a ser executada, constando todos os imóveis que, direta e indiretamente, forem por ela beneficiados, com os respectivos fatores de absorção do benefício da valorização;

II- memorial descritivo do projeto;

III- orçamento do custo da obra;

IV- determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 494. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º. A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa indicada no edital, por meio de petição fundamentada, que dará início ao processo administrativo, e versará sobre:

I- erro na localização ou quaisquer outras características do imóvel;

II- cálculo dos índices atribuídos;

III- valor da contribuição;

IV- número de prestações para o seu pagamento.

§ 2º. O projeto de lei relativo à instituição da Contribuição de Melhoria será encaminhado ao Poder Legislativo depois de concluídos os processos administrativos de impugnação.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 495. O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou da posse de imóvel localizado na zona beneficiada direta ou indiretamente pela obra pública.

§ 1º. São responsáveis pela Contribuição de Melhoria os adquirentes e sucessores do imóvel, a qualquer título.

§ 2º. Quando houver condomínio, quer de simples terreno ou edificações, a contribuição será rateada e lançada para cada um dos condôminos, na proporção de suas quotas-parte.

§ 3º. É também responsável pelo pagamento o incorporador ou o organizador do loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser beneficiado em razão da obra pública.

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 496. O cálculo da Contribuição de Melhoria tem como limite total os custos ou a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º O Município elaborará memorial descritivo da obra e o orçamento detalhado de seus custos.

§ 2º. Na verificação do custo da obra são computadas as despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, sendo a expressão monetária destas despesas atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes de atualização monetária.

§ 3º. São incluídos nos orçamentos dos custos das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 4º. O Município promoverá a avaliação dos imóveis beneficiados para determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Art. 497. No caso de desmembramento do solo de imóvel alcançado por Contribuição de Melhoria, poderá o lançamento ser desdobrado mediante requerimento dos interessados, rateando-se o valor entre as unidades resultantes do desmembramento.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 498. O lançamento e a forma de pagamento da Contribuição de Melhoria deverão ser realizados conforme previstos na lei instituidora.

TÍTULO VIII

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E DO CONTRIBUINTE

Art. 499. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP tem como fato gerador a prestação do serviço de iluminação pública de vias, logradouros, praças, parques e quaisquer outros bens públicos de uso comum. c.

§ 1º. A Contribuição destina-se ao custeio da iluminação pública, às despesas com elaboração de projetos, instalação, manutenção, operação, posteamento, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, bem como outras atividades direta ou indiretamente relacionadas, inclusive administrativas.

§ 2º. Visando o aprimoramento da rede, poderá o Município por meio de recursos oriundos da COSIP, custear implantação de sistema fotovoltaico ou outro sistema sustentável de produção de energia elétrica para iluminação pública, inclusive, sob o regime compensação.

Art. 500. O sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel, edificado ou não, situado no território do Município de Quatro Pontes/PR..

Parágrafo único. O enquadramento do consumidor em uma determinada classe deve obedecer às normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ou outro órgão regulador que vier substituí-la.

Art. 501. São isentos da Contribuição:

I - os consumidores de energia elétrica da classe residencial enquadrados em programas sociais, conforme estabelecido em legislação específica;

II – o Município, o Estado e a União, seus poderes e órgãos da administração direta;

III – as autarquias e fundações públicas municipais;

IV - os proprietários, titulares de domínio útil ou ocupantes de imóveis classificados como rurais pela concessionária do serviço público de energia elétrica;

V - as unidades consumidoras destinadas ao fornecimento de energia elétrica para as fontes de tensão usadas para transmissão de sinal de televisão a cabo, radares, relógios digitais, *out-doors*, *back-lights*, iluminação de fachada, captadores de energia, feiras-livres e assemelhados.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO, LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Art. 502. O valor da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública será obtido pela aplicação da tabela, do Anexo XII, desta Lei Complementar .

Art. 503. O lançamento da Contribuição será realizado com base nos dados informados pela fornecedora de energia elétrica, bem como, nos dados do cadastro imobiliário no que se refere aos imóveis que não possuem ligação de unidade consumidora energia elétrica.

Art. 504. A cobrança da Contribuição será realizada:

I – nos imóveis que tenham unidade consumidora de energia elétrica ligada na rede de distribuição, mensalmente, na fatura de consumo de energia elétrica;

II - nos imóveis que não possuam unidade consumidora de energia elétrica ligada na rede de distribuição, anualmente, por ocasião da cobrança IPTU.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato ou convênio com a concessionária de energia elétrica para a cobrança Contribuição.

§ 2º. O produto da arrecadação efetuada pela concessionária será por ela lançado em conta própria, ficando a mesma autorizada a utilizar o montante arrecadado na liquidação total ou parcial das despesas relativas ao sistema de iluminação pública do Município.

TÍTULO IX

DO VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 505. Fica instituído no Município de Quatro Pontes - Paraná, para todos os efeitos, o Valor de Referência Municipal - VR, cujo valor para o ano de 2023 é de R\$ 200,93 (duzentos reais e noventa e três centavos)..

Art. 506. O Valor de Referência será corrigido monetariamente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE), dos últimos 12 meses, ou outro indicador que venha a substituí-lo como indexador oficial, e será fixado sempre no mês de dezembro, com início de vigência a partir de 1º de janeiro, compreendendo o seu valor em reais, declarado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 507. O Valor de Referência será indexador de todos os tributos municipais, bem como dos valores relativos a juros, multas e penalidades tributárias e administrativas, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa ou não.

TÍTULO X

DEMAIS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 508. As alíquotas e os valores dos tributos e penalidades aplicáveis, de competência do Município, não previstos nesta Lei Complementar, devem ser definidos anualmente em lei complementar específica.

Parágrafo único. A atualização monetária dos valores dos tributos não configura majoração.

Art. 509. As isenções, descontos e outros benefícios concedidos para o pagamento dos tributos municipais, não previstos nesta Lei Complementar, devem ser fixados anualmente em lei complementar específica.

Art. 510. Os contribuintes que tiverem débito de qualquer natureza com a Fazenda Municipal não podem:



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

- I- receber quantias ou créditos que detiverem contra o Município;
- II- participar de licitações, concorrências, coletas ou tomadas de preços, exceto nos casos previstos em lei;
- III- celebrar contratos ou termos de qualquer natureza com o Município;
- IV- transacionar a qualquer título com a Administração Municipal, salvo se relativo ao débito em questão.

Art. 511. O contribuinte que reincidir na prática de infrações previstas nesta Lei Complementar, ou instruir pedidos de imunidade, isenção, redução ou revisão com documento falso ou que contenha falsidade, ou ainda, violar as normas estabelecidas nesta ou em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização, na forma que se regulamentar.

Art. 512. Salvo previsão legal em contrário, aplicam-se as disposições desta Lei Complementar, relativas ao procedimento de cobrança amigável e judicial dos créditos tributários, aos créditos não tributários exigíveis por força de legislação municipal.

Art. 513. Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 1º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou se este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º. Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data.

§ 3º. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo final o último dia do mês.

Art. 514. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos não se suspendem.

Art. 515. O prazo de entrega de documentos e informações requeridas à Municipalidade, se outro não estiver previsto nesta Lei Complementar, é de até 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, conforme o disposto no artigo 11, da Lei 12.527/2011.

Art. 516. O Poder Executivo expedirá os decretos exigidos por esta Lei Complementar e os que se fizerem necessários à perfeita aplicação das disposições ora aprovadas.

Parágrafo único. Em matéria fiscal, as instruções, portarias e ordens de serviço somente serão expedidas para disciplinar os serviços ou procedimentos internos da Administração Fazendária.

Art. 517. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei Complementar Municipal nº 062, de 29 de dezembro de 1993, Lei Complementar Municipal Nº 031, de 22 de dezembro de 2022 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2023

JOÃO INÁCIO LAUFER
PREFEITO



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

ANEXO I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

TABELA 01 - ÍNDICES DE CORREÇÃO DA CONSTRUÇÃO (ICC)

01 – TIPOS DE CONSTRUÇÃO

1	METÁLICA	1,10
2	MISTA (ALVENARIA/MADEIRA)	0,90
3	MADEIRA	0,80
4	CONCRETO	1,10
5	ALVENARIA	1,00

02 – CARACTERÍSTICAS

1	CASA	0,95
2	CASA/ SALA COMERCIAL	1,00
3	APARTAMENTO	1,10
4	SALA COMERCIAL	0,95
5	BARRACÃO	0,90
6	CASA COM PISCINA/OFURÔ	1,10
7	TELHEIRO	0,80

03 – UTILIZAÇÃO DESTINO

1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	1,30
2	ATIVIDADE SÓCIO-CULTURAL	1,00
3	SALÃO DE ESPETÁCULO	1,30
4	INDÚSTRIA	1,30
5	SERVIÇO PÚBLICO	1,00
6	RELIGIOSO	1,00
7	COMÉRCIO	1,30
8	RESIDÊNCIA	1,00

04 – POSIÇÃO

1	ISOLADA	0,95
2	SUPERPOSTA	1,00
3	CONJUGADA	1,00
4	CONJ./SUPERP.	1,00
5	GEMINADA	0,95

05 – CONSERVAÇÃO

1	ÓTIMA	1,40
2	BOA	1,00
3	REGULAR	0,90
4	RUIM	0,80
5	BARRACÃO	0,60

06 – FATOR DE OBSOLESCÊNCIA

1	00 A 10 ANOS	1,00
2	11 A 15 ANOS	0,95
3	16 A 20 ANOS	0,90
4	21 A 25 ANOS	0,85
5	MAIS DE 25 ANOS	0,80



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

TABELA 02 - ÍNDICES DE CORREÇÃO DO TERRENO (ICT)

07- OCUPAÇÃO

1	BALDIO	1,00
2	EDIFICAÇÃO	0,93
3	EM CONSTRUÇÃO	0,90
4	CONSTRUÇÃO PARALISADA	0,98
5	RUÍNAS	0,98
6	DEMOLIÇÃO	0,95

08 - SITUAÇÃO

1	MEIO DA QUADRA	0,95
2	ESQUINA	1,00
3	DUAS ESQUINAS	1,05
4	TRÊS ESQUINAS	1,10
5	QUARTEIRÃO INTEIRO	1,15
6	ENCRAVADO	0,90

09 - FRENTE

1	ENCRAVADO COM SERVIDÃO	0,90
2	UMA FRENTE	0,95
3	DUAS FRENTE	1,00
4	TRÊS FRENTE	1,05

10 - PAVIMENTAÇÃO

1	ASFALTO	1,10
2	PEDRA IRREGULAR	0,98
3	LAJOTA	0,98

TABELA 03 - VALOR DO TERRENO (VR POR M²)

ZONAS	QUADRA	BAIRRO	LOTES	FRAÇÃO VR POR M² (R\$)
Zona 01	011	CENTRO	01-02-03-04-05-06 e 07	3,51
	012	CENTRO	01/A-01/02/03/B-01/02/3/B/A-04/A-04/05/06 e 07	
	013	CENTRO	01/02/AB- 01/02A-02/03-04-05/AB-05/A-06 e 07	
	014	CENTRO	01-02-03-04-05-06 e 07	
	015	CENTRO	01/02-03-04-05/A-05/B-06 e 07	
	016	CENTRO	01-02-03-04-05 e 06/07	
	017	CENTRO	01/B-01/02A-02-03-04-04A-05A-05B-06 e 07	
	018	CENTRO	01-02-03-04/05-06-07 e 07A	
	019	CENTRO	01-02-03-04/06B-06A-- E 07	
	020	CENTRO	01-02-03A-03/04/05/06 e 07	
	021	CENTRO	01/02-01A/02A-03-04A-04B/05/06A e 07	
	022	CENTRO	01-02-03-04-05-06 e 07	
	023	CENTRO	01/02-03-03A-04A-05A-05B-04/05A-06 - 07A e 07B	
	024	CENTRO	01-02-03A-03B-04-05-06 e 07	
	025	CENTRO	01/02A-02/03A-04-05A-05B-06 e 07	
	026	CENTRO	01-02-03-04-05-06 e 07	
	027	CENTRO	01-02-03/06-04-05-06A e 07	
	028	CENTRO	01-02-03-04A/05-0405A-05A-05AA-06-06A e 07	
	029	CENTRO	01-02-03-04-05-06 e 07	
	030	CENTRO	01A-01B-02-03-04-05-06 e 07	



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Zona 02	001	CENTRO	01-02-03-04-05A-05B-06-07-08-09-10 e 11	2,93
	002	CENTRO	01A-01B-02-03-04A-04B-05-06-07-08-09-10 e 11	
	003	CENTRO	01/02A-01/02B-01/02C-02/03-04/05A-05B-06-07A-07/08A 08-09-10 e 11	
	004	CENTRO	01/07-02/03-04-05A-05B-06-08-09-10- e 11	
	005	CENTRO	01A-01B-02-03-04-05AA-05AB-05B-06-07-08A-08B-09/10-10A e 11	
	006	CENTRO	01-01A-01B-02-03-04-05-05A-06-07-08-09/10 e 11	
	007	CENTRO	01-01A-02-03-04-05A-05B-06-07/08A-08B-09-10 e 11	
	008	CENTRO	01/02A-02B/03/04-05-06-07-08-09-10 e 11 (CHÁCARA 12)	
	009	CENTRO	01-02-03-04-05-06/09/10A-08 e 11	
	010	CENTRO	01A-01B-02A-02/03-03A-04-05-05A-06-07-08-09-10 e 11	
	011	CENTRO	08-09-10-11A-11B e 12	
	012	CENTRO	08A-08B-09-10-11-12 e 12A	
	013	CENTRO	08-09A-09B-10-11/12-11/12A e 11/12B	
	014	CENTRO	08-08A-09-10-11-12A e 12B	
	015	CENTRO	08-09-10-11 e 12	
	016	CENTRO	08-09A-09B-10-11-12	
	017	CENTRO	08/09A-08/09B-10-11-12A e 12B	
	018	CENTRO	08-09-10-11-12 e 12A	
	019	CENTRO	08/09-09-10-11/A-11/12A e 11/12B	
	020	CENTRO	08-09-10-11-12 e 12A	
	021	CENTRO	08-09-10-11-12A e 06B/12B	
	022	CENTRO	08-08A-09-10-11-12A e 12B	
	023	CENTRO	08A-08B-08BA-09-10-11/12A-11/12B e 11/12AB	
	024	CENTRO	08-08B-09-10-11A-11/12A e 12B/12B	
	025	CENTRO	08/09A-08/09B-10-11/12 e 11A/12A	
	026	CENTRO	08/09A-08/09B09/10-10-11-12 e 12A	
	027	CENTRO	08/09-10-11-11A-12 e 13	
	028	CENTRO	07/08-09-10-11-12 e 12A	
	029	CENTRO	08-09-09A-10A-10B-11 e 12	
	030	CENTRO	08-08A-09-10A-10B-11-12A e 12B	
	033	CENTRO	01A-01B-02A-02B-03A-03/04-05-06-07-08-09-10-10A-10B-11 e 12	
	034	CENTRO	01/05-02-03-04A-04B-06-07-08-09-10A-10B-11 e 12	
	035	CENTRO	01/05-04/05A-02-03-04-06-07-08-09-10-10A-11 e 12	
	036	CENTRO	01-02-03-04A-04B-05-06-07-08A-08B09-10-11-12A e 12B	
	037	CENTRO	01-01A-02-03A-03B-04-04A-05-06-07-08-09-10-10A-11- e 12	
	038	CENTRO	01A-01B-02-02A-03-04/07A-05-06A-06B-07B-08-09-10-10A-11-12A-12B	
	039	CENTRO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-10A-11-12 e 12A	
	040	CENTRO	01A-01B-02A02B-03/04A-05-06-07-08-09/10-11-12 e 12A	
	041	CENTRO	01/05-02A-02B-03-04-05A-06-07-08/12-09-10 e 11	
	042	CENTRO	01/05-02-03/04-06-07-08-09/10 e 11/12	
	043	CENTRO	01/05/06A-01A/02/05A-03-04-06-07-08-09-10A-10B-11A-11B e 12	
	044	CENTRO	01/02/05-03/04-02B/06 a 12	
	045	CENTRO	01-02-02/03-03A-04-05-06-07-08-09A/10A-09B/10C-10C-11 e 12	
	046	CENTRO	01-01A-02-03/07A-04/07B-06A-06B-07-08-09/10AA-09/10AB-11 e 12	
	047	CENTRO	01/02/03/04/05/6A/7A e 06B/07B/08/09/10/11/12	
	048	CENTRO	01-01A-02-02A-03-03A04A-04B-05A-05B-06-07-08-09-10-11-08/12 e 08/12A	
	053	CENTRO	01-02-03-03A-04-05-06-07A-07B-08-09-10-11-12A e 12B	
	054	CENTRO	01-01A-02-03-04-05-06A-06B-07-08-09-10-10A-11 e 12	
	055	CENTRO	01-02-03-04-05A-05B-06A-06B-07-07A-08-08A-09-10-11-12 e 12A	



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

	056	CENTRO	01-02-03/04A-04B-05-06-07-08-09-10-11-12	
	057	CENTRO	01-02/03/04/07/08-05/06-09-10-11 e 12	
	058	CENTRO	01-02/03/04/07-05-06-08-09-10-11 e 12	
	059	CENTRO	01/02/03/04-05-06-07-08-09-10A-10B-11-11A e 12	
	060	CENTRO	01-02-03/04/07-05-06-08-09-10-10A-10B-11-08/12 e 08/12A	
	062	CENTRO	01-02-03-03A-04-05-06-07-08/11-09 e 10	
	063	CENTRO	01-02-03/04/07-05-06-08-09-10 e 11	
	064	CENTRO	01-02A-02B-03-03B-04-05A-05B-06A-06B-07-08-09-10 e 11	
	065	CENTRO	01A-01B-02-03A-03B-04-05-06-07-08-09-10A-11A e 11B	
	066	CENTRO	01/05-02-03-04-06-07-07/08-08-09A-09B-10 e 11	
	067	CENTRO	01-02A-02B-03A-03B-04-05-06A-06B-07-08-09A-09B-10 e 11	
	068	CENTRO	01-01A-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11	
	001	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11	
	002	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11	
	003	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11	
	004	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	005	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	006	IMPERATRIZ	01-02-03-04-05-06-07 E 08	
	001	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	002	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	003	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	004	CANADÁ	01-02-03-04 e 05	
	005	CANADÁ	01-02-03 e 04	
	006	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	007	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	008	CANADÁ	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	003	KUNZLER	07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16	
	004	KUNZLER	07-08-09-10 e 11	
	005	KUNZLER	01A-01B-01C e 01D	
	002	TROPICAL	10-11-12-13-14-15-16-17-18 e 19	
	003	TROPICAL	01-02-03-04-05/06-07 e 08	
	002	SCHINDLER	05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14	
	003	SCHINDLER	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
Zona 03	001	SCHINDLER	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	1,46
	002	SCHINDLER	01-02-03-04-15-16-17-18-19-20-21 e 22	
	001	TROPICAL	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	002	TROPICAL	01-02-03-04-05-06-07-08-09-20-21 e 22	
	001	KUNZLER	01-02-03-04 E 04A	
	002	KUNZLER	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	003	KUNZLER	01-02A-02B-03-04-05-06-17-18 e 19	
	004	KUNZLER	01-02-03-03A-04-05 e 06	
	001	MONALIZA	05-06-07-08 e 09	
	002	MONALIZA	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21 e 22	
	003	MONALIZA	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21 e 22	
	004	MONALIZA	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21 e 22	
	005	MONALIZA	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11	
	006	MONALIZA	01-02-03/21-04-05-06-07-08-09-10-11-12-12A-13-14-15-16-17-18-19-20-21A e 22	
	007	MONALIZA	01/02/03/15a22-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14	
	008	MONALIZA	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21 e 22	



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

001	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07 e 08
002	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16
003	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16
004	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 E 16
005	UNIÃO	01-02-03-04-05-06A-06B-07-08-09-10-11-12-- e 13
006	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16
007	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16
008	UNIÃO	01-02-03-04-05-06-07 e 08
001	PRIMAVERA 1	01-02 e 03
002	PRIMAVERA 1	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
003	PRIMAVERA 1	01-02-03-04-05 e 06
004	PRIMAVERA 1	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11 e 12
005	PRIMAVERA 1	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10/11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
006	PRIMAVERA 1	01-02-03-04-05-06A e 06B
001	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05-06 e 07
002	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11
003	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14
004	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
005	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05 e 06
006	PRIMAVERA 2	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
001	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14
002	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14
003	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10 e 11
004	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27 e 28
005	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13 e 14
006	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
007	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
008	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10
009	MOMBACH	01-02-03-04-05-06-07 e 08
001	KARIBE/HAVAI	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21 e 22
002	KARIBE/HAVAI	11-12-13-14-15-16-17-18-19-20 e 21
003	KARIBE/HAVAI	11-12-13-14-15-16-17-18 e 19
004	KARIBE/HAVAI	06 e 07
005	KARIBE/HAVAI	10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
006	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
007	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
008	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22
009	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
010	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
011	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19 e 20
012	KARIBE/HAVAI	12-13-14-15-16-17-18-19-20 e 21
013	KARIBE/HAVAI	09-10-11-12-13-14-15-16 e 17
014	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18
015	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18
016	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18
017	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18
018	KARIBE/HAVAI	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

	019	KARIBE/HAVAI	18 01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18	
	020	KARIBE/HAVAI	09-10-11-12-13-14-15-16 e 17	
	001	DREYER	01-02-13-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16 e 17	
	002	DREYER	01-02-03-04 e 05/06/07/08/09	
	001	SEIMETZ	01-02-03-04-05 e 06	
	002	SEIMETZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11 e 12	
	003	SEIMETZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11 e 12	
	005	SEIMETZ	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16	
	006	SEIMETZ	01-02-03-04-05 e 06	
	001	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12 e 13	
	002	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23 e 24	
	003	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14 e 15	
	004	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14 e 15	
	005	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24	
	006	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12 e 13	
	007	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	008	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16	
	009	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11 e 12	
	010	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11 e 12	
	011	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16	
	012	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	013	QUINTAS	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15 e 16	
	001	ALVORADA	01-02-03-04 e 05	
	002	ALVORADA	01-02 e 03	
	003	ALVORADA	01-02 e 03	
	004	ALVORADA	01-02 e 03	
	005	ALVORADA	01 e 02	
	006	ALVORADA	01-02-03-04-05 e 06	
	007	ALVORADA	01-02-03-04-05-06-07-08-09 e 10	
	008	ALVORADA	01-02-03-04-05-06-07-08 e 09	
	009	ALVORADA	01-02-03-04-05-06-07-08 e 09	
	001	ITATIAIA	01-02-03-04-05-06 e 07	
	002	ITATIAIA	01-02-03 e 04	
	003	ITATIAIA	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	004	ITATIAIA	01-02-03-04-05 e 06	
	005	ITATIAIA	01-02-03-04-05 e 06	
	006	ITATIAIA	01-02-03-04-05-06-07 e 08	
	61A	STA CLARA	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17 e 18	
	61B	STA CLARA	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12 e 13	
	001	BEM VIVER	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22	
	002	BEM VIVER	01-02-03-04-05-06-07-08-09-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20 -21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40	
	003	BEM VIVER	1	
Zona 04	001	PQUE INDL 1	01-02-	0,88
	002	PQUE INDL 1	01A-01B-01C-02-02A-	
	003	PQUE INDL 1	01-02/04-03-05 e 06	
	001	PQUE INDL 2	01A-01B/02A-02B e 02C	
	002	PQUE INDL 2	01-02-03-04-05 e 06	
	001	PQUE INDL 3	01-02-03 e 04	
	001	PQUE INDL 4	01-02-03-04-05-06 e 07	



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

TABELA 04 - VALOR DA CONSTRUÇÃO (VR POR M²)

TIPO DE CONSTRUÇÃO	CASA	CASA/ SALA COMERCIAL	APARTAMENTO	SALA COMERCIAL	BARRACÃO	TELHEIRO
ALVENARIA	9,36	8,38	9,36	9,36	4,68	3,51
MADEIRA	5,56	5,56	-	-	3,51	2,80
MISTA(ALVEN/MA-DEIRA)	7,02	7,02	-	7,02	3,91	2,24
CONCRETO	7,02	7,02	-	7,02	4,19	1,68
METÁLICA	6,44	6,44	-	6,44	5,56	-

ANEXO II

TABELA 1 - SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

E ALÍQUOTAS CORRESPONDENTES

	Serviços Tributários	Alíquota sobre o preço dos serviços
1.0	Serviços de informática e congêneres	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%
1.02	Programação.	3%
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a <u>Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011</u> , sujeita ao ICMS).	3%
2.0	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%
3.0	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01	(VETADO)	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%
4.0	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01	Medicina e biomedicina.	2%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatorios e congêneres.	2%
4.04	Instrumentação cirúrgica.	2%
4.05	Acupuntura.	2%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%
4.07	Serviços farmacêuticos.	2%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%
4.10	Nutrição.	2%
4.11	Obstetrícia.	2%
4.12	Odontologia.	2%
4.13	Ortótica.	2%
4.14	Próteses sob encomenda.	2%
4.15	Psicanálise.	2%
4.16	Psicologia.	2%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de 3ºs contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%
5.0	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	2%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	2%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%
6.0	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres (por profissional).	3%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
6.05	Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.	3%
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%
7.0	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
7.04	Demolição.	2%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	2%
7.08	Calafetação.	2%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo,	5%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

	rejeitos e outros resíduos quaisquer.	
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%
7.14	(VETADO)	
7.15	(VETADO)	
7.16	Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfuração, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%
8.0	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
9.0	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03	Guias de turismo.	3%
10.0	Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%
10.06	Agenciamento marítimo.	3%
10.07	Agenciamento de notícias.	3%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3%
11.0	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da	3%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

	infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	
12.0	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01	Espectáculos teatrais.	5%
12.02	Exibições cinematográficas.	5%
12.03	Espectáculos circenses, por até quinze dias.	5%
12.04	Programas de auditório.	5%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres, por até quinze dias.	5%
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.10	Corridas e competições de animais.	5%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%
12.12	Execução de música.	5%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%
13.0	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	3%
13.01	(VETADO)	3%
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3%
14.0	Serviços relativos a bens de terceiros.	3%
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.02	Assistência técnica.	3%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12	Funilaria e lanternagem.	3%
14.13	Carpintaria e serralheria.	3%
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%
15.0	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16.0	Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%
17.0	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.07	(VETADO)	
17.08	Franquia (franchising).	5%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.13	Leilão e congêneres.	3%
17.14	Advocacia.	3%
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16	Auditoria.	3%
17.17	Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.21	Estatística.	3%
17.22	Cobrança em geral.	5%
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%
18.0	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%
19.0	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3%
20.0	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%
21.0	Serviços de registros públicos cartorários e notariais.	
21.01	Serviços de registros públicos cartorários e notariais.	5%
22.0	Serviços de exploração de rodovia.	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	3%
23.0	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24.0	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25.0	Serviços funerários.	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.03	Planos ou convênio funerários.	3%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%
26.0	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3%
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3%
27.0	Serviços de assistência social.	
27.01	Serviços de assistência social.	3%
28.0	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29.0	Serviços de biblioteconomia.	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	3%
30.0	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31.0	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32.0	Serviços de desenhos técnicos.	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	3%
33.0	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%
34.0	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35.0	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%
36.0	Serviços de meteorologia.	
36.01	Serviços de meteorologia.	3%
37.0	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38.0	Serviços de museologia.	
38.01	Serviços de museologia.	3%
39.0	Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40.0	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3%

TABELA 2 - CÁLCULO DO ISSQN PARA SOCIEDADES DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS
(SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS)

COD.	TIPO DE SERVIÇO	VALOR FIXO ANUAL (VR)
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
4.01	Medicina e biomedicina.	6
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade medica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5
4.05	Acupuntura.	5
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	6
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5
4.10	Nutrição.	5
4.11	Obstetrícia.	6
4.12	Odontologia.	6
4.13	Ortótica.	6
4.14	Próteses sob encomenda.	5
4.15	Psicanálise.	6
4.16	Psicologia.	6
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	6
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e	5



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

	congêneres.	
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	4
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
17.01	Assessoria e consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e congêneres.	4
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	4
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica financeira ou administrativa.	4
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	6
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	4
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de 3ºs.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	6
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	6
17.16	Auditoria.	6
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	6
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	4
17.20	Consultoria e assessoria econômica e financeira.	5
17.21	Estatística.	5
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	4
27.01	Serviços de assistência social.	5
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5
36.01	Serviços de meteorologia.	5

TABELA 3 - CÁLCULO DO ISSQN PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

PROFISSIONAIS	VALOR FIXO ANUAL EM VR
Profissional autônomo em atividade que exija formação em nível superior (qualquer profissão, desde que não se enquadre na Tabela 2)	10
Profissional autônomo em atividade que exija formação em nível técnico profissionalizante (qualquer profissão, desde que não se enquadre na Tabela 2)	8
Outros Profissionais Autônomos em atividade que não se exija formação (desde que não se enquadre na Tabela 2)	6

TABELA 04 - BASE DE CÁLCULO DO ISSQN CONSTRUÇÃO CIVIL POR METRO QUADRADO (M2)

Apartamentos – Alvenaria		Casas de Alvenaria	
Área construída (m²)	% DA VR	Área construída (m²)	% DA VR
Acima de 300,01	18%	Acima de 300,01	18%
200,01 a 300,00	15%	200,01 a 300,00	15%
150,01 a 200,00	12%	150,01 a 200,00	12%
100,01 a 150,00	10%	100,01 a 150,00	10%
70,01 a 100,00	08%	70,01 a 100,00	08%
Até 70,00	06%	Até 70,00	06%
Casas Mistas (alvenaria e madeira)		Casas de Madeira	
Área construída (m²)	% DA VR	Área construída (m²)	% DA VR
Acima de 301,01	16%	Acima de 301,01	13%
200,01 a 300,00	14%	200,01 a 300,00	11%
150,01 a 200,00	11%	150,01 a 200,00	09%
100,01 a 150,00	09%	100,01 a 150,00	07%
70,01 a 100,00	07%	70,01 a 100,00	05%



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Até 70,00	05%	Até 70,00	04%
Barracões em Alvenaria		Lojas Térreas	
Área construída (m²)	% DA VR	Área construída (m²)	% DA VR
Acima de 301,01	15%	Acima de 301,01	18%
200,01 a 300,00	14%	200,01 a 300,00	15%
150,01 a 200,00	12%	150,01 a 200,00	12%
100,01 a 150,00	10%	100,01 a 150,00	10%
70,01 a 100,00	7%	70,01 a 100,00	8%
Até 70,00	5%	Até 70,00	6%
Box (Garagens em prédios)		Telheiros	
Área construída (m²)	% DA VR	Área construída (m²)	% DA VR
Acima de 301,01	13%	Acima de 301,01	13%
200,01 a 300,00	11%	200,01 a 300,00	11%
150,01 a 200,00	9%	150,01 a 200,00	9%
100,01 a 150,00	7%	100,01 a 150,00	7%
70,01 a 100,00	5%	70,01 a 100,00	5%
Até 70,00	3%	Até 70,00	3%
Alternativos (outras obras)		Específicos	
Área construída (m²)	% DA VR	Área construída (m²)	% DA VR
Acima de 301,01	18%	Piscinas em concreto	20%
200,01 a 300,00	15%	Piscinas em fibra	15%
150,01 a 200,00	12%	Silos, por toneladas, armazém	02%
100,01 a 150,00	10%	Quadras esportivas	07%
70,01 a 100,00	08%		
Até 70,00	06%		

Nota 01: Para o cálculo do ISSQN sobre construção civil utiliza-se o percentual da tabela x valor de referência x metragem;

Nota 02: Casas Mistas: é uma construção que utiliza madeira e alvenaria na mesma obra. A alvenaria ou o concreto geralmente são empregados nas chamadas "áreas molhadas" ou "áreas úmidas" do imóvel.

Nota 03: Barracão: construção para armazém com características próprias de dimensão, altura, segurança, resistência.

Nota 04: BOX(garagem em prédio): construção privativa autônoma que têm matrícula própria no Cartório de Registro de Imóveis.

Nota 05: Telheiros: tipo de construção, total ou parcialmente aberta, coberta com telhado.

Nota 06: Alternativas: construções alternativas são aquelas que usam materiais diferentes da alvenaria comum (tijolo de concreto ou cerâmica e cimento, madeira). Para uma construção alternativa, são utilizados alguns materiais específicos que conferem a característica de sustentabilidade à obra. São eles: bambu, pedra, adobe, tijolos ecológicos, materiais reaproveitados, etc.

ANEXO III

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO E TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

ALTO RISCO	VR/ANO
INDÚSTRIA	
Até 50,00 m²	2,00
De 50,01 a 100,00 m²	3,00
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,50
De 500,01 m² até 600,00 m²	5,00
De 600,01 m² até 750,00 m²	5,50
De 750,01 m² até 900,00m²	6,50
De 900,01 m2 até 1.200,00 m2	9,00
Acima de 1.200,00 m2	12,00
COMÉRCIO	
Até 50,00 m²	1,50
De 50,01 a 100,00 m²	1,80
De 100,01 m² até 200,00 m²	2,70



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

De 200,01 m² até 500,00 m²	4,70
De 500,01 m² até 600,00 m²	5,00
De 600,01 m² até 750,00 m²	5,40
De 750,01 m² até 900,00m²	6,70
De 900,01 m² até 1.200,00 m²	8,70
Acima de 1.200,00 m²	10,20
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Até 50,00 m²	2,00
De 50,01 a 100,00 m²	2,30
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,00
De 500,01 m² até 750,00 m²	4,50
De 750,01 m² até 1.000,00 m²	5,00
Acima de 1.000,00 m²	5,50
MÉDIO RISCO	VR/ANO
INDÚSTRIA	
Até 50,00 m²	2,00
De 50,01 a 100,00 m²	3,00
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,50
De 500,01 m² até 600,00 m²	5,00
De 600,01 m² até 750,00 m²	5,50
De 750,01 m² até 900,00m²	6,50
De 900,01 m² até 1.200,00 m²	9,00
Acima de 1.200,00 m²	12,00
COMÉRCIO	
Até 50,00 m²	1,30
De 50,01 a 100,00 m²	1,60
De 100,01 m² até 200,00 m²	2,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,50
De 500,01 m² até 600,00 m²	4,80
De 600,01 m² até 750,00 m²	5,20
De 750,01 m² até 900,00m²	6,50
De 900,01 m² até 1.200,00 m²	8,50
Acima de 1.200,00 m²	10,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Até 50,00 m²	1,80
De 50,01 a 100,00 m²	2,10
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,30
De 200,01 m² até 500,00 m²	3,80
De 500,01 m² até 750,00 m²	4,30
De 750,01 m² até 1.000,00 m²	4,80
Acima de 1.000,00 m²	5,30
BAIXO RISCO	VR/ANO
INDÚSTRIA	
Até 50,00 m²	2,00
De 50,01 a 100,00 m²	3,00
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,50
De 500,01 m² até 600,00 m²	5,00



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

De 600,01 m² até 750,00 m²	5,50
De 750,01 m² até 900,00m²	6,50
De 900,01 m² até 1.200,00 m²	9,00
Acima de 1.200,00 m²	12,00
COMÉRCIO	
Até 50,00 m²	1,30
De 50,01 a 100,00 m²	1,60
De 100,01 m² até 200,00 m²	2,50
De 200,01 m² até 500,00 m²	4,50
De 500,01 m² até 600,00 m²	4,80
De 600,01 m² até 750,00 m²	5,20
De 750,01 m² até 900,00m²	6,50
De 900,01 m² até 1.200,00 m²	8,50
Acima de 1.200,00 m²	10,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Até 50,00 m²	1,50
De 50,01 a 100,00 m²	1,80
De 100,01 m² até 200,00 m²	3,00
De 200,01 m² até 500,00 m²	3,50
De 500,01 m² até 750,00 m²	4,00
De 750,01 m² até 1.000,00 m²	4,50
Acima de 1.000,00 m²	5,00

Obs. 01 - A classificação do grau de risco dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços obedecerá o disposto na Resolução nº 57/2020 e posteriores alterações do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

Obs. 02 – A Taxa de Localização (Alvará) será cobrada na abertura ou alteração da empresa, uma única vez, nas datas previstas neste Código Tributário Municipal;

Obs. 03 – A Taxa de Fiscalização será cobrada anualmente, a partir do 2º ano, nos termos definidos neste Código Tributário Municipal;

ANEXO IV

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE E TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO EVENTUAL

PRODUTOS E/OU MERCADORIAS	Contribuinte do município (%)VR / dia	Contribuinte de fora do município (%) VR/ dia
Tecidos, confecções, tapetes, redes e calçados, joias e outros em geral;	20%	50%
Alimentos Frutas e Verduras em geral;	10%	50%
Mudas de árvores, de fruteiras e flores;	10%	50%
Alimentos preparados: lanches, sucos, refrescos, refrigerantes e similares: • trailer, food-truck; • quiosque e barracas; • carrinhos, tabuleiros e outros	20%	100%
Jornais e revistas (bancas e similares);	10%	50%
Móveis e estofados;	20%	100%
Circos, Parques de Diversões e Eventos em Geral;	300%	500%
Feiras itinerantes do vestuário e de veículos, máquinas e equipamentos;	20%	500%
Feiras promovidas por empresas parceiras instaladas no município, por empresa;	100%	-



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

Outras mercadorias e produtos não constantes desta tabela	20%	50%
---	-----	-----

ANEXO V

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO DE PROJETO, LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE

APROVAÇÃO DE PROJETO, LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE	% da VR por m2
Aprovação de Projeto, licença para construção até 70,00 metros quadrados.	3%
Aprovação de Projeto, licença para construção de 70,01 até 150,00 metros quadrados.	6%
Aprovação de Projeto, licença para construção acima de 150,01 metros quadrados.	8%
Concessão de Habite-se até 70,00 metros quadrados.	1%
Concessão de Habite-se de 70,01 até 150,00 metros quadrados.	2%
Concessão de Habite-se acima de 150,01 metros quadrados.	3%
Demolição por obra, independente de área edificada.	1%

Obs.: Em relação aos prédios de apartamentos e conjuntos residenciais o cálculo de cobrança será por unidade residencial, obedecendo ao critério de metragem de área construída e os respectivos percentuais.

ANEXO VI

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA A EXECUÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO

PARCELAMENTO DE SOLO POR LOTE	Quantidade de VR
Análise Prévia de Projetos (até 05 reanálises)	1,00
Desmembramento, por lote	0,50
Remembramento, por lote	0,50
Desdobros, por lote	1,00
Loteamento horizontal, por lote	0,50
Condomínio horizontal, por lote	0,50



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

ANEXO VII

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

E PROPAGANDA

FORMAS DE PUBLICAÇÃO	VR/DIA	VR/MÊS
Publicidade através de alto falantes em local fixo	0,10	01
Publicidade através de alto falantes, em veículos, por veículo	0,50	03
Anúncios luminosos, por unidade	0,20	02
Anúncios iluminados, por unidade	0,20	02
Demais anúncios, por anunciante	0,50	02
Anúncios em painéis, por unidade	0,20	02

ANEXO VIII

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS E PÚBLICOS

Por Unidade	VR	
	Dia	Mês
Barracas (até 10,00 m2), food-trucks e congêneres	0,20	01
Quiosques, barracas (acima de 10m2)	0,30	02
Veículos	0,20	01

ANEXO IX

CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

TABELA 1

BAIXO RISCO, "BAIXO RISCO A", RISCO LEVE, IRRELEVANTE OU INEXISTENTE	VR (%) ano
Até 50 metros quadrados	60
De 50,01 a 100 metros quadrados	70
De 100,01 a 150 metros quadrados	80
De 150,01 a 200 metros quadrados	90
De 200,01 a 250 metros quadrados	100
De 250,01 a 300 metros quadrados	110
De 300,01 a 350 metros quadrados	120
De 350,01 a 400 metros quadrados	130
De 400,01 a 450 metros quadrados	140
De 450,01 a 500 metros quadrados	150
De 500,01 a 600 metros quadrados	160
De 600,01 a 700 metros quadrados	170
De 700,01 a 800 metros quadrados	180



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

De 800,01 a 900 metros quadrados	190
De 900,01 a 1.000 metros quadrados	200
De 1000,01 a 1500 metros quadrados	210
De 1500,01 a 2000 metros quadrados	220
De 2.000,01 a 2500 metros quadrados	230
De 2500,01 a 3000 metros quadrados	240
Acima de 3000 metros quadrados = Valor de 3.000m ² + 0,020 sobre a VR por m ² .	
Obs.: Considera-se como área para a base de cálculo, a área total, coberta ou não, desde que utilizada para o desenvolvimento da atividade.	
A classificação do grau de risco dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço obedecerão ao disposto na Resolução SESA/PR N° 1034/2020 e posteriores alterações.	

TABELA 2

MÉDIO RISCO OU "BAIXO RISCO B" OU RISCO MODERADO	VRM (%) ano
Até 50 metros quadrados	60
De 50,01 a 100 metros quadrados	110
De 100,01 a 150 metros quadrados	160
De 150,01 a 200 metros quadrados	220
De 200,01 a 250 metros quadrados	270
De 250,01 a 300 metros quadrados	330
De 300,01 a 350 metros quadrados	380
De 350,01 a 400 metros quadrados	410
De 400,01 a 450 metros quadrados	440
De 450,01 a 500 metros quadrados	480
De 500,01 a 600 metros quadrados	540
De 600,01 a 700 metros quadrados	580
De 700,01 a 800 metros quadrados	640
De 800,01 a 900 metros quadrados	720
De 900,01 a 1.000 metros quadrados	800
De 1000,01 a 1500 metros quadrados	880
De 1500,01 a 2000 metros quadrados	980
De 2.000,01 a 2500 metros quadrados	1200
De 2500,01 a 3000 metros quadrados	1500
Acima de 3000 metros quadrados = Valor de 3.000m ² + 0,020 sobre a VR por m ²	
Obs.: Considera-se como área para a base de cálculo, a área total, coberta ou não, desde que utilizada para o desenvolvimento da atividade.	
A classificação do grau de risco dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço obedecerão ao disposto na Resolução SESA/PR N° 1034/2020 e posteriores alterações.	

TABELA 3

ALTO GRAU DE RISCO	VR (%) ano
Até 50 metros quadrados	85
De 50,01 a 100 metros quadrados	170
De 100,01 a 150 metros quadrados	220
De 150,01 a 200 metros quadrados	290
De 200,01 a 250 metros quadrados	340
De 250,01 a 300 metros quadrados	400
De 300,01 a 350 metros quadrados	460
De 350,01 a 400 metros quadrados	510
De 400,01 a 450 metros quadrados	570
De 450,01 a 500 metros quadrados	650
De 500,01 a 600 metros quadrados	700
De 600,01 a 700 metros quadrados	760
De 700,01 a 800 metros quadrados	840
De 800,01 a 900 metros quadrados	930
De 900,01 a 1.000 metros quadrados	1000



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

De 1000,01 a 1500 metros quadrados	1200
De 1500,01 a 2000 metros quadrados	1400
De 2.000,01 a 2500 metros quadrados	1600
De 2500,01 a 4000 metros quadrados	1800
Acima de 4000 metros quadrados = Valor de 4.000m ² + 0,020 sobre a VR por m ² .	
Obs.: Considera-se como área para a base de cálculo, a área total, coberta ou não, desde que utilizada para o desenvolvimento da atividade.	
A classificação do grau de risco dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço obedecerá o disposto na Resolução SESA/PR N° 1034/2020 e posteriores alterações.	

ANEXO X

TAXA DE COLETA DE LIXO

CATEGORIAS	VR / ANO
Residências	01
Comércio e prestadores de serviços	1,60
Indústria	02
Imóveis não edificados	0,70

Obs. 01: Para os imóveis que tem categoria mista o valor será calculado em razão da media entre os coeficientes de cada categoria para a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo.

Obs. 02: A taxa de coleta de lixo dos imóveis não edificados serão cobrados junto com o IPTU – Impostos Predial Territorial Urbanos, observando-se as mesmas regras de parcelamento do imposto.

ANEXO XI

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

EXPEDIENTES		VR
1.	Emissão de alvarás, atestados, certidões (segunda via)	0,10
2.	Fornecimentos de mapas da cidade, por página impressa	0,10
3.	Fornecimento de Termo de Avaliação Venal de Imóveis	0,20
4.	Requerimentos e certidões diversos e outros expedientes não especificados	0,05
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		VR
1.	Arrecadação de bens móveis e semoventes aos depósitos municipais, por dia	0,10
2.	Outros serviços administrativos não especificados	0,10



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná

ANEXO XII

TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

CATEGORIA		EM VALOR DE REFERÊNCIA - VR
1.	Imóvel sem unidade consumidora ligada à rede de distribuição (anual)	1,20
2.	Imóvel com unidade consumidora ligada à rede de distribuição:	-----
	Consumidor residencial – consumo em kWh (mensal):	-----
2.1.		
2.1.1	0 a 50	Isento
2.1.2	51 a 100	0,05
2.1.3	102 a 200	0,10
2.1.4	201 a 500	0,20
2.1.5	501 a 1000	0,35
2.1.6	Acima de 1000	0,50
	Consumidor não residencial, industrial e comercial – consumo em kWh (mensal):	-----
2.2.		
2.2.1	0 a 50	Isento
2.2.2	51 a 100	0,10
2.2.3	102 a 200	0,20
2.2.4	201 a 500	0,35
2.2.5	501 a 1000	0,50
2.2.6	Acima de 1000	0,75